

**UM ENSAIO SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA
JUVENTUDE BRASILEIRA**

HINGRIDY FASSARELLA CALIARI

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

VITÓRIA

2009

UM ENSAIO SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE BRASILEIRA

HINGRIDY FASSARELLA CALIARI

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Marcia Smarzaró Siqueira.

Aprovado em 24/08/2009 por:

Prof^a. Dr^a. Marcia Smarzaró Siqueira – Orientadora, Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Luiza Mitiko Yshiguro Camacho, Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Vania Maria Manfroí, Universidade Federal de Santa Catarina

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Vitória, Agosto de 2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C153e Caliari, Hingridy Fassarella, 1984-
Um ensaio sobre a participação política da juventude
brasileira / Hingridy Fassarella Caliari. – 2009.
193 f.

Orientadora: Marcia Smarzaró Siqueira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Juventude. 2. Participação política. 3. Partidos políticos. I.
Siqueira, Marcia Smarzaró. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido forças para chegar até o fim deste caminho. Ajudando-me a ultrapassar todas as pedras que cruzaram essa estrada, colocando em minha frente diversas pessoas que me apoiaram e fizeram parte diretamente da elaboração deste trabalho.

Agradeço a Professora Marcia Smarzaró Siqueira, que me orientou com toda a paciência que lhe é peculiar, contribuindo sempre com o máximo que podia, me incentivando e acreditando que conseguiríamos atingir os nossos objetivos.

Agradeço a professora Luiza Mitiko Yshiguro Camacho, que com toda sua experiência, me ajudou no direcionamento teórico deste estudo, através de muitas indicações de leituras, feitas durante a qualificação, que tentei seguir à risca. Agradeço por ter destinado um pouco de seu tempo na revisão dessa dissertação e contribuindo também para a reflexão. Agradeço por ter aceitado fazer parte da banca avaliadora deste trabalho.

A professora Vania Maria Manfroi, agradeço por sempre ter acreditado na minha capacidade, desde quando comecei a me interessar pela temática da juventude ainda em 2003. Devo a você também o incentivo em exercer a carreira acadêmica e cursar o mestrado. Seu apoio foi essencial. Obrigada por ter aceitado o convite de participar dessa defesa. É gratificante tê-la presente em um momento tão especial.

A professora Ana Targina Rodrigues Ferraz, agradeço pelo apoio dado na qualificação e pelas sugestões de textos sobre participação política, sua contribuição foi muito importante.

A minha mãe, meu espelho, meu refúgio, agradeço por sempre amparar e dar asas aos meus sonhos, me possibilitando crescer como pessoa e como profissional. Amo-te.

A meu irmão agradeço as tentativas em me ajudar, nem sempre bem sucedidas. Desculpe a falta de paciência irmão, sei que muitas vezes invadi seu espaço.

A Joel, meu amor, agradeço a cumplicidade, os ouvidos apurados, a paciência, o carinho, a dedicação. Obrigada por tudo.

Agradeço a Rosana Pinheiro Madeira pela amizade e dedicação ao corrigir com paciência e cuidado cada linha desta dissertação.

Tive a ajuda de muitos amigos, que com carinho e cuidado sempre lembravam de mim e do meu esforço, contribuindo com o que podiam para aliviar a tensão pela qual passei. Não posso deixar de citar as que deixaram as suas marcas aqui, neste trabalho: Stefania Vaccaro, Fabio Hebert, Camila Taquetti, Fabrícia Pavesi.

Agradeço também ao grupo Nejud por existir, por superar os obstáculos, também pela contribuição em minha formação e pela ajuda na reflexão que possibilitou a escolha do objeto de pesquisa.

Agradeço ao Frank Marciano por ter me acompanhado em algumas entrevistas e por ter transcrito parte delas também, com tanta disponibilidade. Obrigada amigo.

Agradeço a participação dos entrevistados, que me atenderam com tanta atenção, contribuindo de forma salutar para essa dissertação.

Só tenho a agradecer a todos, pelo carinho e compreensão. Esta dissertação tem a marca de cada um de vocês, obrigada por tudo e desculpa por, às vezes, não ter tido a capacidade de corresponder à altura a atenção a mim dispensada.

Hingridy Fassarella Caliar

Todos os homens do mundo na medida em que se unem entre si, em sociedade, trabalham, lutam e melhoram a si mesmos.

Antonio Gramsci

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo identificar a participação política da juventude brasileira em diferentes partidos políticos. Para isso, é realizado um resgate das formas atuais de inserção participativa da juventude, no intuito de entender o processo que se emerge essa discussão. Nesse sentido, este trabalho possui um histórico da inserção dos partidos políticos na história brasileira visando compreender como chegamos à configuração atual do sistema partidário. Como uma forma mais específica de entendermos a participação juvenil nesses espaços, identificamos o número de jovens filiados em cada partido pesquisado, são eles: PMDB, PT, PSDB, PSTU, DEM, PC do B, PSB, PTB, PSOL, PDT. Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo, em que foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas realizadas com dez jovens Presidentes Nacionais da Juventude dos partidos citados. Os resultados nos mostram novos espaços de inserção participativa da juventude, ao mesmo tempo em que salientam a importância que possui a participação juvenil em instâncias tradicionais, como os partidos políticos.

Palavras-chave: Juventude. Participação. Partidos Políticos.

ABSTRACT

This dissertation aims to identify the Brazilian youth political participation in different political parties. We held a redemption of the current participatory forms of youth insertion, in order to understand the process that emerges from this discussion. Accordingly, this work has a history of the insertion of political parties in Brazilian history aimed at understanding how did we get current system configuration partisan. As a way more specifies understand youth participation in these spaces, put the number of young people who each political party searched: PT, PSDB, PSTU, DEM, PC do B, PSB, PTB, PSOL, PDT. This is a qualitative character search, they were used half-structured interviews conducted with ten young Presidents national youth parties mentioned. The results show us new participatory spaces of youth insertion, while highlighting the importance which has the youth participation in traditional political parties.

Keywords: Youth. Participation. Political Parties.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Histórico de fundação dos partidos	132
Quadro 2: Faixa etária e espaço jovem dos partidos	139
Quadro 3: Tempo de filiação do entrevistado	142
Quadro 4: quantidade de filiados jovens por idade e partido	143

LISTA DE SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de ONGs
ADQ	Ação Democrática do Quebec
AI	Ato Institucional
ANC	Assembléia Nacional Constituinte
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CONJUV	Conselho Nacional de Juventude
CONUNE	Congresso Nacional da UNE
DCE	Diretório Central de Estudantes
DEM	Democratas
ESS	European Social Survey
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais
IDJ	Índice de Desenvolvimento Juvenil
JPMDB	Juventude do PMDB
JSB	Juventude Socialista Brasileira
JSPDT	Juventude Socialista do PDT
LOPP	Lei orgânica dos Partidos Políticos
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MJT	Movimento da Juventude Trabalhista
MSU	Movimentos Sociais Urbanos
NEJUP	Núcleo de Estudo das Juventudes e Protagonismo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PLQ	Partido Liberal do Quebec
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio
PNJ	Plano Nacional da Juventude
PP	Partido Popular
PP	Partido Progressista
PQ	Partido Quebequense
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partidos Social Democrata Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade

PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
REBRAF	Rede Brasileira de Entidades Assistenciais e Filantrópicas
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UDS	União Democrática Socialista
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFP	União das Forças Progressistas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UJS	União da Juventude Socialista
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Traços Metodológicos	15
1.2. Breve Histórico	18
1.3. Contextualizando a situação juventude brasileira	21
2. CONVERSANDO SOBRE JUVENTUDE	28
2.1 Corrente Geracional	37
2.2. Corrente Classista	41
2.3. Entre a Cruz e a Espada: Corrente Geracional X Corrente Classista	45
2.4. Moratória Social e Moratória Vital	47
2.5. Faixa etária	53
2.6. Juventude ou Juventudes	55
3. PARTICIPAÇÃO POPULAR, DEMOCRACIA, DIREITOS E CIDADANIA	60
3.1. Participação social: imprescindível para transformação da realidade	62
3.2. Democracia: garantia de participação popular?	69
3.3. A emergência de uma nova cidadania e a consolidação de direitos	75
3.4. Juventude e Participação	84
4. A CONSTITUIÇÃO PARTIDÁRIA BRASILEIRA	100
4.1. Um olhar sobre a história partidária mundial, chegando ao caso brasileiro	108
5. PARTIDOS E JUVENTUDE: UMA ALIANÇA INSEPARÁVEL	130
5.1. A construção da faixa etária juvenil nos partidos	138
5.2. A Filiação Partidária	147
5.3. Os espaços das juventudes nos partidos políticos	155
5.4. O movimento Estudantil	159
5.5 Políticas Públicas de Juventude	169
6. NOTAS CONCLUSIVAS	175
7. REFERÊNCIA	182
APÊNDICES	190
Apêndice 1	191
Apêndice 2	192
Apêndice 3	193

1. INTRODUÇÃO

Como forma de introduzir a discussão do assunto do presente estudo, iniciaremos com o relato de minha experiência profissional e acadêmica, que fez com que o ânimo e a paixão pelo tema fosse aumentando à medida que avançavam com os estudos. Nesse sentido, o leitor compreenderá cada passo dado adiante tanto referente à escolha do objeto de estudo quanto às opções teóricas realizadas com muito cuidado.

No ano de 2003 um grupo de alunas de serviço social, com a orientação da professora Dr^a. Vania Maria Manfroí, fundou o Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo (NEJUP), hoje ligado ao Mestrado de Política Social e ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente o NEJUP tem por orientadora a professora Dr^a. Márcia Smarzaró Siqueira.

Inicialmente, o grupo tinha o objetivo de se reunir uma vez por semana, após as aulas com a finalidade de discutir textos referentes à temática juvenil, mas o interesse foi crescendo. Assim, foram se formando subgrupos de pesquisas, associando a temática juvenil com diversos assuntos: cultura, políticas públicas, mídia, entre outros. Do subgrupo de políticas públicas resultou o meu trabalho de conclusão de curso, realizado juntamente com a minha companheira de estudos, Fabrícia Pavesi Helmer, intitulado Políticas Sociais e Movimentos Culturais Ligados à Música (*Funk, Reggae, Hip Hop e Rock*)¹.

A ligação do NEJUP com a juventude no Espírito Santo era cada vez mais intensa, e a inserção dos membros do grupo em espaços democráticos de discussão de políticas públicas de juventude também. Isso me fez participar, por exemplo, de uma das primeiras Reuniões de Juventude, organizada pelo legislativo nacional, realizada pela Câmara dos Deputados, nos estados brasileiros, no ano de 2006, que, no Espírito Santo, aconteceu no auditório da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, no município de Vitória, cujo objetivo era iniciar a discussão mais ampla das políticas de

¹ Caliarí, H.F.; Helmer, F.P. Políticas Sociais e Movimentos Culturais Ligados à Música (*Funk, Reggae, Hip Hop e Rock*), UFES: 2006. Trabalho de Conclusão de Curso.

juventude em todo o território brasileiro. Nessa reunião, foram eleitos delegados que participaram da etapa nacional (que à época se chamou Conferência Nacional de juventude, pela amplitude da discussão), da qual tive, também, oportunidade de participar.

Nesse momento, eu fazia parte do quadro de estagiários da Prefeitura Municipal de Vila Velha e trabalhava com um grupo de convivência de jovens, na região do Bairro Alecrim. Ao me formar Assistente Social, em 2006, ainda trabalhando na Prefeitura de Vila Velha, assumi a coordenação de cinco programas de juventude: três federais, um estadual e um municipal, respectivamente foram eles: o programa Agente Jovem, o Projovem Adolescente, o Juventude Cidadã, o Sou Pela Vida e o Promovendo a Cidadania Pela Cultura. Os programas eram divididos nas seguintes áreas, dois da Assistência Social (o Agente Jovem e o Projovem Adolescente), um do Ministério do Trabalho e Emprego (o Juventude Cidadã), um em parceria com Secretaria de Segurança Pública Estadual e o Ministério da Justiça (o Sou Pela Vida) e um em parceria com a Secretaria de Cultura do próprio Município (o Promovendo a Cidadania Pela Cultura).

Nesse sentido, com toda uma discussão iniciada em Vila Velha e no estado do Espírito Santo, demos início às mobilizações para a formação do Conselho Municipal da Juventude de Vila Velha e também o do estado, o que resultou em disputas políticas e, mais uma vez, estava tão próxima dos jogos de interesses, dos partidos, da participação juvenil, que estudar a temática era quase que necessário.

Dessa forma, minha participação no Conselho de Juventude de Vila Velha, a coordenação dos programas e também o papel assumido durante os anos de 2007 e 2008 de Comissão Organizadora Estadual das Conferências de Juventude, que ocorreram em todo o estado do Espírito Santo, fizeram com que o material da pesquisa fosse se acumulando e o interesse pelo tema também.

Sendo assim, a relação e o estudo com a temática juvenil eram cada vez mais intensificados e, daí, surgiu também a vontade de associar a questão da juventude à participação e assumir o objeto de estudo como 'Juventude e participação política'.

Ao iniciar o levantamento bibliográfico da participação juvenil nos partidos políticos, foi difícil encontrar publicações, o que identificamos² foram estudos sobre movimento estudantil que, às vezes, acabavam por refletir sobre a participação da juventude nos partidos políticos. É claro que não se pode negar – o movimento estudantil é a maior expressão de luta da juventude, mas o fato de quase não acharmos produção que associava a participação da juventude aos partidos políticos nos chamou a atenção. Esse fato nos aproximou ainda mais do tema, visto que identificávamos, constantemente, a participação ativa e presente dos jovens partidários, nos espaços novos de participação democrática, como conferências de políticas públicas, conselhos, orçamentos participativos, fato que exprime a necessidade de esse objeto de estudo ser alvo de pesquisa.

Assim, a discussão do tema 'juventude e participação política' é importante, devido a vários fatores, todavia, o mais relevante deles, sem dúvida alguma, é a necessidade de produção que auxilie no entendimento do tema, ou seja, a falta de referencial teórico. No Brasil, é recente não só a inserção do tema juvenil nas agendas públicas, mas também o interesse da área acadêmica em pesquisar a temática, tendo, portanto, um campo pouco explorado, dada a sua infinidade de correlações. São necessárias, ainda, produções que conjuguem juventude e mercado de trabalho, juventude e escola, juventude e lazer, juventude e política, o movimento estudantil, juventude e partidos políticos, enfim. Essas infinidades de correlações tornam o tema um campo ainda sujeito a muitas intervenções e explorações teóricas.

A associação feita, no objeto de estudo, entre juventude e participação política, tendo como foco os partidos políticos é uma área, portanto, ainda menos explorada que as outras. Existem, sim, pesquisas que conjugam a temática juventude e participação política, mas quando a associamos a partidos políticos, quase zera a produção teórica brasileira.

² A partir desse ponto do texto, os verbos no item '1. Introdução' se encontram na 1ª pessoa do plural, pelo motivo do presente trabalho ter contado com a contribuição de diversas pessoas, especialmente no processo de revisão e indicação de textos para leitura e aprofundamento.

Se por um lado, a relevância social, desse estudo encontra-se na possibilidade de acesso da população a um conjunto de informações sobre juventude e participação política e da apresentação da representatividade juvenil. Por outro lado, também a relevância profissional se destaca, pois, além dos assistentes sociais, todos os profissionais que trabalham diretamente com a temática, militantes tradicionais e estudantes terão acesso a um material que fornecerá informações sobre a participação da juventude nos partidos políticos.

Por se tratar de produção de conhecimento novo, em uma área pouco explorada no Brasil e no Espírito Santo, esse estudo possui a relevância científica de formular um material de base, que poderá ser utilizado em estudos posteriores.

Apesar do campo ainda necessitar de muita produção teórica e investimento científico, a temática escolhida para essa discussão já teve a contribuição de outros pesquisadores. Assim, especificamente no Espírito Santo, foi possível constatar, através de um levantamento realizado na UFES, que algumas produções relativas ao tema juventude datam do ano de 2006. Na área de educação, encontramos a pesquisa da Prof^a. Dr^a. Luisa Mitiko Yshiguro Camacho ³; na área das ciências sociais, a pesquisa coordenada pelo Prof. Dr. Mário Hélio Trindade de Lima⁴; na área de história, a pesquisa do graduando Igor Vitorino da Silva⁵; bem como as pesquisas concluídas pelo NEJUP⁶. Na psicologia, especificamente na especialização, foi concluída uma pesquisa intitulada “Juventude e Participação Política”, realizada pela pesquisadora Milena Bertollo, orientada pela Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Smith Menandro.

³ Essa pesquisa foi apresentada pela referida professora no Seminário organizado pelo NEJUP intitulado **Movimento, Juventude e Expressão** em 12 de agosto de 2003. A pesquisa intitulada “Educação de Jovens e Adultos,” se encontra na íntegra no site: <http://www.acaoeducativa.org.br>. A outra pesquisa foi em parceria com a Ação Educativa e a Escolarização e Poder Local.

⁴A avaliação do programa Agente Jovem, na região metropolitana

⁵ sobre juventude e territorialidade.

⁶ O Trabalho de conclusão de curso: Juventude, Políticas Sociais e Movimentos Culturais Ligados à Música (*Funk, Reggae, Hip Hop e Rock*), além dos trabalhos que aprofundam as temáticas movimentos sociais, cultura e protagonismo.

Em âmbito nacional, destacam-se autores como Quiroga (2001), Novaes (2000) e Abramo (1997, 2005) que abordam conceitos e historicizam a questão da juventude. Também podemos destacar autores como Leão (2005), Martins (2002), Souza (2004) e Castro (2004, 2005) que apresentam uma visão atual sobre a discussão da juventude e suas conquistas no âmbito das políticas públicas, auxiliando-nos, inclusive, no entendimento do conceito de “juventudes”. Já fora do Brasil, a discussão tem se apresentado bem avançada e não tão recente, como é o caso dos textos de José Machado Pais (2003), de Margulis (1996), de Bourdieu (1983), chegando a publicações ainda na década de 1980.

Especificamente referente à participação política de jovens, com foco no movimento estudantil, algumas produções datadas da década de 1980 e 1990 contribuíram para o entendimento, como Martins Filho, que publicou “Movimento Estudantil e Ditadura Militar 1964 – 1968” no ano de 1987, e também Poerner (1995), que escreveu “O Poder Jovem: história da participação política dos jovens brasileiros”.

1.1. Traços Metodológicos

No sentido de contribuir para o entendimento do tema, nos responsabilizamos de, no decorrer deste trabalho, **Identificar a participação da juventude em diferentes partidos políticos no Brasil**, visualizando uma maior compreensão do contexto de participação juvenil na atualidade. Vale ressaltar que este trabalho se inclui na **linha dois de pesquisa: Políticas sociais, subjetividade e movimentos sociais**, do programa de pós graduação *stricto sensu*, em Política Social, ligado ao Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal do Espírito Santo.

Além dessa questão mais ampla, também fazem parte de nossos objetivos compreender a inserção dos partidos políticos na história da política brasileira;

compreender as formas atuais de participação da juventude e Identificar o número de jovens filiados em cada partido pesquisado.

Para a compreensão e organização do processo de pesquisa, utilizaremos o método materialista histórico e dialético de visualização da realidade, enfatizando todo o processo histórico, os determinantes econômicos e possibilitando uma maior interlocução com os sujeitos envolvidos na pesquisa, dando voz aos jovens que muitas vezes foram calados. Nesse sentido, buscaremos também a compreensão empírica e teórica por diversos ângulos, o que possibilitará ao leitor contato com autores de diversas linhas de pensamento.

Para concretização dos objetivos propostos, percorremos um caminho que perpassou, pela teoria, a todo momento, como observa Minayo (2002) “ciência se faz com teoria e método”. Essa autora salienta que o método, a que se refere, não são somente técnicas de pesquisa, mas uma descrição complexa e flexível de um possível caminho que fará o autor chegar ao objetivo desejado, com criatividade e justificativa. Para Oliveira (2001) método indica “estrada, via de acesso e, simultaneamente, rumo, discernimento de direção”. Todo esse processo deve ser erguido sobre as bases da teoria.

Portanto, iniciamos esse caminho com a pesquisa bibliográfica, que esteve presente em todos os momentos do nosso trabalho, já que se traduz como sendo o contato com a teoria, com o que já se tem produzido sobre o tema em evidência. Para Demo (2004, p.23), não há ciência sem a pesquisa teórica, já que significa “a ordenação da realidade ao nível mental”.

O apoio de informantes-chave, na condução dessa pesquisa foi essencial, na medida em que nos ajudou na identificação dos partidos a serem pesquisados, bem como na indicação dos contatos dos Presidentes Nacionais da Juventude dos partidos políticos entrevistados. Esses informantes, em sua maioria, são pessoas que fazem parte dos partidos e que não estão mais incluídos na militância juvenil dos mesmos.

A seleção dos partidos para esse estudo se deu por meio de pesquisa exploratória que teve como critérios dois fatores: o primeiro, ter uma juventude atuante dentro do quadro

dos filiados; o segundo, revelar histórico de participação juvenil nas instâncias democráticas e no movimento estudantil. Sendo assim, foram selecionados os seguintes partidos políticos: PMDB, PDT, PT, PSDB, PC do B, PSB, DEM, PTB, PSTU e PSOL.

As entrevistas foram realizadas, em sua maioria, durante a Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, em abril de 2008, quando os presidentes nacionais das juventudes dos partidos estavam, em grande parte, reunidos em Brasília. Com os presidentes nacionais das juventudes dos partidos que não compareceram à Conferência, foi feito contato posterior e enviado para eles o roteiro e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por correio eletrônico.

As entrevistas foram feitas com gravadores de fitas que, posteriormente, foram transcritas e eliminadas. Para as entrevistas⁷, utilizamos a técnica da entrevista semi-estruturada, com um roteiro flexível, com questões voltadas para o esclarecimento do envolvimento da juventude nos partidos, procurando não nos ater somente ao roteiro, dando-nos liberdade de adequação de acordo com a necessidade da pesquisa. Segundo May (2004), as entrevistas são recursos utilizados para entender como os indivíduos decifram o seu mundo social e nele agem.

As transcrições das entrevistas foram encaminhadas, por meio digital, aos entrevistados para aprovação do texto, antes de iniciarmos a análise de discurso neste trabalho.

Dessa forma, se deu o contato com o histórico de participação da juventude nos partidos, a partir dos depoimentos dos presidentes jovens dos mesmos. Para trabalhar o conteúdo das entrevistas, utilizamos a análise de discurso, buscando o entendimento das respostas dos atores envolvidos, de forma sistemática.

⁷ As entrevistas foram realizadas no decorrer da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, que aconteceu em Brasília entre os dias 27 e 30 de abril de 2008.

Como procedimento ético, utilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁸, para possibilitar ao participante entrevistado um maior entendimento acerca do objetivo da pesquisa e a importância da sua contribuição. Produzimos, também, uma declaração⁹ que nos autoriza a citar o nome dos entrevistados no decorrer do trabalho, visto que são pessoas públicas de fácil identificação. Mesmo diante dessa observação preferimos manter o sigilo, e chamamos os entrevistados de ‘jovem’, seguido do partido a que é filiado, por exemplo: jovem do PTB.

1.2. Breve Histórico

Antes de iniciarmos o conteúdo propriamente dito do trabalho preparamos este subitem ‘1.2. Breve histórico’, que perpassa pela história, visando entender como se deu a construção histórica das conquistas da juventude no cenário brasileiro, compreendendo como foram os fatos, para então chegarmos ao quadro atual, em que se encontra a discussão da juventude. Visando, ainda, esse entendimento, organizamos também o próximo subitem ‘1.3. Contextualizando a situação da Juventude brasileira’.

Nesse sentido, durante os diversos governos brasileiros, a juventude foi construindo sua história de luta, participação e conquistas. Assim, para historicizar esse caminho é necessário, de fato, recordar que, durante o século XX, as políticas públicas não deram ênfase à juventude, com raras exceções. Elas atendiam apenas à infância e à adolescência, chegando aos 18 anos. Existiam, portanto, poucas políticas públicas para juventude: o que existiam eram ações para crianças e adolescentes - o que acabava por favorecer somente uma parte da juventude. Esse quadro foi mudando a partir do momento que a juventude começou incomodar, ou seja, “a visibilidade do jovem só emerge quando ele ‘perturba’ a ordem social” (CAMACHO, 2007, p. 145).

⁸ Para consulta no Apêndice.

⁹ Para consulta no Apêndice.

Assim, esse quadro começa a dar sinais de mudança somente na década de 1990, quando, no governo FHC, foram criados alguns programas direcionados aos jovens definidos hoje como política pública, devido a seu caráter contínuo, o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, é um deles, criado em 1999, modificado pelo governo Lula, em 2008, que implantou uma política mais ampla para a juventude, intitulada Pro jovem, mas que ainda não se traduz em resposta eficiente às demandas juvenis.

É, então, na década de 1990, que a juventude se torna realmente foco de políticas públicas e as questões relacionadas a esse grupo social vai ganhando espaço, não só nas agendas governamentais, como também na área acadêmica (SPÓSITO et al, 2003).

Mas, foram nos anos 2000, que as maiores conquistas juvenis se deram. Até 2003, Spósito e Carrano (2003) identificaram trinta e três programas que incidem sobre a juventude em âmbito Federal. Segundo eles, há pouco acúmulo teórico em torno dessa problemática, pois esses programas se destinam indistintamente a crianças, adolescentes e jovens, não levando em conta que crianças, adolescentes e jovens possuem demandas diferentes. Todavia, essa realidade tem mudado.

De 23 a 26 de setembro de 2003, foi realizada a comemoração da primeira semana de juventude do país, vinte e um estados brasileiros participaram e deram novos encaminhamentos, organizados em um relatório preliminar, com várias sugestões para o Plano Nacional de Juventude (CALIARI; HELMER, 2006).

O Plano Nacional de Juventude (em elaboração) foi distribuído por todo o Brasil e, no primeiro semestre de 2004, foram realizados encontros regionais em todas as capitais brasileiras, cujo objetivo era formular uma carta-documento que legitimaria e aprimoraria a proposta legislativa elaborada pela Comissão (CALIARI; HELMER, 2006).

O ano de 2004 foi determinante para a consolidação do debate sobre a realidade da juventude e para a identificação dos principais desafios, já que, além das contribuições

mencionada no âmbito do Executivo, foi constituído o Grupo de Trabalho Interministerial da Juventude, composto por diversos ministérios¹⁰.

Em 2004, foi criado um Projeto de Lei nº. 4530, que integra a idéia da criação do Plano Nacional da Juventude (PNJ), que tem por um de seus objetivos

[...] incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do país, por meio de uma política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares (BRASIL, PL nº. 4530/04).

Cada eixo do Plano foi discutido e avaliado em Reuniões da Juventude (no momento intitulada Conferência de Juventude, organizada pelo legislativo nacional), realizadas em todo o Brasil, inclusive na Conferência Estadual da Juventude do Espírito Santo¹¹, que ocorreu em 11/03/2006, no Município de Vitória. Esta conferência tinha por objetivo não só avaliar o Plano, como elaborar propostas para serem discutidas e revisadas em âmbito nacional na Conferência Nacional de Juventude¹², organizada pelo legislativo, realizada em 30 e 31/03/2006, em Brasília (CALIARI; HELMER, 2006).

Além do projeto de lei do Plano, em âmbito nacional, em seguida, foram criados a Secretaria Nacional de Juventude (2005) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUV) (2005), que foram Instituídos, a partir da lei ordinária 11.129, de 30/06/2005, representando conquistas para os jovens brasileiros¹³ (CALIARI; HELMER, 2006).

Em 2007 e 2008, foram realizadas em todo território brasileiro Conferências de Políticas Públicas de Juventude, já com a liderança do CONJUV, e não mais do legislativo, com o intuito de discutir as demandas e sistematizar propostas que seriam levadas por ordem de prioridade ao governo.

¹⁰ Ver mais detalhes em: http://www.planalto.gov.br/SecGeral/juventude/arquivos_projovem/politicajuventude.htm

¹¹ Pudemos participar *in locus* dessas discussões, pois estivemos representando o NEJUP.

¹² Estivemos representando o NEJUP, em âmbito Nacional, o que nos possibilitou ver de perto as relações de poder que envolveram a avaliação do PNJ.

¹³ Ver mais detalhes em: www.ibict.br/inclusaosocial/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=121&Itemid=219

As Conferências foram realizadas de forma bastante descentralizada, buscando atingir a maior quantidade possível de jovens. Era viável, inclusive, fazer conferência por meio digital, com número mínimo estabelecido de jovens, e agrupar as propostas ao documento final, caso fosse consenso entre os jovens que participaram da etapa final do processo, que foi realizada em abril de 2008, chamada de Conferência Nacional, que foi o momento em que se discutiram as demandas sistematizadas, e que estiveram presentes jovens representantes de todos os estados brasileiros.

A Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude e as Conferências estaduais e municipais, realizadas entre 2007 e 2008, são exemplos de espaços públicos, que possibilitam a participação cidadã do jovem na construção das políticas que o referenciam. Assim, as políticas adquirem um caráter muito mais verdadeiro e exprimem a vontade coletiva do sujeito em questão.

Mas esses espaços públicos de interlocução com a juventude não foram concedidos deliberadamente: foram anos de lutas e de mobilizações da juventude brasileira partidária, do movimento estudantil, dos movimentos sociais, dos trabalhadores de diversas áreas que enfrentam a falta de recursos e de programas destinados às juventudes, dos próprios partidos políticos, enfim. Uma pressão exercida contra ou a favor do governo, que surtiu efeito não só na questão da juventude, mas tem impacto também na educação, na saúde, na área de segurança pública, enfim, em todas as áreas que perpassam, que entrecruzam a questão juvenil atual. Mas esse, ainda, é um espaço pouco valorizado pelo poder público que, muitas vezes, não oferece o apoio necessário, ou mesmo desconhece sua importância.

1.3. Contextualizando a Situação da Juventude Brasileira

Neste século, a população jovem cresceu consideravelmente. De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), dos 191 países membros da ONU, o Brasil é o 5º com maior percentagem de jovens na sua população, ficando atrás da China, Índia, Estados Unidos e Indonésia. Mais de 85% dos jovens do mundo vivem em países

em desenvolvimento, sendo o Brasil o responsável por cerca de 50% da população jovem, na faixa-etária de 15 a 24 anos, da América Latina e 80% do Cone Sul (Projeto Juventude, 2004).

A população brasileira vem sofrendo mudanças na configuração etária.

O efeito combinado da redução dos níveis da fecundidade e da mortalidade no Brasil resultou nas alterações que se processaram na composição etária da população, percebidas, sobretudo, a partir de meados da década de 1980. De fato, com a realização do Censo Demográfico 1991, foi definitivamente comprovado o início do processo de transformação do perfil demográfico da população do Brasil, fenômeno que as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNADs – realizadas no período 1985 – 1990 já sinalizavam. Até então, a série histórica de informações que permitem estabelecer as estruturas etárias passadas da população, caracterizava o Brasil como um País predominantemente jovem¹⁴.

Quadro 1 - Indicadores Populacionais 1991/2000 - Brasil			
Indicadores	1991	2000	Taxa de Crescimento (%)
<i>População</i>			
0 a 14 anos	50.988.432	50.266.122	-0,16
%	34,73	29,60	
15 a 64 anos	88.751.196	109.597.948	2,39
%	60,45	64,55	
15 a 24 anos	28.582.350	34.081.330	1,99
%	19,47	20,07	
65 anos ou mais	7.085.847	9.935.100	3,86
%	4,83	5,85	
Total	146.825.475	169.799.170	1,64
%	100,00	100,00	
<i>Razão de Dependência (%)</i>			
Total	65,43	54,93	
Jovens	57,45	45,86	
Idosos	7,98	9,07	
Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.			

Esses dados nos mostram que o Brasil ainda é um país jovem, apesar de estar passando por uma modificação no seu quadro etário. No Censo 2000¹⁵, o Brasil,

¹⁴ Informações retiradas dia 11 de junho de 2008, no site: http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/população

¹⁵ Informações retiradas dia 11 de junho de 2008, no site: <http://www.ibge.gov.br/home/mapasite/população>.

possuía 48 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. A maior concentração de jovens de toda a história do país e esse fato não se repetirá brevemente, visto que a população está envelhecendo, a mortalidade diminuindo e os níveis de fecundidade também estão diminuindo (PROJETO JUVENTUDE, 2004)

Esse dado, aliado a uma série de fatores sócio-históricos, como: a crise social e política do capitalismo; a reestruturação do processo produtivo; o desemprego estrutural; as novas tecnologias produtivas e de comunicação; a dependência crescente dos países periféricos aos países centrais; o aumento dos movimentos da extrema direita no mundo e, com isso, o perigo de uma nova onda de intolerância política e étnica (Manfroi, 2000) ¹⁶, contribuíram para inserção do tema juventude nas agendas governamentais, a partir da década de 1990, e, também, para a transformação do modo de agir e de participar da juventude, abrindo novos espaços de interlocução.

A visibilidade da juventude e a sua característica de população alvo de políticas públicas, adquirida durante a década de 1990, está ligada ao movimento histórico, conjugado, portanto a outros fatores como: à luta juvenil de décadas por garantia de direitos, que fez com que a juventude se tornasse hoje 'sujeito de direitos' e também o aumento da população jovem no país, como o apresentado no censo 2000, o que fez com que a partir da década de 1990, fossem apresentadas e consagradas demandas efetivas de políticas públicas voltadas para esse segmento.

Com o objetivo de compreender a situação da juventude brasileira foi elaborado um relatório, realizado por meio de um diagnóstico entre os estados brasileiros, para produção do Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ), construído a partir de uma média entre três índices parciais: educação, saúde e renda. O IDJ foi publicado através do

¹⁶ Ver detalhes em: MANFROI, V. M. **Retratos da Militância: Modo (s) de vida Militante no pós-68**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 2000.

Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007¹⁷, que expõe seu conceito de juventude, nos seguintes termos

Em geral considera-se juventude o período de transição que vai da juventude a vida adulta. Na adolescência, tem lugar uma longa série de mudanças fisiológicas, especialmente as relacionadas ao desenvolvimento das características sexuais secundárias e a maturidade reprodutiva. Na idade adulta, ocorre a autonomia dos indivíduos, com independência familiar e econômica. Em outras palavras, a juventude caracteriza uma etapa na qual os indivíduos, tendo já adquirido pleno potencial biológico para a produção e reprodução da vida ainda são considerados socialmente maduros para desempenhar essas funções. Pode se falar até de uma transição para a vida adulta que apresenta, na atualidade, trajetórias juvenis mais ou menos definidas, mas em constante mutação (WAISELFISZ, p.11, 2007).

De acordo com esse relatório, são considerados jovens, no Brasil, aqueles que possuem de 15 a 24 anos. O Brasil possuía, em estimativa realizada pelo IBGE em 2006, 34,7 milhões de jovens, naquela faixa etária, ou seja 18,5 % da população total de 187,2 milhões de brasileiros (WAISELFISZ, 2007).

Os estados brasileiros que lideram o IDJ 2007, ou seja, que possuem os melhores índices de desenvolvimento nos quesitos educação, saúde e renda, são em ordem: o Distrito Federal, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. No outro extremo, com os piores resultados, na análise dos dados da situação da juventude brasileira, estão Piauí, Maranhão, Pernambuco e Alagoas (WAISELFISZ, 2007).

No que se refere à escolarização, os estados de Amapá, Roraima, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal são consideradas áreas em que foi erradicado o analfabetismo juvenil com a presença de índices inferiores a 1% ou menos, ocupando o topo da lista do IDJ, na relação dos estados. Alagoas ocupa o último lugar na lista dos estados, com 9,7% de analfabetos. Bahia, Maranhão e Pernambuco concentram uma média de 300 mil jovens analfabetos. Com relação ao ensino fundamental, o Brasil possui praticamente a universalidade de atendimento à população de 7 a 14 anos. Já na faixa etária de 15 a 24 anos, em 12 das

¹⁷ O Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007, realizado pelo Instituto Sangari e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) teve como autor o Júlio Jacobo Waiselfisz.

27 unidades da federação, o jovem não chega à média de 8 anos de estudos, o que corresponde ao ensino fundamental completo (WAISELFISZ, 2007).

No que diz respeito ao indicador renda, também como na educação, os cinco primeiros lugares da lista do IDJ, são dos estados que têm maior renda per capita, ou seja, total de rendimentos mensais obtidos pelo grupo familiar dos jovens de 15 a 24 anos, são ocupados pelos estados: Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Novamente no nordeste e norte se verifica o outro extremo; no fim da lista, precisamente no Amapá, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba (WAISELFISZ, 2007).

Diferente dos índices de educação e renda, que possuem uma correlação muito forte, o indicador saúde não se encontra associado àqueles dois, principalmente no que concerne à mortalidade por causas violentas. A exemplo está o estado do Rio de Janeiro, que ocupa o 5º lugar em educação; o 4º, em renda; e o 27º, no quesito morte por causas violentas, ou seja, apresenta um dos maiores índices de mortes violentas, apesar do elevado grau de escolarização e renda. O Distrito Federal ocupa o 1º lugar em educação; o 1º, em renda; e o 21º, em mortalidade por causas violentas. O estado do Maranhão ocupa o 26º lugar em renda e educação e o menor índice do país em mortalidade por causas violentas. Já a taxa de mortalidade por causas internas, ou seja, doenças, resulta bem inferior às de causas violentas, e ainda tem caído do IDJ de 2003, para o IDJ de 2007. Nesse ponto, o Ministério da Saúde afirma que, se houvesse um maior investimento na área da saúde, os índices de morte por causas internas seriam ainda menores (WAISELFISZ, 2007).

Com isso, é possível concluir que, apesar do que se pensa no senso comum, a violência entre os jovens não possui correlação explícita com renda e escolaridade. Não está diretamente ligada à pobreza e à falta de estudos.

Ao todo, 80% dos jovens realizam alguma atividade condizente com a idade, como estudar, trabalhar ou os dois ao mesmo tempo. No outro extremo, o país possui 20% de jovens, isso significa 7 milhões de brasileiros que não trabalham e nem estudam. Ou

seja, 20% de jovens, que se caracterizam como potencial público alvo de políticas públicas de educação e/ou emprego (WAISELFISZ, 2007).

Feitas essas considerações preliminares, podemos dar início à discussão mais densa desse trabalho. No item intitulado **‘2. Conversando Sobre Juventude’**, faremos uma abordagem ampla das teorias de juventude, existentes tanto em âmbito nacional quanto internacional, visando congregar informações capazes de contribuir para a conceituação da juventude. O capítulo possui seis subitens: o **‘2.1. Corrente Geracional’**, em que discutimos a questão da homogeneidade na visão da juventude; o subitem **‘2.2. Corrente Classista’**, que aborda a influência da teoria das classes na explicação sociológica da juventude; **‘2.3. Entre a cruz e a espada: Corrente Geracional X Corrente Classista’**, nele, discutimos se é necessário fazer uma escolha entre essas duas correntes; **‘2.4. Moratória Social e Moratória Vital’**, abordamos as teorias referências para o entendimento de juventude, quando associadas à questão das classes e do poder econômico, refletindo no sentido de ser jovem; no subitem **‘2.5. Faixa etária’** discutimos com cuidado a questão da faixa etária, sem generalizações e homogeneizações; e, por fim, o subitem **‘2.6. Juventude ou juventudes’** finaliza a discussão da conceituação da juventude de forma crítica e ampla, posicionando o texto para a concepção da heterogeneidade e da existência de diversas juventudes.

No item **‘3. Participação Popular, Democracia, Direitos e Cidadania’**, encontramos uma discussão do histórico dos movimentos sociais brasileiros, que embasará a discussão dos partidos políticos no próximo capítulo, salientando as conquistas democráticas. O primeiro subitem **‘3.1. Participação social: imprescindível para a transformação da realidade’** se incube em discutir o papel dos novos movimentos sociais, aborda sobre as ONGs; o subitem **‘3.2. Democracia: Garantia de participação popular?’** introduz o conceito de esfera pública e dá à democracia um caráter de processo ainda em conquista; por fim o subitem **‘3.3. A emergência de uma nova cidadania e a consolidação de direitos’** que não só apresenta, como discute a nova cidadania e a questão do direito a ter direito.

No item '**4.Constituição Partidária Brasileira**', é introduzido o histórico da formação partidária brasileira, com as principais mudanças na legislação, chegando à configuração do sistema partidário atual. Em '**4.1. Um olhar sobre a história partidária mundial, chegando ao caso brasileiro**', encontramos referências de como se deu a formação dos partidos, primeiramente no mundo, de forma breve, para, então, chegarmos ao caso brasileiro, com uma análise mais detalhada dos fatos.

No item '**5.Partidos e Juventude: uma Aliança inseparável**' , encontra-se a análise dos dados coletados através das entrevistas semi-estruturadas, realizadas com os presidentes jovens de dez partidos políticos: PT, PMDB, PSDB, PSTU, PC do B, PSB, PDT, PTB, DEM e PSOL.

Por último, em '**6.Notas Conclusivas**', realizou-se um regate dos objetivos propostos no início do trabalho, buscando, não só reafirmar a importância da participação juvenil, como também apresentar algumas considerações observadas durante o processo da pesquisa e o que a mesma nos possibilitou apreender.

2. CONVERSANDO SOBRE A JUVENTUDE

Compreender a participação e a inserção da juventude em instâncias democráticas, como os partidos políticos, pressupõe uma reflexão em torno da conceituação do que vem a ser juventude. Problematizar a juventude não é fácil. já que há diversas discordâncias teóricas. Num primeiro momento, ela parece associada à idéia de idade, logo, com características biológicas acentuadas. No entanto, a significação de juventude se revela complexa, por isso, diversos autores exploram essa questão e nos apresentam conceitos que ajudam no entendimento do tema. Para uma maior compreensão serão feitas algumas idas e vindas nas teorias, com o objetivo de, ao final, termos um entendimento conceitual a respeito da juventude, para os propósitos desse trabalho.

Tentando uma aproximação teórica com o tema juventude, Bourdieu (1983) apresentou um texto, cujo título é “A ‘Juventude’ é apenas uma palavra”¹⁸, em que deu início a um posicionamento teórico complexo, que pode ser visualizado, em partes, no seguinte trecho que o autor expõe “[...] a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos.” (p. 113).

Essa afirmação de Bourdieu (1983), simplificada por esse pequeno fragmento de texto, expressa um posicionamento objetivo de que a juventude e a velhice são construídas socialmente, mas não de forma passiva. Mais adiante no texto, Bourdieu completa, afirmando que os “Jovens possuem tanto mais dos atributos do adulto, do velho, do nobre, do notável, etc., quanto mais próximos se encontrarem do pólo de poder” (p. 113) expressando uma disputa de poder entre as idades e também entre os detentores do poder. Para o autor, a idade é um “dato biológico socialmente manipulado e manipulável” (p.113) e, no decorrer do texto, apresenta a juventude, também como manipulada e manipulável.

¹⁸ Bourdieu, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

Em seu texto, ainda, Bourdieu (1983), dentre outros pontos, discute sobre o sistema escolar e conclui que ele é uma forma de reprodução social, no qual o sistema exclui da qualificação, quase que em uma seleção natural, os jovens das classes populares que encontram dificuldades diversas em continuar seus estudos. Parece-nos que Bourdieu, aos poucos, apresenta uma metodologia dialética que, composta por idas e vindas na realidade histórica, busca o entendimento do 'ser juvenil'.

Provocados pela importância dos escritos de Bourdieu (1983), que tem como título "A juventude é apenas uma palavra", os autores Margulis e Urresti (1996) expressaram suas idéias através da organização de um livro, cujo título é "*La juventud és más que una palabra*¹⁹".

Segundo Margulis (1996) juventude é um período que combina maturação biológica e imaturidade social. Assim, pode-se entendê-la por dois caminhos: um deles, o da descrição puramente biológica, que leva em conta transformações e capacidades do corpo e a idade; o outro, o entendimento sociológico, que nos apresenta uma discussão avançada sobre o tema, levando em consideração os aspectos biológicos, mas, sobretudo, culturais, sociais e de classe.

Portanto, considerando esses aspectos, o percurso escolhido aqui, para aprofundamento do tema, será o da discussão sociológica, que é ampla e pode ser dividida em duas tendências ou correntes: a) uma, que toma a juventude como um conjunto social constituído, principalmente, de indivíduos pertencentes a uma dada 'fase da vida', prevalecendo o caráter de homogeneidade que constitui uma dada 'cultura juvenil', definida por termos etários; b) outra, tendência que visualiza a juventude como um conjunto diversificado, heterogêneo, com diversas 'culturas juvenis', que supõe diferentes pertenças de classe, situações econômicas, interesses, oportunidades no mundo do trabalho, entre outros aspectos (PAIS, 2003).

Associado a essas duas correntes, ou tendências, temos o significado de 'culturas juvenis' que "aparecem geralmente referenciadas a conjuntos de crenças, valores,

¹⁹ MARGULIS, Mario (org.). *La juventud és mas que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996.

símbolos, normas e práticas” que determinados jovens partilham. Esses conjuntos podem ser ‘inerentes’ às gerações, ou ‘assimilados’ por elas, quer das gerações precedentes (corrente geracional), quer pelas tradições de classes (corrente classista), que aprofundaremos mais adiante (George Rude, apud PAIS, 2003, p. 30).

Nesse sentido as correntes nos levam a questionar a aparente unidade da juventude e nos incentivam a começar a visualizar as diferenças existentes no ‘ser jovem’.

Porém, antes de aprofundarmos as principais correntes da sociologia da juventude, torna-se necessário dizer que a juventude, para se tornar objeto de pesquisa sociológica precisa ser problematizada, ou seja, sair da forma real e assumir a forma teórica. Nesse sentido, é possível questionar o modo de entender a juventude somente como ‘problema’ e discutir os problemas sociais relacionados aos jovens para, assim, transformá-los em problemas sociológicos, em forma teórica, com capacidade de serem decifrados, questionados e pesquisados pela sociologia (PAIS, 2003).

Segundo Pais (2003), o principal problema que afeta a juventude é a dificuldade de inserção no mundo do trabalho, ou seja, a empregabilidade. O que gera uma série de outros problemas de ordem econômica, social, familiar, entre outros. (PAIS, 2003).

Outro problema influente é a exigência, por parte do mercado e de alguns organismos internacionais, do aumento da escolarização e da formação escolar. Por sua vez, essa exigência nem sempre corresponde a uma melhor qualificação profissional e, muito menos, garante a inserção do jovem no mercado de trabalho, gerando frustração e desilusão (PAIS, 2003).

Há, ainda, a dificuldade de acesso à habitação, que gera uma convivência mais longínqua com os pais, podendo causar diversos problemas de ordem familiar. Essa dificuldade de constituição de um lar faz com que os jovens optem por uniões estáveis, adiram ao aborto, às relações precárias, ao divórcio e às “variantes da vida sexual” (PAIS, 2003, p.32), configurando novas formas de sociabilidade, que não necessariamente adquirem caráter negativo, mas passam a ter esse caráter, a partir do

momento em que essa situação obriga alguns jovens a desenvolver novas formas de convivência, não por opção, mas, justamente, por falta da possibilidade de escolha.

Pais (2003) sintetiza todos esses problemas, ao afirmar que os problemas dos jovens são:

[...] os problemas de inserção profissional, os problemas da falta de participação social, os problemas de drogas, os problemas de delinquência, os problemas com a escola, os problemas com os pais, só para focar alguns dos problemas socialmente reconhecidos como específicos dos jovens. Mas sentirão os jovens estes problemas como seus problemas? (PAIS, 2003, p.34)

Sendo assim, é necessário transformar esses problemas sociais da juventude em problemas sociológicos, para, assim, dar sentido à pesquisa e ultrapassar a aparência. Esse é um exercício de interrogação, que gera como produto a incerteza de afirmações, antes dadas como inquestionáveis. Sem o questionamento, a juventude se torna um, quase, 'mito' que o *mass media*²⁰ ajuda a difundir. Para ultrapassar a visão do mito, é necessário "penetrar no cotidiano do jovem" e questionar: "[...] sentirão os jovens estes problemas como seus problemas?" (PAIS, 2003, p.34).

A difusão pelo *mass media* da existência de uma 'cultura juvenil', como, por exemplo, 'ameaçadora' para a sociedade, "é como qualquer mito, uma construção social que existe mais como 'representação social'²¹ do que como realidade" (PAIS, 2003, p.36).

²⁰ Os *Mass Media* são sistemas organizados de produção, difusão e recepção de informação. Estes sistemas são geridos, por empresas especializadas na comunicação de massas e exploradas nos regimes concorrenciais, monopolistas ou mistos. As empresas podem ser privadas, públicas ou estatais. Texto transcrito do livro "A era de EMEREC" de Jean Cloutier, Ministério da Educação e Investigação Científica - Instituto de tecnologia Educativa, 1975. Retirado, em 03 de março de 2009, da página <http://www.univ-ab.pt>.

²¹ A teoria da 'Representação social' é entendida como "um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originado na vida diária, no curso de comunicações inter-individuais. São o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; pode-se dizer mesmo que são a versão contemporânea do senso comum" (MOSCOVICI, 1981, p. 181, apud, MENANDRO, 2004, p. 66.). A Teoria das Representações sociais, pode ser aprofundada tendo como base o criador da teoria, Moscovici, na área da psicanálise; Durkheim, através da teoria da "Representação coletiva"; Bertollo, Mímeo, "Juventude e Participação Política: Motivações, Trajetórias e Representações. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFES, Vitória/ES, 2008; Marcos Alexandre, em "Representação Social: uma genealogia do conceito", Comum. Rio de Janeiro. v.10 - nº 23 - p. 122 a 138 - julho/dezembro 2004, "[...] representação social como instrumento da avaliação dos grupos sociais, vêm reforçar a compreensão operacional de como as representações sociais são elaboradas coletivamente a partir da realidade cotidiana." A Representação Social é uma teoria muito utilizada por José Machado Pais (2003).

Alguns jovens se reconhecem como parte desse mito; outros, não. Os que se reconhecem formam, entre si, uma espécie de 'consciência geracional', que os leva a acentuar diferenças referentes a outras gerações. Já os que não se identificam com o mito de uma única cultura juvenil, se vêem com uma experiência distinta da dos outros jovens, ou mesmo como 'não jovens' (PAIS, 2003).

Dessa forma, está posto um desafio de desconstruir (desmistificar) sociologicamente aspectos da construção social da juventude que nos é transmitida por meio de uma entidade homogênea, o mito. Essa desconstrução do mito, de existência de uma juventude homogênea, acaba por revelar uma "construção sociológica" (PAIS, 2003, p.36).

Dessa forma, aos poucos, Pais (2003, p.37) vai desvendando a juventude, no sentido do mito, e começa a descrevê-la como "uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas, uma categoria sujeita a modificar-se ao longo do tempo".

Essa modificação, devido ao tempo, se refere tanto às mudanças interiores aos jovens, quanto à representação social desses, às 'culturas' ou à 'cultura juvenil'. Sendo assim, ao analisarmos a história, é possível compreender diversos momentos em que a juventude foi tratada como 'sub-geração', incompreendida e rebelde.

Abramo (2005) faz uma abordagem sobre a representação social da juventude, a partir da década de 1950. Segundo ela, nessa época, a visão predominante era a do jovem como aquele que se encontra em período de transição entre a infância e a idade adulta, encarada como etapa produtiva da vida e que se comprometia com o progresso nacional.

Essa definição de juventude está relacionada ao fato de se fazer predominante, à época, o ideal desenvolvimentista, creditando-se muito valor ao progresso nacional, aos cursos profissionalizantes para jovens e o incentivo às indústrias.

Nesse período, a juventude, mais especificamente os estudantes, começou a mostrar o seu envolvimento, mais a fundo, com as questões políticas. Esse fato é compreendido, quando analisamos o período dito Estado Novo, vivenciado entre as décadas de 30 e 40, em que o movimento estudantil iniciou seu caráter político e começou a se envolver com os partidos políticos, ligando o sentido 'micro' do movimento estudantil ao 'macro', da luta pela transformação da sociedade. Esse envolvimento passou a ser mais identificado na década de 50, contribuindo para a representação social da juventude, nesse período (FORACCHI, 1977)

Foi também a partir da década de 1950, que os jovens "apropriaram-se de sua juventude" colocando-se definitivamente de forma visível na sociedade (SOUSA, 1999, p.35).

Nos anos 1960, entendia-se como juventude, os indivíduos predominantemente urbanos, de classe média e universitários (KUASÑOSKY; SZULIK, 1996). Já no pós-64, todo o contexto de cerceamento de liberdade, ocasionado pelo modelo antidemocrático do período, mostra, no geral, uma juventude ameaçadora da ordem social, visto seu grande engajamento nas questões de ordem coletiva, nos planos, político, cultural e moral (ABRAMO, 2005).

Em termos mundiais, os anos 1960 também registraram um grande movimento político liderado pela juventude, conhecido como maio de 1968. Começou na França e teve repercussão mundial. Mais adiante, no subitem 'Juventude e Participação', do Capítulo 2 'Participação Popular, Democracia, direitos e Cidadania', discutiremos esse movimento que marcou história, com relação à grande capacidade de mobilização da juventude.

Devido a esses diversos fatores (mobilizações, participações políticas no movimento estudantil, visibilidade no cenário político nacional, entre outros) a juventude assumiu, nesse momento, o papel de 'agente' portador da possibilidade de transformação, sendo carimbada como participativa e revolucionária, oportunizando uma reflexão que deu origem à 'sociologia da juventude' e ao 'pânico da revolução' (SOUSA, 1999). Esse medo, ou 'pânico', tem a ver com o desconforto provocado pelo perigo de mudança;

pelas idéias comunistas - muito difundidas entre os jovens; e, também, com a preocupação do não enquadramento desses jovens desviados no movimento 'normal' da sociedade²² (ABRAMO, 2005).

Nesse período, a juventude passou a ser tratada como problema de segurança nacional. Assim, o controle político e ideológico visava combater a efervescência política daquele momento, já que a juventude vinha se manifestando através de vários movimentos e ganhando maior visibilidade no cenário político brasileiro (ABRAMO, 2005).

Essa juventude, considerada rebelde nos anos 1960 e 1970, foi assimilada de forma positiva, sendo 'carimbada' como geração idealista, generosa, criativa, que ousou sonhar. Assim, a utopia e o idealismo se tornaram características quase que essenciais para se conceituar a juventude (ABRAMO, 2005).

Já nos anos 1980, alguns fatores como a transição democrática, a modernização, a liberdade política, sexual, cultural e intelectual, contribuíram para que a juventude fosse entendida a partir de outro conceito. Nesse momento, a visão de jovem portador do ideal revolucionário deu lugar a um conceito que identificava a juventude com certo grau de apatia política (ABRAMO, 2005). Dessa forma, tal fato é explicado pela mudança na representatividade juvenil, antes mais forte, devido à presença do inimigo comum: a ditadura.

Nos anos 1990, a juventude começa a ganhar visibilidade nas agendas públicas, sendo vista como 'sujeito de direitos', pela primeira vez, na história brasileira. No entanto, as políticas públicas formuladas, tanto na área da assistência, da educação, quanto da segurança pública, carregam o estigma da 'juventude problema'.

²² Essa visão de juventude utópica, sonhadora e idealista, construída na década de 1960, persiste até hoje, no entanto, nesse mesmo período histórico já existiam entre esses jovens idealistas e revolucionários outros interlocutores juvenis de direita e conservadores que contribuíram na luta para a tomada do poder de forma ditatorial, como os jovens tenentes militares

Kuasñosky e Szulik (1996) afirma que as políticas públicas de juventude aparecem ligadas a dois fatores: a relação problemática entre jovem e trabalho, e a identificação do jovem como 'perigo social', como população de risco.

O interesse estatal para com os jovens deve ser analisado a partir de uma situação estrutural particular, que registra esse grupo como um dos mais afetados pela crise. O jovem é, portanto, o segmento que ocupa um lugar caracterizado pela suspeita de perigo e ameaça social (KUASÑOSKY; SZULIK, 1996).

Apesar da visibilidade nas pautas públicas, da juventude na contemporaneidade, esse segmento enfrenta o pré-julgamento de ser identificado como apático politicamente, carregando o conceito formulado, ainda na década de 1980.

Os conceitos de 'Juventude problema' e 'apatia política' convivem muito bem na sociedade contemporânea com a visão de jovens possuidores de interferência, decisão e influência, ditando, inclusive, comportamentos. Os jovens conseguiram, assim, não só associar estigmas como, também, inverter a situação, difundindo gostos, idéias e modos de conduta (PAIS, 2003).

Concluindo, em cada uma dessas décadas apresentadas, existia um grupo hegemônico, de estudantes, de trabalhadores ou de 'marginalizados', que permitia uma determinada apreensão do 'ser jovem', que acabou por se homogeneizar nas gerações, dando, inclusive, nome e significado aos jovens de cada geração (KUASÑOSKY; SZULIK, 1996).

Assim, de acordo com essas visões predominantes de juventude apresentadas através das décadas, é visível a percepção de unidade presente na compreensão de 'fase da vida', tornando única toda a juventude que vivenciava determinadas décadas.

Esse fator nos leva a refletir sobre a possibilidade de compreender a juventude para além daquela unidade aparente. Sendo assim, temos a possibilidade de ter dois olhares: a unidade (quando referida à fase da vida) e a diversidade (quando estão presentes diversos atributos sociais, como as classes sociais) (PAIS, 2003).

Ao falarmos de juventude de classe média ou popular, casada ou solteira, operária ou estudante, estamos nos referindo à juventude no sentido de 'diferente'. Sendo assim, a juventude não é socialmente homogênea - "ela aparece socialmente dividida, em função de seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações" (PAIS, p. 42, 2003)

Simplificando, podemos afirmar que há alguns conceitos que homogeneízam a juventude, se comparada a outras gerações; e outros que visualizam a juventude de forma heterogênea - se analisada a partir do conjunto social com atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros. Dessa forma, temos de um lado, a 'unidade' e, do outro, a 'diversidade'. Dois campos semânticos de compreensão de juventude (PAIS, 2003)

Sendo assim, entendemos que a juventude deve ser olhada para além da sua unidade; ou seja, em sua diversidade. Nesse sentido, não há um único conceito que dê conta de sistematizar a juventude, nem na sua aparente 'unidade' e, muito menos, na sua 'diversidade'. Existem diferentes juventudes e diferentes maneiras de conceituá-las, diferentes teorias.

Essas teorias podem ser agrupadas em duas principais correntes que procuram explicar e entender a juventude e suas facetas. São elas: a 'corrente geracional' e a 'corrente classista', que carregam na sua base os campos semânticos de compreensão da juventude; ou seja, a 'unidade' e a 'diversidade', respectivamente (PAIS, 2003).

2.1. Corrente Geracional

A corrente geracional tem, como ponto de partida, a juventude entendida como '*fase da vida*'. É possível identificar esse sentido, por exemplo, nas visões dominantes de juventude, apresentadas por meio das décadas descritas no subitem anterior. A questão principal, trazida por essa corrente, diz respeito à 'continuidade' e à 'descontinuidade' dos valores e normas das gerações. Tendo como quadro teórico dominante as teorias: da socialização²³ e das gerações²⁴ (PAIS, 2003).

Na teoria funcionalista da socialização, se por um lado, os conflitos e expressões da juventude são vistos como disfunções do processo de socialização; por outro, o movimento normal é chamado de 'continuidade'. Já a teoria das gerações considera a existência necessária da 'descontinuidade' geracional para a formação da juventude como uma 'geração social' (PAIS, 2003).

Os fatos históricos podem ser vistos, pela corrente geracional, de duas formas, valorizando, pois, a 'continuidade' ou a 'descontinuidade'. Portanto, quando há o processo de 'socialização contínua', não há valorização das rupturas, conflitos e crises inter-geracionais - ressaltam-se as 'descontinuidades' geracionais como anomalias do processo de formação do jovem. Quando há um processo de 'descontinuidade' não visto como disfunção; ou seja, visto como um movimento necessário à formação do jovem, a lente de visualização dos fatos é a 'teoria das gerações' (PAIS, 2003).

As duas teorias têm como base, para o entendimento de juventude, o sentido de '*fase da vida*'. Nas duas, a 'descontinuidade' inter-geracional está na base da formação da juventude como uma 'geração social': uma, entendendo-a como disfunção, e a outra, como um processo necessário à formação (PAIS, 2003).

Para uma melhor compreensão da 'corrente geracional', é necessário, segundo Pais (2003), termos contato com as diferentes formas de conceituação possíveis para

²³ Desenvolvida pelo funcionalismo.

²⁴ Elaborada e discutida por de Karl Mannheim.

geração. São elas: a 'geração biológica' (intervalo de tempo médio entre o nascimento de um indivíduo e seu filho), a 'geração demográfica' (agregado simples de indivíduos cujas idades se situam dentro de limites) e a 'geração social' (associação de indivíduos, cujas idades se concentram em alguns limites; membros possuidores de sentimentos comuns de pertença coletiva; membros que vêem diferenças sociais e culturais nos grupos de indivíduos mais novos e mais velhos que eles). Dentre esses conceitos apresentados, a 'corrente geracional' se apóia no entendimento da 'geração social'.

Nesse sentido, ainda no conteúdo abordado pela 'corrente geracional', há a existência de uma 'cultura juvenil', que se oporia à cultura das demais gerações, assumindo diferentes tipos de 'descontinuidades' inter-geracionais, ocorrendo - ora 'socialização contínua', ora rupturas, conflitos e crises inter-geracionais (PAIS, 2003).

Ocorre 'socialização contínua', quando a geração mais jovem é socializada "segundo valores e normas predominantes entre as gerações mais velhas". Isso ocorreu, por exemplo, nos anos 50 (PAIS, 2003, p. 49).

Já nos anos 1960, a sociologia funcionalista começa a explorar a juventude como problema, no entanto, a "linha teórica da 'socialização contínua', acaba por reconhecer atitudes positivas dos jovens, perante a família, a escola e a autoridade" (PAIS, 2003, p.50).

Para a 'corrente geracional', os indivíduos experimentam o seu mundo, seus problemas, suas circunstâncias, como membros de uma geração e não como membros de uma classe. Assim, experiências de determinados indivíduos são compartilhadas por outros, da mesma geração, que vivem em circunstâncias semelhantes e enfrentam problemas similares (PAIS, 2003).

Sendo assim, nota-se que existem diferentes perspectivas de vida que são compartilhadas com diferentes membros da mesma geração e, ainda, algumas perspectivas de vida que são propriedade comum de todos os membros de uma geração (PAIS, 2003).

A corrente geracional é envolvida por sinais de 'continuidade' e 'descontinuidade', como já foi dito, sendo polarizada por duas proposições: a que valoriza a 'continuidade' e reprodução da cultura adulta na cultura juvenil, e a outra, que destaca a 'descontinuidade' entre as gerações como um processo também essencial à formação do jovem. Nesse sentido, e salientando outra forma de visualização, em primeiro lugar, existe a versão que coloca o fenômeno juvenil em sentido uniforme e homogêneo e, por outro lado, há a admissão das diferenças entre os indivíduos capazes de negar a homogeneidade. Essa última compreensão dá lugar para a existência de 'sub-culturas' entendidas como 'filiações' da 'cultura juvenil', em oposição à cultura de outras gerações (PAIS, 2003).

Sendo assim, o relacionamento entre jovens e adultos pode se dar de dois tipos: aproblemático (fase intermediária não conflitante) ou problemático (jovens e adultos vivendo em constante conflito). Nos dois casos está presente a existência da 'cultura juvenil' (PAIS, 2003).

Para os defensores da 'descontinuidade intergeracional' os fatos predominantes de visualização de uma determinada fase da juventude – como, por exemplo, a juventude utópica, sonhadora e política da década de 60 - é, freqüentemente, generalizado, como se todos os jovens da geração de 60 fossem idealistas. Esse processo é entendido também como resultado de uma segregação geracional - uma resposta ao processo de segregação social para a sociedade adulta. É como se os jovens negassem a cultura adulta, não a reproduzindo e, em contrapartida, se espelhassem em indivíduos da mesma idade ou próximos (PAIS, 2003).

Na 'socialização contínua', a participação das gerações jovens na vida social pode ter duas características: a socialização dos jovens, que agiriam através de mecanismos, que levariam a integrá-los no sistema existente de 'relações sociais' e a 'juvenilização', que diz respeito à capacidade de os jovens influenciarem os adultos em determinados símbolos de status juvenil, como: agilidade, boa forma física, aparência juvenil, disposição festiva, entre outros atributos (PAIS, 2003).

Exemplificando um pouco essa teoria, vale ressaltar que, nos anos 1960 e 1970, a juventude se expressou como detentora de autonomia, ao se mobilizar e participar politicamente, colocando-se não em estado de contestação, propriamente dita, às instituições adultas, mas em estado de afirmação e independência em relação ao mundo adulto (PAIS, 2003). No período referido acima, deu-se início ao processo de 'juvenilização', que atingiu o ápice na geração atual, com o poder de a juventude influir no mundo adulto.

Assim, para a corrente geracional, os sinais de 'continuidade' e 'descontinuidade' podem se manifestar de duas formas. A primeira se expressa tendo em vista que as gerações mais jovens interiorizam e reproduzem crenças e valores das gerações mais velhas, propagadas pelas instituições, como família, escola, entre outras, mostrando aspectos de 'continuidades geracionais'; por outro lado, quando essa transmissão não é realizada, se percebe um fracionamento cultural entre as gerações, que pode ter a ver com a consistência da cultura adulta transmitida ou com o comportamento dos adultos, tal qual, é percebido pelos jovens, ou, ainda, com o processo de transformação e integração de várias gerações (PAIS, 2003).

Para a 'socialização contínua', esse fracionamento cultural não expressa descontinuidade social, pelo contrário. Atualmente, é muito visível o poder que a juventude tem de influir no mundo adulto, de propor estilos e pautas aos mais velhos, ao invés de apenas serem submetidos e absorverem as crenças, valores e normas desses (PAIS, 2003).

Várias são as críticas à corrente geracional, como, por exemplo, a questão da existência de uma cultura adulta e outra juvenil - que deve se opor ou absorver a cultura adulta - como se a juventude fosse um bloco que deve aceitar ou não as determinações adultas; a corrente apresenta, também, uma aparente submissão ao mundo adulto; porém, não levar em conta as classes sociais também prejudica tal conceituação. A maior crítica à corrente, no entanto, é a questão da homogeneidade na visão do entendimento de juventude.

A juventude é, nesta corrente, vulgarmente tomada como *categoria etária*, sendo a idade olhada como uma variável tão ou mais influente que as variáveis socioeconômicas e fazendo-se uma correspondência desajustada entre uma faixa de idades e um universo de interesses culturais comuns [...] o fato de [...] os jovens escolherem como *modelo de referência* os seus companheiros [...] continua a legitimar a admissão da hipótese segundo a qual algumas normas e padrões de comportamentos geralmente aceitos pelos adultos não são seguidos pelos mais jovens, e vice e versa. (PAIS, 2003, p.55)

2.2. Corrente Classista

Essa corrente sofre forte influência da teoria Marxista. Segundo Pais (2003), alguns autores, ao se apropriarem da teoria dessa corrente, acabam por gerar equívocos diversos, como os que ocorrem entre os próprios estudiosos da teoria marxista que, muitas vezes, esquecem de compreender as relações sociais entrelaçadas aos aspectos econômicos, como um todo, dando ênfase só ao sentido econômico, gerando uma visão economicista dos fatos, negando, dessa forma, os escritos originais marxianos e as múltiplas determinações do real. Assim também, alguns autores, utilizando a corrente classista, acabam por abordar a influência das classes na conceituação de juventude e negam os demais aspectos sociais e econômicos, empobrecendo o conceito e gerando, até mesmo, equívocos.

Sendo assim, tomando os devidos cuidados com a interpretação da teoria marxista no intuito de preservar o sentido das reflexões ao resgatar seus conceitos e entendimentos, foi possível identificar que a questão das relações inter-geracionais está presente na discussão, apesar não expressando a central problemática da reprodução social, como no caso da corrente geracional (PAIS, 2003).

Para a corrente classista, a reprodução social é vista nos termos da reprodução de gênero, de raça e de classes sociais. Os trabalhos dessa corrente são críticos em relação ao conceito vulgar de juventude entendida como 'fase da vida' e acabam por criticar qualquer conceito de juventude, visto que os mesmos são dominados por relações de poder (PAIS, 2003).

Para esta corrente, a transição dos jovens para a vida adulta estaria sempre pautada por desigualdades sociais, acentuadas por fatores como a questão do gênero, da raça, entre outros, que influenciam na relação de trabalho, portanto, a central problemática é a relação desigual estabelecida entre o capital e o trabalho. A partir dessa relação central são estabelecidas as demais problemáticas (PAIS, 2003).

Para Pais (2003), na corrente classista, uma das formas mais justas de convivência seria uma economia de emprego para todos²⁵, que possibilita uma maior igualdade de oportunidades e inserção no trabalho. Sendo assim, o emprego - ou o desemprego - é definitivamente visto por Pais (2003), como o grande vilão que preocupa o jovem, com relação a seu futuro. O emprego é a questão central de preocupação dos jovens, principalmente das classes popular e média, pois diz respeito ao futuro profissional desses

A questão do mercado de trabalho e de emprego, além de definir padrões, estabelece a continuidade de classe, já que está cada vez mais difícil as classes populares ascenderem socialmente ou, até mesmo, terem acesso aos estudos que lhes possibilitem tal ascensão.

Nesse sentido, é possível compreender que as classes populares possuem cada vez menos oportunidades de estudos que lhes possibilitem ascensão social. Quando aquelas conseguem ter acesso a um determinado nível de estudo, ele já não é suficiente para proporcionar aos jovens populares um lugar satisfatório no mercado de trabalho.

Mas é certo também que há uma proletarização dos jovens de classe média - originados da pequena burguesia; no entanto, esse movimento pode ser em caráter transitório.

É certo ainda, que mesmo que a universidade já não seja um meio tão seguro, como antes o era, de legitimação de pertença a um meio social, as classes

²⁵ Vale ressaltar que a corrente classista sofre 'influência' da teoria Marxista, tentar compreender a realidade a partir dos conflitos de classe. Dentro dessa compreensão, Pais (2003) alega que o maior problema vivenciado pela juventude é o emprego, ou melhor, o desemprego, e aponta como solução, uma economia de emprego para todos, no intuito de visualizar possibilidades concretas de superação das desigualdades, através de uma convivência mais justa.

superiores e médias não deixarão de recorrer a outros meios para proteger seus filhos. No entanto, jovens de diferentes condições sociais parecem conjuntamente olhar com receio o fenômeno do desemprego, embora naturalmente recorram a estratégias diferentes para tornearem os problemas que daí lhe possam advir. [...] Dada a atual conjuntura de desemprego, de precariedade de emprego entre os jovens, [...], e dadas também as transformações socioeconômicas [...] a reprodução social não parece efetuar-se de uma forma rigidamente linear. (PAIS, 2003, p. 59)

A partir desse fragmento de texto de Pais (2003), é possível compreender que não são somente os jovens das classes popular e média que se preocupam com o desemprego, mas, também, os das classes altas. No entanto, a forma de enfrentamento do problema é bem diferente dependendo da classe a que pertence.

Nesse sentido, é possível também desvendar que, apesar de existir um forte 'condicionalismo' de classe, visando à prevalência dos jovens de classe média e superior em seu meio social. No entanto, não se pode negar que há, ainda, a subjetividade do jovem, representada através da possível escolha por um caminho e pelas soluções dadas por eles próprios, como sujeitos de si, aos problemas comuns.

Nesse sentido, a corrente classista possibilita a compreensão da subjetividade presente na compreensão de 'culturas juvenis', que sempre são culturas de classe, por isso, entendidas como produtos de relações antagônicas de classe. Dessa forma, as 'culturas juvenis' são representadas como 'culturas de resistência'; ou seja, negociadas no contexto cultural determinado por relações de classe. "As 'culturas juvenis' seriam sempre soluções de classe a problemas compartilhados por jovens de determinada classe social" (PAIS, 2003, p.61). As expressões dos jovens são, portanto, vistas como formas de resistência, utilizadas para desafiar os "consensos dominantes, isto é, a ideologia dominante, das classes dominantes" (PAIS, 2003, p.62).

É fato que a condição social não determina uma homogeneidade cultural dos jovens como é apresentado por alguns defensores da corrente classista²⁶. Pais (2003) alerta que muitos desses 'determinismos' são efeitos de como não se deve utilizar o conceito de classe social. Para a compreensão mais plausível de classes sociais, é necessário

²⁶ Aí está um dos equívocos comentados no primeiro parágrafo do subitem.

entendê-las não como inertes, “como coisas em si”, mas existentes em relação umas com as outras (PAIS, 2003, p. 64).

Na teoria classista, coexistem jovens de diferentes condições sociais com valores relativamente semelhantes no que diz respeito a gosto, à opção musical, entre outras características. Esses fatos são fenômenos que a teoria das classes apresenta dificuldade para explicar. No entanto, não é certo que a condição social determine uma homogeneidade cultural ou de modos de vida, como é apresentado por alguns trabalhos da corrente classista, que comprovam a dificuldade em estabelecer semelhanças entre jovens de classes antagônicas e diferenças entre jovens de mesma classe social (PAIS, 2003).

Os processos sociais que afetam os jovens são, portanto, resultado de determinações sociais, posicionamentos de classe e devem ser compreendidos “à luz da lógica de participação ao nível dos diferentes sistemas de interação local”. Nesses processos, as trajetórias pessoais são imprevistas, e a “mobilidade social” pode contrariar a “causalidade do provável”, no que se refere ao destino de classe em que os jovens aparentemente podem ‘mergulhar’. O caráter súbito e imprevisto é essencial à vida, já que esta não se encontra prefixada. Mas é também existente, não se pode negar, os “condicionalismos sociais” e os “campos de possibilidades” rígidos (PAIS, 2003, p.64)²⁷.

Esse fato é de importância secular para compreender a corrente classista. Apesar dela estabelecer que as relações de classe são fundadas em um certo ‘condicionalismos’, que caminha para a continuidade das classes e dos indivíduos que as pertencem, apresentando um campo rígido de possibilidade para certos jovens populares que pretendem ascender socialmente. Essa corrente leva, também, em consideração, uma pequena, mas existente, mobilidade social, que pode contrariar o provável.

Diante desse quadro, é possível concluir que a corrente classista, por ser mais elástica, possibilita, não só, o agrupamento, como o entendimento de diversas ‘culturas juvenis’,

²⁷ Para um maior aprofundamento nas correntes geracional e classista, ver PAIS, J M. **Culturas Juvenis**. Temas Portugueses: Lisboa, 2003, 2ª Edição.

além de utilizar, na teoria, aspectos importantíssimos que interferem na conceituação do 'ser jovem' como, por exemplo, a questão da empregabilidade, do tempo, das classes sociais, da moratória, entre outros.

2.3. Entre a Cruz e a Espada: Corrente Geracional X Corrente Classista

Após realizar uma aproximação das correntes sociológicas 'geracional' e 'classista', que procuram compreender a juventude, questiona-se: 'deve-se escolher uma das duas correntes?' O próprio Pais (1993) responde a essa pergunta, confirmando que também passou pelo mesmo questionamento e, aos poucos, foi percebendo que elas são complementares e não excludentes. Assim, para ele, a idéia de escolher uma das duas correntes para compreensão da juventude é equivocada, visto que ambas trazem contribuições importantes (PAIS, 2003).

No entanto, mesmo não tendo a necessidade de escolher uma das duas correntes, visto que, as duas trazem aspectos necessários para o entendimento de juventude, e, mesmo por que, uma não exclui a outra, sentimos a necessidade de nos posicionar, tomando sempre o cuidado de não causar prejuízo ao entendimento do tema.

Assim, tomaremos como base, para o nosso estudo, a 'corrente classista', visto que ela permite congrega aspectos importantes da 'corrente geracional', já que nos possibilita o entendimento da juventude por meio da 'diversidade'.

Diante desse posicionamento, torna-se, também, necessário destroçar o entendimento de 'cultura juvenil', visto que todos os caminhos esbarravam nesse conceito, que ora se afunila, ora se alarga, dependendo da teoria e da corrente empregada. Seja a 'corrente classista', seja a 'corrente geracional', a juventude é interpretada através da existência da 'cultura juvenil' associada a 'cultura dominante'.

Na 'corrente geracional', se por um lado, a 'cultura juvenil', no singular, se opõe à 'cultura dominante' dos adultos. Por outro lado, para a 'corrente classista', as 'culturas juvenis', no plural, são expressões de resistência à cultura dominante e aparecem subordinadas a determinismos, que se estabelecem entre cultura dominante e sub-culturas (PAIS, 2003).

As 'sub-culturas' juvenis são entendidas como desviantes, relativamente, à 'cultura dominante' dos adultos. Um exemplo desse fato é a 'delinqüência juvenil'. Segundo Pais (2003), o funcionalismo a caracteriza como 'a incapacidade que têm os jovens de se ajustarem a comportamentos dominantes'. Na corrente geracional, a 'delinqüência juvenil', dentre outras expressões da 'cultura juvenil', é uma anomalia, frustração e tensão própria de uma fase da vida 'meio' sem limites.

Para a 'corrente classista', no entanto, há um processo dialético entre 'cultura dominante' e 'cultura dominada', em que a cultura é 'reproduzida' e 'transmitida' na sua forma hegemônica, através de diversas instituições sociais, como família, escola, entre outros. No caso do exemplo antes explorado, a 'delinqüência juvenil', para a 'corrente classista', é a expressão de conflitos de classe. É uma forma de resistência consciente a valores da classe dominante. Nesses termos, as 'sub-culturas' juvenis aparecem como forma de resistência à cultura das classes dominantes (PAIS, 2003).

Pais (2003), mesclando aspectos das duas correntes, conclui

por cultura juvenil, em sentido lato, pode entender-se o sistema de valores socialmente atribuídos à juventude [...], isto é, valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais[...] As culturas juvenis vistas, tanto pela corrente geracional como pela corrente classista, como processo de internalização de normas, como processo de *socialização*. (PAIS, 2003, p.69)

Entendendo as 'culturas juvenis' como resultado do processo de socialização, é importante destacar que esse pode se dar, tanto de forma macrossocial (no nível coletivo) quanto de forma microssocial (no nível individual). É, também, através da existência das 'culturas juvenis' que compreendemos mais a fundo o universo juvenil, contribuindo para o entendimento de juventude, no sentido macro (PAIS, 2003).

A 'corrente classista' abre espaço para a discussão da 'moratória social', muito influenciada pelas 'classes sociais', pela raça, pelo gênero, pelo emprego, pela idade, etc. Assim, é preciso maior discussão dessa questão e maior aprofundamento nela, para, então, entendermos se, realmente, todos os jovens são capazes de assumir o 'ser jovem', partindo do pressuposto da moratória social.

2.4. Moratória Social e Moratória Vital

“um tempo para o ensaio e o erro”

(DAYRELL, 2003, p.41)

Partindo dessa última discussão proposta pela corrente classista, daremos início a outro entendimento importante, no universo de compreensão do tema juventude: a 'moratória social', que, depois, se desvenda em 'moratória vital'.

O termo 'moratória' encontra-se exemplificado em um dicionário da Língua Portuguesa da seguinte forma: “Aumento de prazo concedido pelo credor ao devedor para pagamento de uma dívida” (BUENO, 2001). É certo que não é desse tipo de 'moratória' que abordaremos a seguir. No entanto, esse entendimento nos auxilia na compreensão. Retornando ao nosso aspecto social, a 'moratória social', portanto, seria um tempo livre, um tempo a mais, concedido ao jovem, adiando a sua entrada no universo adulto, de trabalho, de dívidas, de responsabilidades, enfim.

Erikson (apud Camacho, 2007, p. 146) nos informa que a existência da moratória começa a apresentar indícios no século XVIII. “A partir de meados do século XIX, a moratória se solidifica como prolongamento do período de instrução dos jovens, quase que exclusivamente do sexo masculino e de famílias abastadas”.

Essas peculiaridades, que a 'moratória' assumia naquele momento, vieram se modificando no decorrer dos anos e, atualmente, ela se apresenta de forma diferenciada. Para que possamos compreender como a 'moratória social' é posta na sociedade atual é importante salientarmos aspectos como o do trabalho, que é central ao falarmos de juventude hoje. Segundo Margulis, é no plano cultural que se evidenciam as novas modalidades que assumem a juventude atual.

[...] Vivimos en un mundo en el que caducan las viejas garantías en el plano del trabajo y la reproducción de la vida, que se apoyaban en los saberes, la experiencia, la calificación y los derechos sociales, y sobrevienen nuevos e intensos procesos de exclusión, sostenidos en dudosas teorías que reposan, básicamente, en una presunta racionalidad de los mercados (MARGULIS, 1996, p. 10)

Esse contexto atual influencia na condição de vida da população e, também, é claro, na dos jovens, que ficam sem acesso ao trabalho e ao estudo. Nesse sentido, os jovens dispõem de tempo livre, mas não um tempo livre que a sociedade legitime: avaliado pelo esforço realizado, que merece descanso. É um tempo desolado e sem objetivo de emprego, já que se torna difícil a inserção deles no mercado. Assim, o futuro se apresenta problemático para os jovens, seu principal protagonista (MARGULIS, 2001).

Não só para os jovens das classes populares, mas também para os demais, o presente é precário e não oferece caminhos que orientem a saída a respeito dessa exclusão pelo simples fato de as pautas que foram seguidas pelas gerações anteriores, bem como os caminhos para o futuro que perduram no imaginário familiar já não serem eficazes (MARGULIS, 2001).

A fórmula utilizada por seus pais já não é válida para construir um futuro profissional promissor. Em sua maioria, não são mais os mesmo passos dos pais que deverão ser seguidos pelos jovens.

Seria um caminho quase que inverso - ao invés de o jovem se espelhar nos adultos para construir seu futuro profissional, seriam os adultos se espelhando nos jovens e criando um mercado novo, com um produto novo: a 'juvenilização'.

De acordo com esse sentido, o jovem é apresentado como signo, condicionando uma quantidade de atividades produtivas, ligadas ao corpo e à imagem, comercializando a 'juvenilização'. Diversas são as novas mercadorias relacionadas à legitimidade, encontrada em certas imagens juvenis (MARGULIS, 1996).

Esse aspecto mostra uma relação forte e, até mesmo, concorrente entre jovens e não jovens. Ao contrário dos adultos, eles são indivíduos que possuem tempo livre, desfrutam de ócio, estão protegidos por certa 'moratória social' que lhes permite viver sem angústia e responsabilidade (MARGULIS, 1996).

Para Elbaum (1996), essa moratória é entendida como o tempo dado aos jovens para os estudos.

Existe a idéia de 'moratória', também como

[...] que refleja ese "no lugar" entre la infancia y la adultez, sufre sus contusiones. Es el tiempo segmentado de la posmodernidad, sin percepción de futuro y plagado de olvidos, en los que resulta difícil hallar sin grandes dificultades "un lugar en el mundo (...). Los jóvenes de hoy tienen menos "tiempo de entrenamiento" y de "exploración" y más exigencias de toma de decisión. Su formación es parte ya de su futuro. Al parecer, tenemos menos transición más permanencia, ya sea como vivencia de "juventud forzada" en sectores populares, ya sea como juventud extendida en sucesivos requisitos de formación." (BALARDINI, 2000, p.11).

Essa simbolização pode se tornar produto e objeto de uma estética, que pode ser adquirido por adultos, para estender o tempo de sua capacidade de portar o signo de juventude, que se transforma, assim, em mercadoria. Compra-se, e vende-se (MARGULIS, 1996).

A 'moratória social' possibilita aos jovens das classes média e alta um tempo em seus deveres, para estudar e se formar. Essa moratória, esse tempo livre, cresceu ultimamente, visto que o nível de escolaridade exigida para o indivíduo se tornar um profissional qualificado vem aumentando a cada ano - ser pós-graduado, já é exigência mínima do mercado (MARGULIS, 2001).

Com relação ao âmbito familiar, a juventude transcorre no seio da família. A saída do lar de origem e a independência econômica marcam ritos básicos para a autonomia, que

aumenta com a constituição de um parceiro estável e o primeiro filho. No entanto, esse pensamento evolutivo e linear possui diferenciações sociais, distintas classes e segmentos sociais diversificados, configurando diferentes juventudes (MARGULIS, 1996).

A partir desse ponto de vista, as classes populares estão longe de ascender à 'moratória social'. Pelo que se define como condição juvenil, não está ao seu alcance ser jovem, principalmente porque o tempo livre do jovem pobre é visto como um tempo vazio, sem rumos e que precisa ser ocupado a qualquer preço.

Camacho (2007), em um artigo escrito sobre moratória, relata que o Programa Agente Jovem do Governo Federal, chamado hoje de 'Projovem Adolescente', direcionado a jovens de 15 a 18 anos, de baixa renda, é uma alternativa para cobrir esse tempo livre dos jovens pobres que são vistos, muitas vezes, com maus olhos pela sociedade. Como se os jovens das classes populares fossem 'marginais' em potencial, não podendo desfrutar do tempo livre concedido aos jovens das classes privilegiadas.

Nesse sentido, as classes populares se excluem desse processo de 'moratória', já que, muito cedo, os jovens precisam abandonar os estudos para trabalhar e sustentar a família ou, ainda, ajudar na renda de casa. A 'moratória social' se torna, assim, um conceito que exclui da condição de 'ser jovem' uma grande parcela de indivíduos. (MARGULIS, 2001).

Mesmo quando a crise e o desemprego possibilitam o tempo livre aos jovens das classes populares, essas circunstâncias não os conduzem à 'moratória social', pois o tempo livre vem carregado, não só de culpabilidade e impotência, como de frustração e sofrimento (MARGULIS, 1996).

Nesse sentido, a questão da desigualdade nos revela, por exemplo, um equívoco, quando discutimos a faixa de idade juvenil de forma automática, sem levar em consideração outros fatores, podendo cair em uma armadilha que tende a aumentar a faixa de idade dos Jovens de classes média e alta, possibilitando-os postergar responsabilidades da vida adulta, alongando cada vez mais o período juvenil da

moratória social, e diminuindo o tempo juvenil para os jovens pertencentes às classes populares (MARGULIS, 1966).

Em conseqüência, se pode reconhecer a existência de 'jovens não juvenis' como é o caso de jovens de setores populares que não gozam da 'moratória social' e não portam os signos que caracterizam hegemonicamente a juventude; e de não 'jovens juvenis', como certos integrantes de setores médios e altos que vêm diminuindo o seu crédito vital excedente, ou seja, vêm envelhecendo, já não estão no período de idade comumente considerado jovem, porém, são capazes de incorporar os signos que caracterizam o 'ser jovem' (MARGULIS, 1996).

Ao contrário da 'moratória social', a 'moratória vital' existe para todos os jovens, independente da pertença de classe social, da força disponível, da capacidade produtiva, da possibilidade de deslocamento, da resistência ao esforço, enfim. A esse capital, podemos identificá-lo como 'valor de uso', que se desenvolve em 'valor de troca'. Essa abstração permite uma distribuição social por classe desse capital, dentro do que se julga interesse de mercado (MARGULIS, 1996).

A energia vital própria se converte em outra coisa, outra lógica, aparecendo como crédito social, como uma massa de tempo futuro, como esperança, disponível de maneira diferencial segundo a classe social. Aqui está a importância da articulação com a 'moratória social'. Aqui se nota a passagem do crédito enérgico, vital, de tempo futuro, ao crédito social, à esperança, às maiores possibilidades, à prevalência dos signos dominantes. E, se tomarmos somente a definição deste último, se aceita implicitamente o prejuízo social incorporado, caindo na ideologia que rege a produção dominante de juventude (MARGULIS, 1996).

A juventude como energia, 'moratória vital' (não só social), ou o crédito temporal é algo que depende da idade, isso é indiscutível. A partir daí, começa a diferenciação de classe e posição no espaço social, o que determina o modo como se processarão posteriormente os fatos, como será vivida essa 'moratória' e como esses condicionantes influenciarão no futuro (MARGULIS, 1996).

Não podemos afastar nenhuma das rupturas objetivantes, nem a 'cronológica' e nem a 'sociocultural', ou seja, nem os aspectos da idade, muito menos os aspectos sociais e culturais, como apresentado anteriormente. Já que pretendemos evitar os perigos do etnocentrismo de classe e do 'fetichismo' da faixa etária, como foi discutido no conceito de moratória social, que exclui da condição juvenil diversos indivíduos devido à sua pertença de classe (MARGULIS, 1996).

Além dessas diferenciações existentes, devido às diversas pertenças de classe social, o gênero também é um aspecto capaz de possibilitar uma vivência diferente do 'ser jovem' e, conseqüentemente, da 'moratória'.

A classe social conjugada ao gênero influencia ainda mais. Uma jovem e um rapaz de classe média/alta têm mais possibilidades de vivenciar a 'moratória' tanto 'vital' quanto 'social' que uma jovem e um rapaz pertencentes às classes populares. No entanto, quando visualizamos as diferenças entre a moça e o rapaz das classes populares, é possível notar que a moça - por ser mãe em potencial - poderá ter um menor tempo de 'moratória vital' que o jovem, já que ter um filho é um dos poucos horizontes de realização posto a ela (MARGULIS, 1996).

A juventude não é, portanto, um signo ou um sinal e nem se reduz a atributos juvenis de uma classe, já que apresenta diversas modalidades, segundo a incidência de diversas variáveis, inclusive a do gênero (MARGULIS, 1996).

As modalidades sociais do 'ser jovem' dependem da idade, da geração, do crédito vital, da classe social, do marco institucional e do gênero (MARGULIS, 1996).

A moratória e a necessidade fazem da juventude das classes populares mais curta, e das classes média e alta mais ampliada. Com relação ao gênero, existe maior possibilidade de se ser jovem sendo homem que mulher (MARGULIS, 1996).

A juventude é uma condição que se articula social e culturalmente em função de diversos fatores como: a idade, o crédito enérgico, a vitalidade e a distância da morte, ligados à 'moratória vital'; ou como geração a que se pertence, a memória social

incorporada, a classe social de origem, ligados à 'moratória social', e, também, como período de retardo; sem esquecer da interferência do gênero, que se define segundo as urgências temporais que pesam sobre o homem e a mulher; além da imbricação na família, talvez um dos mais influentes marcos institucionais em que todas as outras variáveis se articulam (MARGULIS, 1996).

Através da 'moratória social' e 'vital', da 'memória social' incorporada, da condição de gênero e do lugar das instituições tentamos recuperar certa 'materialidade' e 'historicidade' no uso sociológico da categoria juventude, procurando não deixar escapar os principais fatos que implicam em sua conceituação (MARGULIS, 1996).

Até aqui é possível observar que outros caminhos e possibilidades se abrem ao tentarmos entender a juventude. Mas uma coisa é certa, independente de como iremos entendê-la, é visível a importância de definição de uma faixa etária, já que ela é que diferencia um jovem de um idoso, por exemplo. Mesmo que não tenhamos limites estritamente definidos de faixa etária, é ela que norteia o nosso entendimento do 'ser jovem', mesmo se mostrando um dado extremamente possível de ser manipulado.

2.5. Faixa Etária

A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável, e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotados de interesses comuns e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. (BOURDIEU, 1983, p. 113)

A questão da faixa etária, apesar de ser um fato muito questionado por diversos autores, é, sem dúvida, necessária para se trabalhar o conceito de juventude. O importante é não tomar como único esse modelo e ter o cuidado de associá-lo aos diversos fatores anteriormente discutidos.

Segundo Levi (et al, 1996), cada indivíduo possui características imutáveis e transitórias, e a idade é uma delas. Por esse motivo, essa questão deve estar presente

ao se trabalhar faixa etária, visto que “os indivíduos não pertencem a grupos etários: eles os atravessam (LEVI et al, p.09).

Levando em conta essa condição apresentada por Levi (et al, 1996), é possível visualizar diversas instituições, que precisam definir uma idade para a juventude, segundo seus objetivos, ainda que posto como caráter transitório.

Spósito e Carrano (2003) especificam o problema da conceituação por faixa etária associada às políticas públicas de juventude. Assim, os autores entendem que

[...] se tomadas exclusivamente pela idade cronológica e pelos limites da maioridade legal, parte das políticas acaba por excluir um amplo conjunto de indivíduos que atingem a maioridade, mas permanecem no campo possível das ações, pois ainda efetivamente vivem a condição juvenil. De outra parte, no conjunto das imagens não se considera que, além dos segmentos em processo de exclusão, há uma inequívoca faixa de jovens pobres, filhos de trabalhadores rurais e urbanos, os denominados setores populares e segmentos oriundos de classes médias urbanas empobrecidas que fazem parte da ampla maioria juvenil da sociedade brasileira e que pode estar, ou não, no horizonte das ações públicas em decorrência de um modo peculiar de concebê-los como sujeitos de direitos (SPÓSITO; CARRANO, 2003, p.5)

Para iniciar a discussão, vamos apresentar as faixas etárias utilizadas por algumas instituições para definir população jovem. É relevante ressaltar que essas definições são dadas de acordo com entendimento próprio da instituição. Sendo assim, essa questão se apresenta como complexa e divide opiniões. Algumas instituições seguem uma faixa etária, outras a ampliam mais, e assim por diante.

As organizações Internacionais consideram que a juventude é aquele período da vida que se situa entre os 15 e os 24 anos, entre elas estão a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta última compreende que a fase juvenil pode ser definida, tomando-se como referência dois períodos: o da adolescência e o da juventude. Segundo essa organização, a adolescência tem início aos 15 anos, considerando que, com essa idade, a pessoa já terá alcançado um nível de escolaridade que lhe permitirá o acesso ao mercado de trabalho. Já a juventude inicia aos 20 anos porque, nessa idade, começa uma nova fase da vida, que se estende até os 24 anos, com uma maior independência (MARTINS, 2002).

O Banco Mundial entende juventude como

uma fase em busca de identidade, que não se confunde com irracionalidade econômica. Uma fase em que há forte influência dos pares. Uma parcela que maneja um tipo de racionalidade em que o futuro não entra nos cálculos. Uma parcela que não considera o efeito de seus atos sobre os outros (ABRAMOVAY et al, 2007, p. 26).

Dessa forma, o Banco Mundial expõe sua compreensão acerca da juventude, apresentado uma visão carregada de preconceitos e generalizações.

No Brasil, a maioria das instituições que trabalha com juventude segue a determinação do Conselho Nacional da Juventude (CONJUV), que considera jovens, aqueles que possuem de 15 a 29 anos. O CONJUV entende que assim fica garantida uma maior abrangência de atendimento, à população, pelas Políticas Públicas, conforme a preocupação apresentada por Spósito e Carrano (2003), citada anteriormente.

A faixa etária trabalhada, para se conceituar juventude, vem aumentando no decorrer dos anos. Hoje, já se trabalha com o intervalo de 15 a 29 anos. Esse fato advém do aumento da expectativa de vida. Em 100 anos, a expectativa aumentou de 30 para 70 anos. Essa mudança interfere na conceituação da juventude, que também deve ser ampliada. Para Pochmann (2005), a faixa etária juvenil já deveria ser aumentada para - entre 16 e 34 anos, uma faixa de idade condizente com a que utilizaremos nesse estudo, devido ao intervalo de idade definido pelos próprios partidos políticos.

2.6. Juventude ou Juventudes

Com base em toda a discussão desenvolvida pela sociologia da juventude, compreende-se que conceituar juventude pode ser mais complicado do que se imagina a princípio. A juventude não possui aquele significado único divulgado pelos *mass media*, em blocos de gerações ou décadas. A sociologia da juventude muito tem

produzido e discutido para contribuir no entendimento mais amplo da juventude - enquanto categoria de análise.

Sendo assim, diversos autores apresentam visões diferenciadas que também contribuem para uma compreensão do 'ser jovem'. Essas visões nem sempre se apresentam relacionadas diretamente à 'corrente geracional' ou à 'corrente classista', a 'unidade' ou a 'diversidade', ou mesmo citam a 'moratória social' ou 'vital'. No entanto, a partir dessas correntes e conceitos é possível entender as construções teóricas de alguns autores que trabalham com essa temática.

Nesse sentido, Dayrell (2003) nos diz que a juventude, entendida no sentido do 'vir a ser' da condição transitória, carrega um aspecto negativo: o que não chegou a ser. Negando o presente e esquecendo que toda a vida é um singelo 'vir a ser'. 'Vir a ser' jovem, 'vir a ser' adulto e assim por diante.

Outra visão é a romântica, que se cristalizou na década de 1960, resultado do florescimento da indústria cultural e de um mercado de consumo dirigido aos jovens. A juventude se traduzia como liberal. A essa idéia se associa a visão de 'moratória', de um tempo dado ao indivíduo possibilitando-lhe o ensaio e o erro (DAYRELL, 2003).

Ser jovem é um valor positivo em nosso tempo. Os *mass media* tem fortalecido a presença da juventude na sociedade. Assim, os meios de comunicação têm se preocupado não só em transmitir, mas também em difundir modelos ideais de indivíduos (CHMIEL, 1996).

Isso pode ser percebido no conceito utilizado por Kehl (2004, p.90) para afirmar que ser jovem "é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil consumidor, uma fatia do mercado, onde todos querem se incluir". Esses modelos ideais de indivíduos carregam, quase sempre, aspectos ditos juvenis como mercadorias, que, se adquiridas, tornam as pessoas jovens e isso é bem visto.

Nesse sentido, Bourdieu (1983) afirma que, quando o sentido de limites desaparece, "se vê aparecer um conflito a respeito dos limites de idade, dos limites entre as idades"

(p.121). Assim, o autor mostra como é importante ter o entendimento de idade, tomando cuidado com o sentido demarcatório estático, já que a idade é um dado manipulado e manipulável. É como se existisse uma pressuposta forma de ser jovem ou ser adulto, e as pessoas viessem ultrapassando essa 'pseudo' linha demarcatória.

Nesse sentido, Menandro (2004, p. 04) afirma que mesmo havendo

[...] uma certa desvalorização da condição jovem com relação a suas supostas características de inconstância e transitoriedade, muitas sociedades contemporâneas produziram, pela via da cultura de massa, uma valorização da condição juvenil que elevou à condição internacional de modelo, de ideal a ser seguido, com evidentes repercussões para as economias de mercado desenvolvidas.

A mídia propaga a ilusão do tempo e a eterna juventude, não importando a idade biológica, mas o que se exterioriza através dos atos que afirmam a identidade comum. Até mesmo as palavras adquirem um significado próprio para os jovens. Eles as usam e a mídia acaba absorvendo e as propagando também (CHMIEL, 1996).

Além das palavras, o corpo, as roupas, a jovialidade, os locais freqüentados pelos jovens, como as academias, por exemplo, acabam sendo objetos de desejos propagados pelo *mass media*, como indispensáveis ao consumo daqueles que querem se manter 'sempre' jovens.

A noite, um outro exemplo, é um tempo hoje industrializado e dedicado ao consumo do ócio. Cada grupo de jovem se preocupa, simbolicamente, com lugares pelos quais expressam seus gostos e seus estilos. Essa relação - entre juventude e noite, e juventude e território - sugere diferenças objetivas e subjetivas (ELBAUM, 1996).

Diferentes tribos de jovens se organizam, a partir de afinidades, e elegem um território ou se diferenciam por esse território que habitam e pelos lugares que freqüentam. A escolha pelo lugar, às vezes, passa a ser a exclusão de outros espaços, por não querer ou não poder estar entre pessoas de outros grupos, que curtem outras músicas, por exemplo (ELBAUM, 1996).

Nesse sentido, Elbaum (1996, p. 158) diz que temos que nos preocupar ao agrupar artificialmente um grupo de pessoas por um único atributo em comum: existem distâncias sociais entre os indivíduos - o que permite superar a consideração de uma cultura juvenil única, “como fator condicionante de ser jovem”, exatamente o abordado pela corrente classista.

Ao abordarmos os aspectos da ‘moratória social’ vimos como a juventude tem se tornado um símbolo e signo de status, uma mercadoria propagada pelo *mass media* que expressa desejo de consumo.

No entanto, a juventude não desfrutou e nem desfruta sempre do mesmo significado na sociedade, pelo fato de haver sociedades em que os mais velhos tinham mais prestígio, como na antiga China. Mas esse movimento não se refere só ao prestígio, mas também à integração dos jovens em grupos e movimentos (MANNHEIM, 1968).

Seguindo aproximadamente essa linha de raciocínio, Mannheim (1968), Spósito e Carrano (2003), Abramo (2005; 1997), Dayrell (2003), Novaes (2002), Levi (1996), Elbaum (1996), Castro (2004), Camacho (2007)²⁸, entre outros, afirmam que dependendo do contexto, chega-se a uma idéia de juventude diferente, entrando na definição questões diversas, como classe social, local em que vive, grupo em que se insere, entre outros aspectos, tornando-se necessária a denominação juventudes.

Sousa (1999) reforça a compreensão afirmando que não podemos trabalhar com um conceito único de juventude, precisando, na maioria das vezes, mesclar a questão da faixa etária a aspectos sócio-culturais.

A ‘padronização’ do conceito de juventude, como sendo único, homogêneo e universal, é disseminado através da sociologia funcionalista, em que é possível compreender a juventude, o ‘ser jovem’, sem a relação com o contexto social concreto, entendendo-a como um momento de transição do ciclo da vida entre a fase da infância para a

²⁸ Esse pensamento foi apresentado pela referida professora no Seminário organizado pelo NEJUP intitulado **Movimento, Juventude e Expressão** em 12 de agosto de 2003. Publicado no artigo: A ilusão da moratória social para jovens das classe populares. In: SPOSITO, M. P. **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.

maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização em que os indivíduos processam a sua integridade e se tornam membros da sociedade (ABRAMO, 1997), exatamente como é exposto pela corrente geracional.

Dessa forma, consideramos prudente entender a existência de 'juventudes', que se diferenciam por possuírem demandas e expectativas singulares, relacionadas à territorialidade, ao gênero, à cor; que sofrem interferência tanto de classe para classe, quanto de geração para geração, e são determinadas, tanto por aspectos biológicos e etários, quanto pela interferência cronológica, sócio-cultural e psicológica. Nesse sentido, a 'corrente classista' nos possibilita um olhar ampliado com relação às realidades das juventudes e nos auxilia em uma compreensão dialética e mais profunda do 'ser jovem'. Observa-se, também, que o sentido abordado pela 'moratória social' e 'moratória vital' ao 'período juvenil' colabora na compreensão dos significados. A essa visão, associamos a noção da faixa etária de 16 a 35 anos, que, como veremos mais adiante, é o intervalo máximo utilizado pelos partidos políticos pesquisados.

3. PARTICIPAÇÃO POPULAR, DEMOCRACIA, DIREITOS E CIDADANIA

A história política brasileira é marcada por governos autoritários e ditatoriais que construíram seu palanque político recheado de clientelismo, favoritismo, personalismo, entre diversos outros 'ismos', que rodearam a história brasileira e continuam presentes na ação política de alguns dirigentes.

Entretanto, essa mesma história não pode ser lembrada, sem recordarmos a grande participação popular e as conquistas realizadas pela população que não aceitava determinada situação. Assim, ao mesmo tempo em que governos autoritários causavam pânico, terror e eram sinônimos de ordem para alguns; para outros, causavam também uma enorme vontade de mudança e disposição de lutar pela sua superação. No entanto, essas conquistas, muitas vezes, foram se dando como uma resposta do Estado, que cedia, gradativamente, a reivindicações, em forma de manifestações e oposições políticas, que perturbavam a 'ordem' estabelecida, visando, assim, a menores danos às estratégias da elite política.

Nesse sentido, foi se desenvolvendo a história da participação popular brasileira, marcada, muitas vezes, por sangue, deportações, lutas, e também por concessões, movimentos reacionários, enfim, até que então pudéssemos usufruir de uma democracia, de um regime democrático de direito, construído e aprimorado, dia após dia.

Como o nosso objetivo não é realizar um profundo histórico de participação, já realizado por autores como Eder Sader (1988), Brant e Singer (1980), Foracchi (1977), Doimo (1984), entre outros, fica como tarefa realizar um breve resgate histórico da participação popular para nos situar no tempo e entendermos o sentido de participação popular, referente aos movimentos sociais e instituições que nos apresentam uma "nova" forma de participação, agregando a esse entendimento a discussão da democracia e da nova cidadania.

Como aporte teórico para os nossos estudos, utilizaremos o conceito de Estado

ampliado de Gramsci, como uma nova compreensão do conceito de Estado apresentado por Marx. Entendendo-o como uma superação da concepção restrita de Estado, de forma dialética, com a formulação de novos conceitos que tentam dar conta das exigências do movimento do real (SIMIONATTO, 2004).

O conceito de Estado de Marx se mostra restrito, já que, à luz da época em que foi desenvolvida sua teoria, por volta do século IXX, os proletários não só não tinham acesso ao Estado, com reduzidas possibilidades de participação política, como também não exerciam interferência em decisões e ações públicas. A teoria restrita de Estado se referia realmente a um Estado restrito. Para Marx, o “Estado é um aparelho coercitivo, instrumento de dominação”, já para Gramsci o “Estado não é algo impermeável às lutas de classe, mas é atravessado por elas” (SIMIONATTO, 2004, p. 65).

Assim, entram em cena novas relações sociais que possibilitam uma crescente socialização política, permitindo visualizar uma ampliação do fenômeno estatal. Nessa ampliação do Estado, tornam-se complexos os problemas relacionados ao poder, surgindo então uma nova esfera social: a sociedade civil.

A esfera política ‘restrita’ que era própria dos Estados oligárquicos, tanto autoritários como liberais, cede progressivamente lugar a uma nova esfera pública ‘ampliada’, caracterizada pelo crescente protagonismo de amplas organizações de massa. É a percepção dessa socialização da política que permite a Gramsci elaborar uma teoria marxista ampliada do Estado. Mas, cabe lembrar que se trata de uma ampliação dialética, os novos elementos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo fundamental da teoria ‘restrita’ de Marx, Engels e Lênin (ou seja, o caráter de classe e o momento repressivo de todo poder do Estado), mas repõem e transfiguram ao desenvolvê-lo através do acréscimo de novas determinações (COUTINHO, 1989, p. 58-59).

No interior da superestrutura, apresentada na formação da teoria do Estado ampliado de Gramsci, estão a sociedade civil e a sociedade política, diferente de Marx e Engels que as situavam na infraestrutura.

[...] o Estado em sentido amplo, ‘com novas determinações’ comporta duas esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de ‘Estado em sentido estrito’ ou de ‘Estado-coerção’), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização

material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 1989, p. 76).

Assim, para Gramsci, a sociedade política, juntamente com a sociedade civil, compõe o Estado, no entanto, é visível a autonomia e distinção de papéis sociais entre as duas esferas.

[...] no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a *direção política* e o *consenso*; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma *ditadura*, ou, mais precisamente, uma *dominação* mediante a *coerção* (COUTINHO, 1989, p. 77).

É importante destacar que Gramsci não reduz o Estado somente à relação estabelecida entre sociedade política e sociedade civil, mas as liga à sociedade econômica, entendida como parte integrante da realidade social.

Segundo Simionatto (2004), Gramsci entende por 'sociedade econômica' tudo o que Marx define como estrutura e, sociedade política e sociedade civil o que Marx definiu como superestrutura.

Isso posto, daremos, então, início à discussão, proposta nesse espaço, referente à participação, democracia, direitos e cidadania.

3.1. Participação social: imprescindível para transformação da realidade

Na década de 1970, ainda vivendo um período assombrado pela ditadura, a participação social no Brasil e os movimentos sociais eram subjugados à lógica do capital e à dominação, sendo despolitizados pela ação de um Estado repressor (SADER, 1988).

Já no fim da década de 1970, a literatura sobre o tema passa a se referir aos

movimentos operários e populares com uma marca de autonomia e de contestação à ordem estabelecida. Esses movimentos já não eram mais os mesmos do início da década de 1970, sendo denominados de “novo sindicalismo”, por exemplo, aqueles que se referiam ao movimento sindical. Era o surgimento de uma “nova sociedade”, de “novos movimentos sociais”, de uma nova configuração de classe popular, e não somente um momento de ruptura dos padrões de legitimação da ordem (SADER, 1988, p. 35).

Segundo Sader (1988) essas mudanças - observadas na participação popular - são também observadas nos sujeitos e nas estruturas. A realidade objetiva está repleta dos significados e sentidos das ações sociais que a constituíram enquanto realidade social, portanto, há que se considerar os homens como produtos sociais do meio, mas sem desconsiderar a subjetividade (SADER, 1988).

A partir desse olhar, Sader (1988) observou mudanças nas práticas dos trabalhadores expressadas em “alterações nas falas, diferenças de significados, novas experiências” (p.46) e elaborou, a partir de diversos autores como Castoriades, Lucacks, Caccia Brava, entre outros, uma concepção de sujeito autônomo, capaz de descrever esse novo militante, como aquele que reelabora as determinações externas, “em função daquilo que define como sua vontade” (SADER, 1988, p. 56), expressando a subjetividade do militante na ação política, presente nos novos movimentos sociais.

[...] na emergência dos novos atores sociais, das novas configurações e identidades dos trabalhadores no cenário público, no que parece um início de um novo período na história social de nosso país, nos deparamos com o nascimento de formas discursivas que tematizam de um modo novo os elementos que compõe as condições de existência desses setores sociais (SADER, 1988, p. 60).

Sendo assim, com o decorrer dos anos, além desses novos movimentos sociais, já no fim da década de 1970 e início dos anos 1980, a participação popular assumiu nova configuração. Foram surgindo, aos poucos, movimentos sociais com caráter diferenciado, que possuíam o objetivo de lutar para satisfazer demandas causadas pela precariedade urbana. Muitas dessas lutas se relacionavam à habitação, ao trabalho, às mulheres, aos negros, aos índios, entre outros. Assim, foram surgindo movimentos

sociais de luta que tinham como base a resolução de problemas causados pelo processo de urbanização, pela aceleração do crescimento e pela falta de estrutura, para abrigar a população nas cidades, e também com características dos 'novos' movimentos.

Esses novos movimentos foram denominados, por Eder Sader (1988), Doimo (1984) e Gohn (1982), de Movimentos Sociais Urbanos (MSU). Movimentos esses que expressam o surgimento de uma nova forma de participação, não mais apregoada à hierarquia e rigidez, mas elaborada de forma horizontalizada e democrática, em que cada membro, ou militante, pode oferecer sua contribuição para construção desses.

Esse novo momento dos movimentos sociais revela aspectos diferenciados, como: democracia interna, independência em relação ao Estado e aos partidos, sugerindo certa autonomia, diferenciando-se da configuração anterior.

Ainda na década de 1970, esses movimentos se acentuaram, muitos deles, derivados da falta de bens e equipamentos de uso coletivo. Assim, além de ajudarem a acelerar a abertura política, articulavam-se com importantes setores da classe operária, adquirindo dimensões de movimento social (DOIMO, 1984).

Nesse momento, é necessário ressaltar a importância do engajamento da Igreja Católica na vida política do país e a sua expressiva influência na sociedade, ora junto à ala conservadora (próxima ao Estado), ora junto à ala progressista, na luta em favor das classes populares, motivada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) (DOIMO, 1984).

Há quem pense o contrário, ou seja, que a Igreja Católica produzia a dominação política de classe, expressa, ao impedir que as massas tomassem o poder para decidir seus rumos, construindo seus próprios instrumentos de ação. Mas não há quem negue a importância da igreja católica e sua influência ao se tratar do histórico dos movimentos sociais nesse período (DOIMO, 1984).

Os Movimentos Sociais Urbanos são entendidos por autoras como Gohn (1982) e Doimo (1984), como próprios do processo urbano industrial, já que as reivindicações

desses movimentos se expressam na esfera do consumo e têm como interlocutor, na prática, o poder público.

Carvalho (apud DOIMO, 1984, p. 22) afirma que esses movimentos urbanos se desenvolvem à margem do contexto social, e não são capazes de “ultrapassar o imediato das reivindicações urbanas”.

Carlos Nelson F. dos Santos (apud DOIMO, 1984) apresenta uma conclusão semelhante, em pesquisa realizada na década de 1970, no Rio de Janeiro, ao estudar três Movimentos Sociais Urbanos (MSU), em que concluiu que não se pode depositar muitas esperanças de mudança social nesses. Para chegar a essa conclusão, Carlos Nelson (apud DOIMO, 1984, p. 23) apresenta uma conhecida trajetória realizada pelos MSU: “início, ascensão, contato com as lideranças autoritárias (Estado) e descenso ou desmobilização”.

Já Doimo (1984) reflete sobre a ultrapassagem desse provável processo linear, visto que, na década de 1970, era visível a multiplicação dos MSUs e conclui que o espaço urbano “expressa relações sociais contraditórias constituindo-se num ‘lócus’ potencial para a emergência de conflitos que podem vir a ter peso na mudança qualitativa, nas relações entre as classes” (DOIMO, 1984, p. 24).

Entendendo os MSUs como derivados da relação capital/trabalho e não como casos isolados, Doimo (1984) ressalta a necessidade de estabelecer uma ponte entre os casos particulares, ou seja, os movimentos singulares e a totalidade da luta geral das classes populares. A autora destaca que algumas pesquisas empíricas comprovam que a militância nos MSUs, dificilmente possuem possibilidades promissoras no que se refere a processos mais profundos de transformação. Sendo assim, esse pensamento reforça a necessidade de levar em consideração

[...] as orientações sociológicas, o tipo de prática organizativa, o crescimento do nível de consciência através da mudança qualitativa de princípios e valores, o comportamento do movimento diante dos demais movimentos e, conseqüentemente, à forma como se articula com o movimento social mais amplo (DOIMO, 1984, p. 26).

Gohn (1982) procura explicar, assim como Doimo (1984), a expressão dos MSUs e,

apesar de genericamente caracterizá-los, como espontâneos, policlassistas, reivindicatórios e defensivos, ela conclui que, de forma geral, a prática cotidiana pode levar a população a um processo de formação de uma autoconsciência coletiva por se constituírem como movimentos de resistências às condições de vida que a população está submetida.

Gohn (1982) observa que os MSUs têm se desenvolvido em diversos países da América Latina. Mas o Chile foi o país que mais desenvolveu análises sobre os MSU e onde os MSU ganharam maior amplitude.

Já no Brasil, os estudos relativos aos MSU se iniciaram por volta dos anos 1980. No entanto, a emergência desses movimentos data de mais ou menos 1950, no período do governo Juscelino Kubitschek, considerados os anos de democratização, em que havia certa liberdade de organização.

Com relação aos MSU é pertinente ressaltar que

[...] eles têm caráter político de resistência popular às condições de vida no meio urbano e são gerados por contradições imanentes ao próprio processo de acumulação do capital. Eles assumem múltiplas formas organizacionais, abarcando diversos tipos de respostas do aparelho estatal (GOHN, 1982, p. 17).

Devido a essas múltiplas determinações é necessário “detectar as tendências concretas do MSU no processo político” (DOIMO, 1984, p. 27), já que tem havido a emergência de inúmeros movimentos urbanos de base heterogênea, que tem mantido, não só a sua especificidade, mas também articulação com significativos setores do movimento operário no intuito de traçar objetivos e estratégias comuns.

Mas essa participação apresentada pelos MSU, apesar de ter sido novidade na década de 1970 e 1980, já faz parte da realidade concreta da sociedade do século XXI, com alguns avanços possibilitados por novos espaços de interlocução do Estado com a sociedade civil, que serão visualizados mais adiante.

Essa nova participação popular, que começa a ser visualizada e praticada de forma mais ampla, mais livre e diversificada, a partir de fins da década de 1980, sofre alguns

problemas já em sua gênese. Um deles é a crescente disseminação da opinião pública de que há uma crise na participação popular, principalmente nas formas tradicionais de participação como os partidos políticos.

Essa crise, com o tempo, gera não só certa apatia e desilusão como causa, ainda, uma naturalização da situação, o que provoca indiferença e passividade por parte dos cidadãos. Esse fato é uma ameaça enorme à democracia, na medida em que os partidos políticos se afastam das massas de excluídos, vão se proliferando instituições que se caracterizam como porta-vozes dos “excluídos”, que, se de um lado, podem ter resultados positivos com relação a exercer pressões no Estado, por outro, também podem produzir movimentos controlados por grupos que estão à margem da lei, como é o caso de grupos de traficantes (BAQUERO, 2004).

Os resultados positivos podem ser visualizados através de iniciativas da própria sociedade civil, buscando ultrapassar esses problemas da participação, de forma criativa. Para isso, Baquero (2004) traz para o debate a noção de capital social, enfatizando a sua importância para a constituição de uma real democracia. Essa noção de capital social está relacionada à capacidade societária de criar e gerar redes sociais que empoderam os indivíduos e promovem a ação coletiva. Seria a existência de “expectativa institucionalizada de que os cidadãos serão recíprocos em atividades cooperativas” (BAQUERO, 2004, p. 168).

Esse sentido se associa a fatores como “fortalecer a democracia, promover a cidadania ativa, fomentar formas alternativas de participação política e institucionalizar a democracia participativa” (BAQUERO, 2004, p. 168). Isso está ocorrendo em diversas cidades brasileiras, mas Baquero (2004) nos alerta que essa participação tem sido buscada sem uma reforma nas relações de poder entre Estado e as comunidades, o que pode gerar disfunções na democracia, como é o caso do clientelismo, personalismo e patrimonialismo.

É evidente que novas formas de participação, através de grupos não convencionais, já estão se tornando parte da realidade contemporânea brasileira. Embora a quantidade de pessoas que participam nessas instâncias seja ainda reduzida, há um crescimento

gradual e constante e a sua visibilidade política também vem aumentando (BAQUERO, 2004).

No entanto, ainda há uma indiferença com relação à importância dessas novas formas de participação, que pode ocasionar, com o decorrer dos anos, a configuração de uma cultura política que gera massas urbanas sem gerar cidadãos (BAQUERO, 2004).

Ainda com relação a esse fato, observa-se, a partir da década de 1990, além dos movimentos sociais, o surgimento de um novo ator social: as “articuladoras”, ganhando centralidade ao lado dos movimentos sociais. Esse novo ator se constitui como uma sociedade civil de segundo nível, ou seja, são entidades constituídas por um conjunto de outras associações ou entidades civis. Bichir (et al,2004) nos apresenta alguns exemplos de articuladoras, como: Abong (Associação Brasileira de ONGs); Rebraf (Rede Brasileira de Entidades Assistenciais e Filantrópicas), entre outras.

Não raramente as articuladoras são confundidas com movimentos sociais, mas as diferenças são marcantes, pelo fato de não se referir somente a termos sociológicos, mas também à prática cotidiana, ao atributo de cada um (BICHIR et al, 2004).

Bichir (et al, 2004) apresenta o resultado de uma pesquisa, sobre os agentes presentes na fundação dos movimentos populares e das articuladoras, o que permite visualizar melhor as diferenças existentes entre ambos os tipos de entidade.

[...] enquanto os movimentos populares se destacam por contar em grande parte com a presença da igreja (63% contaram com ela na fundação), de partidos políticos (46%) e de sindicatos (36%), as articuladoras contaram fundamentalmente com outras entidades da sociedade civil como protagonistas na sua fundação (81%), seguidas em posição secundária pelos sindicatos e governo (BICHIR et al, 2004, p. 45).

Com relação ao papel desenvolvido atualmente pelos movimentos sociais e também pelas articuladoras, Bichir (et al, 2004) apresenta, como resultado de sua pesquisa, a sistemática e extraordinária centralidade dos movimentos sociais no universo atual da sociedade civil. O mesmo autor ressalta ainda que o ‘pseudo sumiço’ dos movimentos sociais na década de 1990 é provocado mais pelas novas lentes analógicas dos anos 1990 do que por uma mudança propriamente dita. Dessa forma o movimento de

desaparecimento dos movimentos sociais significa mais uma crise de expectativas e pode ser entendido a partir do conceito de existência de uma nova sociedade civil (BICHIR et al, 2004).

Essas novas formas de participação são associadas a uma nova forma de cidadania, pautada em uma legislação que incentiva a implantação de espaços públicos de discussão e de controle público, que ressaltam um caráter democrático não observado em legislações anteriores.

3.2. Democracia: garantia de participação popular?

A constituição de 1988 é estabelecida como marco formal do processo de construção da democracia brasileira. Nesse processo de construção democrática, Dagnino (2004b) destaca dois marcos: o primeiro diz respeito ao restabelecimento da democracia formal que abriu possibilidades desse projeto ser levado a âmbito do poder do Estado, no executivo municipal, estadual e federal e no parlamento. O segundo é a ação conjunta entre Estado e sociedade civil para o aprofundamento democrático. Alguns espaços públicos como os conselhos gestores de Políticas Públicas e os Orçamentos Participativos, podem ser dados como exemplo desse avanço democrático.

Para Silva (2004), a concepção de democracia implica, em primeiro lugar, numa ruptura com a tradição 'elitista' (que tende a valorizar o papel do Estado na condução dos processos políticos) e, em segundo lugar, implica também numa ruptura do pensamento de tomada de poder do Estado para a sociedade.

Para pensar esse processo - que não pode ter como referência as instituições em separado, só Estado ou só sociedade -, Silva (2004) utiliza o conceito de esfera pública, que se caracteriza num espaço de mediação entre dois atores, não se constitui um local objetivo, material, mas num campo de práticas e relações sociais, através das quais os mais diversos atores sociais, da esfera política e administrativa discutem e exprimem a

opinião pública.

Esses espaços podem ser alvo de manipulações; assim, contornar esses obstáculos é papel da sociedade civil, que se impõe e também impõe suas demandas ao Estado - demandas essas efetivas e não manipuladas. Esse fato é importante, visto que o histórico da política brasileira é marcado pela exclusão política e de práticas autoritárias que causaram uma “perda de sentido e presença do Estado e da política na vida cotidiana de grande parte da população brasileira [...] que produziu descrença e desconfiança em relação às instituições do Estado” (SILVA, 2004, p. 195).

Esses obstáculos nos levam a dar novo significado e a experimentar a democracia, que pode ser pensada de uma nova forma, a partir de três fatores: 1) sobre a consolidação da democracia eleitoral na América Latina; 2) a insatisfação com os resultados dessas democracias “em termos de justiça social, eficácia governamental e inclusão política” (DAGNINO et al, 2006, p. 13); 3) a resignificação da democracia em vários países da América Latina, que caracteriza uma disputa entre dois projetos, que se utilizam de conceitos e discursos semelhantes, mas possuem características completamente diferentes. São eles: o projeto democrático participativo, de um lado; e o projeto neoliberal de privatização de áreas das políticas públicas, de outro lado (DAGNINO et al, 2006).

Assim sendo, do outro lado, do lado do projeto neoliberal, está a eleição de Collor, em 1989, e a implantação do ajuste neoliberal resultado do “Consenso de Washington”. O principal argumento de Dagnino (2004b) é que a década de 1990 foi palco de uma “confluência perversa” (p.140). Assim, tem-se de um lado o aprofundamento democrático; do outro, o ajuste neoliberal.

Essa confluência ressalta uma dimensão que freqüentemente é esquecida: a do projeto político, que é comparado à visão *gramsciana* de “conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que vem a ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (DAGNINO, 2004b, p. 142). Ou seja, são projetos coletivos que se caracterizam por sua dimensão societária, do que deve ser a vida em sociedade. Para tanto, a renovação dos projetos políticos é condição

ímpar para sobrevivência deles.

O contexto de abertura democrática presente na década de 1980 fez parecer que todo aquele processo era ascendente e linear - o que prejudicou a disputa política, elemento indispensável a uma democracia sadia. Reconhecer e expor a permanência dessa disputa, nos dias de hoje, seria provável caminho para a superação dos limites postos à democracia (DAGNINO, 2004b).

Essa dificuldade de disputa política expressa uma crise discursiva visualizada pela “confluência perversa”. Assim, Dagnino (2004b) aborda alguns pontos a respeito da influência da mesma. O primeiro é uma visão homogeneizante de sociedade civil, como “pólo de virtude democrática” e do Estado como “encarnação do mal” (p.143), desconhecendo ou ignorando a existência de diferentes projetos políticos tanto na sociedade civil, quanto no Estado. Esse mesmo problema se expressa nas teorias que trabalham o conceito de democracia, quando visualizamos a separação radical entre sociedade civil e Estado, situando a sociedade civil de um lado, como virtuosa e homogênea e o Estado do outro lado igualmente homogêneo e sendo encarnação da mera luta pelo poder (DAGNINO et al, 2006). O segundo é o deslocamento de sentido de noções fundamentais como sociedade civil, participação e cidadania, e a implicação disso para a política e para a democracia.

Na busca do entendimento, os autores salientam diversas vezes o termo “confluência perversa” para designar a relação existente entre os dois projetos. De um lado, um projeto democratizante construído no período autoritário e que continua buscando avanços democráticos e, do outro lado, o projeto neoliberal que se instala com ritmos diferentes, no final dos anos 1980, - essa é a confluência. A perversidade está no fato de os dois projetos serem extremamente diferentes, chegando a apontar em direções opostas e, ao mesmo tempo, utilizarem o mesmo discurso (DAGNINO et al, 2006; DAGNINO, 2004b).

Assim, os dois projetos políticos buscam, não só revalorizar o papel da sociedade civil na construção da democracia, como afirmam a necessidade de uma sociedade civil ativa. Baseiam-se, portanto, nas mesmas referências: a construção da cidadania, a

participação e a idéia de sociedade civil (DAGNINO et al, 2006).

Já com relação à América Latina, estão em disputa três grandes projetos políticos: o autoritário, o neoliberal e o democrático. O projeto autoritário vem perdendo força ao longo dos anos e tem sofrido certo descrédito, não possuindo tantos adeptos na América Latina e menos ainda no Brasil. O que está em alta é o campo da democracia, no qual estão em disputa o projeto neoliberal e o projeto democrático participativo, que constituem a polaridade e organizam o debate político atual, principalmente no Brasil, como já foi citado anteriormente (DAGNINO et al, 2006).

Existem três insatisfações com relação às teorias da democracia na América Latina: 1) o tratamento unificado à sociedade civil, sem reconhecer a heterogeneidade e identificar os distintos projetos políticos em disputa; 2) o isolamento da sociedade civil e da sociedade política, ignorando as suas relações; 3) uma concepção simplista do processo de construção democrática, quando considera a sociedade civil como palco de virtudes e nega a existência de diversos projetos políticos tanto de base democrática, quanto autoritária (DAGNINO et al, 2006).

Salienta-se diversas vezes a importância de compreender a diversidade de agentes que compõem a sociedade civil, formando uma heterogeneidade em que se estabelece a presença de diversos projetos políticos: alguns democráticos, outros nem tão democráticos assim. Essa heterogeneidade é uma expressão da pluralidade política, social e cultural, que acompanha a história da América Latina, já que esses projetos políticos são construções simbólicas que mantêm relação com o campo da cultura e da cultura política específica (DAGNINO et al, 2006).

Com relação ao Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, a luta pela democracia era a base da mobilização social e um objetivo a ser atingido por si mesmo, o que reduzia todo o processo a uma luta estabelecida entre forças autoritárias e democráticas. Esse fato fez com que se perdesse de vista o caráter não linear, complexo e contínuo da democracia, que não se esgota somente com o direito de voto, ou seja, de representação eleitoral (DAGNINO et al, 2006).

Ao visualizar todo o processo democrático somente como representação política eleitoral, como um método de eleger governantes, há uma separação conceitual entre Estado e sociedade, o que impede uma interlocução e a visão de democracia como um processo que surge na sociedade e a ela transforma (DAGNINO et al, 2006).

Nesse sentido, O'Donnell (apud DAGNINO et al, 2006) afirma que somente uma cidadania integral, com a participação ativa da sociedade civil, pode garantir a existência de uma verdadeira democracia.

Defendendo essa mesma abordagem Silva (2004) recorda o importante papel das organizações sociais na relação democrática entre Estado e sociedade. Para ele, essas organizações relevantes ao jogo político funcionariam como escolas de cidadania, facilitando o controle social da população com relação aos gastos e investimentos do Estado, desenvolvendo relações de confiança e envolvimento coletivo, “possibilitando a expressão pública de representações e interesses sociais” (SILVA, 2004, p. 189).

Silva (2004) afirma também que pode ocorrer o contrário, por isso é necessário

[...] um estudo qualitativo no tecido associativo e suas relações com representações e práticas participativas [...] Em muitos casos talvez encontremos [...] Uma significativa resistência à instituição e/ou ao funcionamento de processos de participação social que vem, não do Estado ou de elites políticas e econômicas, mas de setores da própria sociedade civil [...] (Silva, 2004, p. 190).

Esse fator é praticamente ausente nas pesquisas e estudos já realizados (SILVA, 2004).

Associado a esse fato podemos discutir a problemática da sociedade civil quando tem o seu significado reduzido, associado à ONG, e ainda podendo se restringir à sinônimo de ‘terceiro setor’. Aparece, assim, o risco de acarretar prejuízos à participação cidadã e influenciar no processo democrático. Essa redefinição de significado de sociedade civil é vista devido ao crescimento acelerado e ao

[...] novo papel desempenhado pelas organizações não governamentais; a emergência do chamado terceiro setor e das fundações empresariais, com uma forte ênfase numa filantropia redefinida; e a marginalização dos movimentos sociais [...] (DAGNINO, 2004b, p. 146).

Nas décadas de 1970 e 1980, quando se multiplicaram movimentos sociais reivindicando por democracia, alguns setores da Igreja Católica foram grandes aliados das massas populares. Essa relação foi uma das bases para a emergência do projeto democrático participativo. No Brasil, a esquerda possibilitou a construção desse projeto que permitiu confrontar as tradições autoritárias do passado. Assim, Estado e sociedade se constroem simultaneamente ao longo da história, numa inter-relação complexa (DAGNINO et al, 2006).

Dagnino (et al, 2004) destaca que assim como a sociedade civil, o Estado, também é visto no âmbito do senso comum de uma visão dominante, como homogêneo e indiferenciado. Para a desconstrução dessa visão dominante os autores apresentam alguns argumentos: em primeiro lugar, analisando a história da estrutura estatal e seus organismos, as mudanças de regime e sua superação incompleta, aglutinando princípios organizacionais diversos, o que marca a heterogeneidade.

Além disso, em segundo lugar, no Brasil existe a forma federalista de organização, em que as esferas federal, estadual e municipal possibilitam no plano vertical, uma heterogeneidade de projetos políticos que ascendem ao poder nos diversos níveis. Já no aspecto horizontal temos os três poderes e entidades autônomas que também caracterizam heterogeneidade. Assim, diferentes instâncias do Estado estabelecem distintas relações com a sociedade civil (DAGNINO et al, 2006).

Ao contrário do que se possa pensar, a ação política não é desenvolvida somente pela sociedade política, mas é parte da lógica da sociedade civil enquanto esta defende projetos na esfera pública e desenvolve ação coletiva, ou quando disputam espaço de poder e orientam as políticas públicas (DAGNINO et al, 2006).

Dagnino (et al, 2006) afirma ainda que para maiores possibilidades de se ter uma democracia consolidada é necessária a existência de uma correspondência entre o projeto democrático da sociedade civil e os projetos políticos na esfera da sociedade política.

3.3. A emergência de uma nova cidadania e a consolidação de direitos

Para Dagnino (2004a) a expressão 'cidadania' vem sendo muito utilizada ultimamente e assume um sentido de 'nova' por possuir aspectos originais e inovadores. É possível identificar de início esses dois sentidos destacando o seu caráter de estratégia política.

Existem duas dimensões presentes na noção de nova cidadania. A primeira é o fato de derivar de experiências concretas dos movimentos sociais de todos os tipos. Nessa organização de lutas por direitos constitui-se a base para a emergência de uma nova noção de cidadania (DAGNINO, 2004a).

Em segundo lugar, essa experiência se agregou a uma ênfase mais ampla na construção da democracia. Por isso, essa nova noção de cidadania diz respeito ao novo modo que o Estado assumiu para com a democracia, a partir da crise do socialismo real (DAGNINO, 2004a).

Como consequência dessas duas, um terceiro elemento é fundamental: a organização de uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que conjuga cultura e política (DAGNINO, 2004a).

A disseminação dos conceitos de democracia e cidadania foi grande e, devido a isso, no Brasil, a cidadania foi preenchida por um significado político claro, no entanto, passou a ser alvo de concepções neoliberais. Nesse sentido, a redefinição neoliberal da noção de cidadania tem várias características, assim, alguns utilizam a concepção clássica de cidadania, outros a incrementam (DAGNINO, 2004b).

Em primeiro lugar, o conceito é tomado pelos neoliberais - com significado estritamente individualista. Em segundo, se estabelece uma conexão entre cidadania e mercado: "o mercado é oferecido como instância substituta para a cidadania" (DAGNINO, 2004b, p. 154) ou mesmo como forma de atingi-la.

Esse deslocamento do significado se vincula diretamente à gestão da pobreza, através desse sentido de cidadania, restrito à responsabilidade moral privada, em que a

sociedade é chamada a se engajar em trabalhos voluntários, identificando e reduzindo a cidadania à solidariedade (DAGNINO, 2004b).

Esse entendimento de cidadania domina as ações das empresas privadas e restringe o conceito ao ‘terceiro setor’, retirando a cidadania do terreno da política, tendo, portanto, nessa forma de entendimento, como detentor do poder político, novamente, somente o Estado. Esse deslocamento de cidadania e solidariedade obscurece a dimensão política (DAGNINO, 2004b).

Esses fatos obscurecem, ainda, o conteúdo e significado político de participação “marcada pelo objetivo da partilha do poder entre Estado e sociedade civil, por meio do exercício de deliberação no interior dos novos espaços públicos” (DAGNINO, 2004b, p. 150).

Enfim, a noção de cidadania, que influencia grandemente o projeto participativo e é apropriada pelo projeto neoliberal, é descrita da seguinte forma

[...] a então chamada nova cidadania, ou cidadania ampliada começou a ser formulada pelos movimentos sociais que, a partir do final dos anos 1970 e ao longo da década de 1980, se organizavam no Brasil em torno de demandas de acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde, etc., e de questões de gênero, raça, etnia, etc. Inspirada na sua origem pela luta pelos direitos humanos [...] Como parte da resistência contra a ditadura, essa concepção buscava implementar um projeto de construção democrática, de transformação social, que impõe um laço constitutivo entre cultura e política (DAGNINO, 2004b, p. 151).

Assim, a redefinição desse conceito pelos movimentos sociais, expressa uma estratégia política e política cultural. A nova cidadania é então um projeto para uma nova sociedade (DAGNINO, 2004b).

A nova cidadania é, ainda, profundamente vinculada à idéia de ampliação política que diz respeito à reivindicação ao acesso, à inclusão, à participação e ao pertencimento a um sistema político já dado, mas em constante modificação. É a superação de uma cidadania limitada, vivida nos moldes da ditadura.

Mas, apesar dos avanços, é possível identificar também alguns percalços no caminho da construção da cidadania. Dagnino (2004a) chama a atenção para certo

'autoritarismo social' revelado através de desigualdades econômicas, miséria, fome, aspectos visíveis de certa hierarquia presente nas relações sociais. Esse autoritarismo expressa, até mesmo, formas de sociabilidade por meio de uma cultura autoritária de exclusão.

Sendo assim, é necessário entender a cidadania e a democracia através de uma concepção que transcende o nível formal e se apresenta no conjunto das relações sociais permeadas pelo autoritarismo social. Nesse momento de miséria talvez seja ainda mais importante enfatizar a dimensão cultural da cidadania (DAGNINO, 2004a).

Baquero (2004) também observa que a desigualdade e a exclusão associada a elevados níveis de desenvolvimento, interferem na democracia: problema esse que se manifesta especialmente nos partidos políticos, instâncias de mediação entre Estado e sociedade.

Assim, a cidadania é sujeita a pessoas que possuem, no geral, uma vida precária, no sentido econômico do termo, provocando um déficit social, ou seja, um impacto crescente no nível de participação, porque a preocupação dessas pessoas se centra na resolução dos problemas individuais, cotidianos e não em assuntos complexos e 'pouco importantes' que, em sua maioria, não interferem de forma direta na vida privada e não fazem parte do dia-a-dia (BAQUERO, 2004).

Nesse sentido há um dualismo. A crise vem aumentando a desigualdade social e impossibilitando a ascensão social, ao mesmo tempo em que a modernidade vem se empenhando em desvendar-nos tecnologias e bens de uso contínuos. Logo, há uma 'dualização' da sociedade dividida entre enclaves de modernidade e uma maioria sem lugar. Essa mudança no padrão tecnológico vem produzindo um novo tipo de exclusão social - o que ocasiona a perda de sentido de pertinência à vida social (TELLES, 2004).

A questão que se associa a esses problemas é justamente poder pactuar regras da vida social capazes de possibilitar a vivência conjunta de aspectos de uma modernização selvagem a problemas ainda não resolvidos das questões clássicas, resultando em uma modernidade incompleta. Nessa sociedade parece possível a

reflexão para uma nova contratualidade que permita equidade e civilidade nas relações sociais (TELLES, 2004).

Nesse sentido, essa nova noção de cidadania aparece como estratégia política para vencer esse contexto turbulento, permeada por interesses concretos e práticas de luta concreta e pela sua contínua transformação. Isso tudo significa dizer que não existe um conceito único ou universal de cidadania, que ele está relacionado à dinâmica dos conflitos reais, vividos na sociedade em um determinado período histórico. Esse conteúdo e significado serão definidos pela luta política (DAGNINO, 2004a).

Há uma necessidade de distinguir essa nova cidadania dos anos 1990 da visão liberal que desempenha funções bastante diferentes das da sua origem (DAGNINO, 2004a).

Essa distinção é o que torna possível falar de um caráter inovador e de uma nova cidadania. Essa distinção ainda não avançou muito, o que explica tamanhas críticas que o conceito de nova cidadania enfrenta (DAGNINO, 2004a).

Dagnino (2004a) apresenta alguns itens que apontam para essa distinção. A questão da democracia e a noção de direitos se fazem centrais em ambas às concepções, “é preciso examinar em que medida as diferenças políticas que emergem também de um contexto histórico diferente, como acabei de mencionar, se expressam também como diferenças conceituais” (DAGNINO, 2004a, p. 107).

- 1) Em primeiro lugar, a nova noção de cidadania trabalha com uma redefinição da idéia de direitos, essa noção inclui a idéia de direitos de novo tipo, ou a questão do direito a ter direitos.
- 2) Em segundo lugar, “quem retoma o direito a ter direitos é a nova cidadania, ao contrário da concepção liberal, não se vincula a uma estratégia das classes dominantes e do Estado para a incorporação política progressiva dos setores excluídos” (DAGNINO, 2004a, p. 108). A nova cidadania requer a existência de sujeitos sociais ativos, definindo direitos e lutando pelo reconhecimento. Seria como uma cidadania de baixo para cima.
- 3) Em terceiro lugar, esse processo de ‘tornar-se cidadão’ retoma a questão da

cultura democrática de alargar o âmbito da nova cidadania: “ela se constitui também enquanto uma proposta de sociabilidade”. Esse alargamento diz respeito à simultaneidade de conquista de direitos civis, políticos e sociais (DAGNINO, 2004a, p. 106).

- 4) Em quarto lugar, essa ampliação revela que a nova cidadania deve transcender ao foco da relação com o Estado, ou entre o Estado e o indivíduo, para incluir a relação com a sociedade civil, além de afirmar que o processo de construção da cidadania é um processo de transformação das práticas sociais presentes na sociedade. Imaginar que “o reconhecimento formal de direitos pelo Estado encerra a luta pela cidadania é um equívoco que subestima” a própria democracia (DAGNINO, 2004a, p. 109).
- 5) Em quinto lugar, a nova cidadania ultrapassa uma referência central do conceito liberal, que é o acesso, a inclusão, o pertencimento ao sistema político, estando em jogo o direito de participar efetivamente da própria constituição desse sistema, “a invenção de uma nova sociedade” (DAGNINO, 2004a, p. 109). Para exemplificar algumas formas concretas de expressão da nova cidadania podemos apresentar os Orçamentos Participativos. Experiências essas que expressam também a existência de sujeitos cidadãos que se apresentam como co-participes da gestão da cidade. Vale ressaltar que esse processo contribuiu para a criação de um espaço público em que os interesses públicos e particulares podem ser discutidos.

Dagnino (2004a) salienta que não parece ser contraditório apresentar experiências cidadãs após dizer a importância da participação da sociedade civil na transformação cultural. O discurso que afirma serem esses espaços públicos os legitimadores da ordem está ficando obsoletos. Exemplos concretos de experiências vitoriosas no campo da participação cidadã podem ser visualizados, por exemplo, em Porto Alegre, como cita a autora, já considerar esse movimento social como uma rede, é outro fato relevante.

- 6) E em sexto lugar, como consequência dos outros cinco pontos expostos à cima, a nova cidadania pode constituir um quadro de referência complexo e aberto

com o objetivo de dar conta da diversidade das questões emergentes na sociedade latino-americana (DAGNINO, 2004a).

Nesse sentido, é possível observar que nova noção de cidadania é capaz de incorporar tanto o sentido de igualdade como o de diferença. Essa apresentação historicizada da nova cidadania foi uma tentativa de articular o direito à igualdade com o direito à diferença (DAGNINO, 2004a).

A nova noção de cidadania traz uma possibilidade de resposta aos desafios que foram fracassados por concepções teóricas e estratégias políticas. No Brasil, a luta pela construção da democracia depende hoje do futuro da nova cidadania enquanto estratégia política (DAGNINO, 2004a).

Esse sentido de existência de uma noção nova de cidadania se baseia na questão da superação de uma antiga ação e se pauta na reconquista de direitos e no direito a ter direitos. Telles (2004, p. 91) discute a possibilidade da “cidadania se enraizar nas práticas sociais”.

Dagnino (2004a) apresenta uma forma de ação que se dá a partir desse novo modo de visualização dos direitos

[...] incorporando características da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo, a ampliação do espaço da política, essa é uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática (DAGNINO, 2004a, p. 104).

Dessa forma, a sociedade deve estar no foco da discussão e se problematizar a questão do direito. Em primeiro lugar, é necessário pensar o direito a partir da dinâmica societária, eles expressam os modos como as relações sociais se estruturam. Assim, na medida em que os direitos são conhecidos, eles estabelecem uma forma de sociabilidade ao reconhecer o outro como um sujeito possuidor de legítimas demandas (TELLES, 2004).

Em termos mais precisos os direitos operam como princípios reguladores das práticas sociais, definindo as regras da reciprocidade esperadas na vida em sociedade através da atribuição mutuamente acordada (e negociada) das

obrigações e responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um (TELLES, 2004, p. 92).

Em segundo lugar, os direitos se apresentam como uma linguagem pública para além das formalidades se mostrando como uma forma de “figurar diferença e desigualdades” (TELLES, 2004, p. 92), presentes no cotidiano das relações sociais. Segundo Telles (2004), é importante ressaltar como essa sociedade é extremamente complexa e contraditória, em que as leis e os direitos convivem com a incivilidade da violência, com preconceitos e discriminação, tendo grande confusão estabelecida entre direitos e privilégios que acabam resultando em práticas de clientelismo e favoritismo, quando deveriam prevalecer critérios públicos e igualitários. Em meio a essa contradição e ambivalência das relações sociais é que se define a questão da cidadania; marcada por um histórico no país de autoritarismo e exclusão, como já abordado anteriormente, são postos os dilemas das transformações em curso na sociedade contemporânea.

O interesse de Telles (2004) é pontuar os desafios dessa sociedade inscritos na dinâmica da vida social. A sociedade vem se modificando muito rapidamente. É da cultura política igualitária desprovida de privilégios entre as leis e direitos “que depende as regras de uma convivência cidadã através do exercício prático da civilidade” (TELLES, 2004, p. 94).

Telles (2004) descreve um contexto em que as organizações estatais não dão conta das exigências cidadãs com relação às identidades tradicionais apresentadas através de diferenças sociais, culturais e simbólicas, que se codificam em um difícil problema: “tornar comensurável a heterogeneidade inscrita na vida social” (TELLES, 2004, p. 94).

Para Telles (2004), a diferença do Brasil se apresenta no sentido de estarmos criando um imaginário de “tempos modernos” antes de termos estabelecido um princípio básico de equivalência jurídica que pressupõe a igualdade. Nessa sociedade, a diferenciação entre direitos se afirma através da concessão de privilégios que se transfiguram em desigualdades, que se apresentam como distâncias sociais.

Esse fosso social parece impedir a possibilidade da linguagem comum, do convívio social, de interlocução, enfim; configura-se em um ‘apartheid social’. Tal sociedade vem

dando lugar a uma conflituosidade inédita que atravessa todas as dimensões da vida social. Cujas dinâmicas são denominadas por alguns de pós-modernas. Essas transfigurações vêm contribuindo para atingirmos padrões mínimos de igualdade civil e social (TELLES, 2004).

Existem mudanças vistas por alguns conservadores como conquista, a exemplo está a flexibilização das relações trabalhistas, que restringe direitos trabalhistas. Nesse sentido, nega-se a dimensão ética da vida social, através da inserção do discurso neoliberal com caráter retrogrado, mas mascarado de modernidade, fazendo do interesse privado o princípio de todas as coisas (TELLES, 2004).

Assim, Telles (2004) apresenta alternativas de superação de problemas como uma possível forma de interlocução que redefine a relação capital *versus* trabalho. É como se tivéssemos a oportunidade, nunca antes posta, de negociação entre setores populares da sociedade civil, entre Estado e empresas. Um exemplo é a poluição causada por uma empresa em uma determinada área. O que nos leva a uma referência de bem comum, que suscita também o interesse comum entre essas partes.

É possível argumentar que tudo isso não é uma conquista plausível, por ser muito frágil, instável e superficial, insuficientes para combater clientelismo e autoritarismo histórico. No entanto, essas experiências permitem a reflexão e a imaginação política, podendo ser tomadas como registro de uma sociedade civil emergente, ou seja, nas quais as relações sociais são medidas pelo reconhecimento de direitos e representação de interesses, possibilitando a existência de espaços públicos, “é uma potência simbólica pela qual a própria realidade é reinventada” (TELLES, 2004, p. 101). Por isso, é possível compreender que essas práticas regidas pelo reconhecimento de direitos “instauram formas contratuais na vida social” (TELLES, 2004, p. 101).

Esses direitos, como luta e conquista, significam uma reinvenção dos princípios republicanos - que na história brasileira nunca tiveram sua constituição plena de participação social -, representando somente um continuísmo oligárquico a novos moldes para ludibriar a população que, aos poucos, vêm tomando o seu lugar na história e construindo uma nova realidade.

Nessa dinâmica se sobrepõe à sociedade civil uma noção de bem público que pode ser construída através dos espaços públicos democráticos (TELLES, 2004).

Assim, nesse contexto, foram construídos direitos ímpares que podem ser observados também através da constituição dos chamados 'espaços públicos', que, como dito anteriormente, são espaços de discussão e interlocução, como é o caso do Orçamento Participativo (OP), dos Conselhos de Políticas Públicas, das Conferências, entre outros espaços, que têm como objetivo tanto a fiscalização da utilização do recurso público quanto a interferência na elaboração de políticas e tomada de demandas. Vale ressaltar que esses espaços são realidade tanto na esfera municipal, quanto estadual e federal.

A sociedade civil, através da nova cidadania, dos novos movimentos sociais, vem assumindo espaços de participação antes não acionados, e, com isso, contribui na formulação e execução de políticas públicas em vários níveis. Assumindo uma nova forma de participação que é intrínseca à democracia, mas que vem, ao longo dos anos, encontrando formas de se desenvolver, já que os métodos democráticos não são dados, são construídos historicamente de acordo com as especificidades e necessidades de cada nação. É como se o Brasil estivesse gestando sua forma democrática, que ainda se encontra em formação e deve permanecer assim em todo o processo.

Vale ressaltar que apesar de toda a importância dada à participação da sociedade civil e aos novos movimentos sociais, e a clara necessidade de participação destes para o andamento da democracia, eles não substituem a importância dos partidos políticos na cultura política brasileira. Muitos autores - como Silva (2004), Bichir (et al, 2004) - abordam a questão da queda na participação tradicional em partidos políticos e a associam, mesmo que não diretamente, ao aumento da participação em instâncias não formais e movimentos sociais. No entanto, os partidos políticos ainda são essenciais à manutenção do Estado democrático, mesmo havendo diversas afirmações sobre uma avaliação pessimista e difusa com relação aos partidos políticos no Brasil (Schmitt, 2005). Entretanto, não há registro de mudança estrutural que extinga ou mude consideravelmente o quadro partidário brasileiro, já que, a reforma partidária em

discussão atualmente passa longe dessa problemática. Portanto, nossa pesquisa, no capítulo seguinte, apresenta a intenção de realizar uma breve abordagem histórica de inserção dos partidos políticos na cultura política brasileira, ressaltando a importância dos jovens nesse processo de participação e na construção da história democrática brasileira. Porém, antes de introduzir a questão da participação partidária, veremos uma breve abordagem histórica da participação da juventude e seus novos espaços de interlocução.

3.4. Juventude e Participação

Segundo Poerner (1995), há indícios da participação da juventude desde o Brasil colônia, se mostrando notória e importante. Nesse momento, não se dava no sentido de mobilizar as massas, mas prestou contribuição relevante para a política brasileira.

Já no Brasil império, Poerner (1995) resalta um movimento importante que contou com uma participação ampla da juventude: a Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789.

Essa participação contava com jovens brasileiros que estudavam na Europa, por não possuírem essa oportunidade ainda no Brasil. Foi através desses jovens estudantes que o país teve contato com o ideal revolucionário, na época, propagado por Voltaire, Rousseau e Montesquieu, até que em 1827 fosse fundada a primeira Universidade brasileira (POERNER, 1995).

Os colonos estrangeiros do Brasil chegaram ao novo mundo com o objetivo de trazer para nova terra recursos que poderiam usufruir em seu país de origem, como as universidades, - vale ressaltar que eles possuíam recursos para isso. Sendo assim, após 1827, os jovens brasileiros, filhos dos colonos estrangeiros, não precisavam mais ir até a Europa para estudar em um curso superior (POERNER, 1995).

Mesmo esses estudantes sendo, em sua maioria, filhos dos donos de grandes

propriedades, não deixavam de se envolver em questões como abolição da escravatura e a proclamação da república. Para tanto, os estudantes se utilizavam de campanhas que foram o embrião para a mobilização juvenil que deu origem ao movimento estudantil brasileiro (POERNER, 1995).

Foracchi (1977), nesse sentido ressalta a importância da participação estudantil no processo e transformação social. Mas, adverte também que o estudante sozinho não é o agente de transformação, ele só adquire expressão quando associado a outras forças de renovação. Sendo assim “é indispensável elucidar sua importância como força coadjuvante” (FORACCHI, 1977, p. 03).

As lutas estudantis do fim do século XIX se dirigiam contra o lusitanismo e o absolutismo do Imperador Pedro I, que abdicou em 07 de abril de 1831.

Já as condições sociais dos estudantes que participam das lutas brasileiras se exemplificam em sua maioria por pertencerem à “pequena burguesia ascendente” ou à “nova classe média” (FORACCHI, 1977, p. 22).

Várias associações de vida intelectual foram surgindo no Brasil, como o Ensaio Filosófico Paulistano, o Ateneu Paulistano, a Acardia Paulistana, a Associação Culto à Ciência e o Instituto Acadêmico. Por volta de 1860, houve um grande envolvimento juvenil na cultura e na literatura, destacando-se nesse período Fagundes Vilela, Castro Alves e Álvares de Azevedo. Na política, a juventude apresentava um estado um pouco estático, no entanto, havia expressões importantes como a fundação, no estado da Bahia, da primeira associação estudantil destinada a alforriar escravos, a chamada ‘Sociedade 2 de Julho’ (POERNER, 1995).

Nessa mesma época, o movimento estudantil, ainda não legalizado, se organizava na Escola Militar de Praia Vermelha para pensar a disseminação do ideal republicano pelo Brasil. Após a proclamação da república, em 15 de novembro de 1889, os jovens ficaram sem bandeira de luta. A impressão dominante era que o Brasil havia resolvido os seus problemas com a implantação da República, indicador que mais tarde vai perdendo sustentação (POERNER, 1995).

Da mesma forma que a juventude estudantil militante e atuante vinha construindo sua história de participação na política brasileira, a juventude conservadora que defendia os interesses militares, os “cadetes florianistas”, segundo Poerner (1995), erguiam as bandeiras de luta da classe média ascendente, que logo fez surgir uma rebelião aberta.

Foi a partir desse momento que se desenvolveu um movimento paralelo ao dos jovens civis estudantes: o movimento dos jovens militares cadetes. O primeiro presidente republicano, Marechal Deodoro da Fonseca, após proclamar estado de sítio, renunciou à presidência. Segundo a constituição, nesse caso, o vice-presidente deveria convocar novas eleições (PILETTE, 1988). No entanto, Floriano Peixoto, contando com o apoio dos ‘cadetes florianistas’, tomou o poder, de forma antidemocrática. Tudo isso ocorreu com grande oposição, inclusive, dos estudantes civis e de algumas bases militares.

Tal fato é importante para ilustrar como a juventude, embora vista muitas vezes pela ótica revolucionária, de esquerda, prova seu envolvimento com as forças militares e também sua importância dentro do movimento conservador brasileiro.

Houve também, grande participação dos jovens na Primeira e Segunda República, através, principalmente de diversos movimentos, campanhas e passeatas. Aos poucos foram surgindo, no início do século XX, diversas entidades que buscavam congregar e representar os jovens brasileiros em suas lutas. Um exemplo é a Liga Nacionalista criada pelo poeta Olavo Bilac (POERNER, 1995).

Com relação ao movimento estudantil, Lipset (1968) afirma que a relação do estudante com o envolvimento e participação política tem várias referências, como por exemplo, quanto maior a pressão exercida sobre o estudante para que ele estude e se dedique, a fim de se tornar um profissional brilhante, ressaltando o individualismo, menos há envolvimento político de qualquer espécie. Da mesma forma que quanto maior for o número de anos que o estudante passa na universidade, maior é a probabilidade de envolvimento em atividades políticas estudantis. O autor afirma que a participação política pode ser vista como uma opção dentre outras formas de atividade extracurricular.

Os principais lócus de participação juvenil, do início do século XX, eram a Faculdade de Direito de São Paulo, a de Medicina e a Escola Politécnica. Desses espaços surgiram os principais líderes estudantis que deram base para a criação da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1937 (POERNER, 1995).

A UNE representa, sem qualquer dúvida, o mais importante marco divisor daquela participação ao longo da nossa história [...] Se bem que, se tivesse existido organizações universitárias antes de agosto de 1937, todas pecavam pela transitoriedade, visando apenas problemas específicos e determinados, em função de cuja duração nasciam e morriam. Assim foi como vimos com o Clube Secreto dos estudantes Brasileiros da Universidade de Coimbra e o problema da libertação do jugo português, com a sociedade 2 de Julho e a questão da alforria dos escravos, com a libertadora dos Cadetes, e a campanha Abolicionista, com os Clubes Republicanos Acadêmicos e a campanha automonarquista, com os “batalhões escolares” e o nacionalismo de Floriano, com a Frente Democrática da Mocidade e a malograda campanha presidencial de José Américo (POERNER, 1995, p. 123).

Em 1934, ocorreu o 1º Congresso Operário Estudantil, meio encontrado para estimular as bases estudantis. Foi esse congresso que lançou as bases para a criação da UNE e estabeleceu posicionamento firme contra a ascensão do nazismo e do integralismo, (SOUSA, 1999).

Esse Congresso teve como mais importante indicação, a necessidade de criação de um instrumento capaz de possibilitar aos estudantes a colaboração na luta pela modificação da realidade nacional, que não viesse marcado pela regionalidade, nem pela transitoriedade e especificidade, como vinham sendo marcadas as instituições anteriores, sob pena de não cumprir seus objetivos (POERNER, 1995).

Esse instrumento teve suas bases alicerçadas no dia 11 de agosto de 1937, com a instalação do 1º Conselho Nacional de Estudantes, na Escola de Belas Artes, que abriu caminhos para a criação da União Nacional dos estudantes (UNE), todavia, seu reconhecimento oficial só ocorreu em dezembro do ano seguinte, no 2º Conselho Nacional dos Estudantes (POERNER, 1995).

As ações que marcaram as primeiras gestões da UNE foram: as campanhas Pela Paz, contra o Fascismo e a Guerra, O Petróleo é Nosso, a UNE Volante, os Centros Populares de Cultura e os Seminários de Reforma Universitária (POERNER, 1995).

A polarização entre direita e esquerda - antes diferenciada pelos estudantes civis e os jovens militares começam a adentrar o próprio movimento estudantil, que até então, possuía bases somente de esquerda, com o apoio de Luis Carlos Prestes e Getulio Vargas (SOUSA, 1999).

Foi durante o Estado Novo que as manifestações estudantis começaram a assumir conotações políticas, contrariando os setores tradicionais da sociedade que entendiam ser importante somente ser um bom estudante (FORACCHI, 1977).

No final dos anos 1950, a participação dos jovens no movimento estudantil brasileiro é direcionada à transformação da sociedade, ao fortalecimento das tendências dentro da igreja e aos partidos de esquerda, socialistas ou comunistas. Nesse momento, há também o crescimento da sociedade de consumo, como novo elemento formulador da subjetividade do jovem (SOUSA, 1999).

Nos anos 1960, a juventude participou e vivenciou mobilizações nunca vistas anteriormente, a conjuntura de ditadura, que provocou o cerceamento das liberdades, a guerra do Vietnã e demais injustiças, estimularam a juventude desse período a se organizar. Em maio de 1968, houve um grande movimento partindo da França, que atingiu todo o mundo. No Brasil, maio de 68, como é chamado, acabou por reanimar o movimento operário que se encontrava esmorecido pelas autoridades militares (SOUSA, 1999).

No dia 26 de junho de 1968, cerca de cem mil pessoas ocuparam as ruas do centro do Rio de Janeiro e realizaram o mais importante protesto contra a ditadura militar, até então. A manifestação, iniciada a partir de um ato político na Cinelândia, pretendia cobrar uma postura do governo frente aos problemas estudantis e, ao mesmo tempo, refletia o descontentamento crescente com o governo; dela participaram também intelectuais, artistas, padres, mães e muitos jovens (PILETTE, 1988).

Mesmo tendo diversos autores que ressaltam a importância deste momento histórico, há também quem coloque em xeque essa grande representatividade, como é o caso de um artigo publicado na revista Carta na Escola por Gianni Carta, sob o título "O Mito e o

Real”, em que o autor defende a visão do historiador Chris Reynolds do Reino Unido.

A mítica revolta de maio de 1968 foi iniciada por um punhado de aluno da Universidade de Nanterre, Paris, insatisfeitos com o sistema autoritário e com a burocracia responsável pela instituição [...] é mítica a percepção que maio de 1968 aconteceu só em Paris, e não no resto da França (CARTA, 2008, p.16)

Carta (2008) expõe ainda, que o historiador Reynolds argumenta sobre 1968, dizendo que o período perdeu seu apelo romântico e impulsionou o capitalismo na França. Criando o oposto do que queria realizar, Wilton Words (apud Carta, 2008), ex-diretor da quinzenal *Fortune*, em declaração realizada também para o artigo, diz que o resultado de 1968 foi expresso nas eleições de Richard Nixon e Ronald Reagan e também pela tomada do congresso, já em 1990. Words conclui que aquele espaço foi utilizado por conservadores e republicanos para atacar democratas, hippies e manifestantes em geral.

Essa forte mobilização e expressão, identificada na década de 1960, ficou acesa durante toda a década de 1970, no entanto, as lutas e movimentos irregulares, permaneciam obscurecidos pela ditadura. Em 1973, devido a vários fatores, a UNE é extinta após tempos de funcionamento precário (POERNER, 1995).

Desde a década de 1980, o movimento estudantil não imprimia sua força anterior e nem congregava mais a realidade e a vontade dos jovens estudantes, que procuraram novas formas para expressar a sua presença social e estabelecer sua territorialidade (SOUSA, 1999).

Em 1992 as mobilizações para o *impeachment*, do então Presidente Collor e a luta contra a corrupção e pela ética, movimentaram o ano e expressaram certa busca por discussão sobre a cidadania brasileira (SOUSA, 1999).

Esse fato parecia expressar o ressurgimento do movimento estudantil, já que, nas ruas, os jovens estudantes encontravam abertura para reivindicações e passeatas: havia, não só, policiamento para sua proteção, mas também apoio de outros setores da sociedade. Situação bem diferente das movimentações vividas pelos estudantes das décadas de 1960 e 1970, que se encontravam em meio à ditadura. Essa mobilização

para o *impeachment* ganhou adesão e espaço e se mostrou, ao contrário do que parecia, um tanto episódica.

A partir da década de 1990, houve, então, o surgimento de um individualismo coletivo dando como exemplo a cultura *underground*, na qual um grupo se organiza e se caracteriza por um aspecto cada vez mais individualizado (SOUSA, 1999).

A participação popular dos anos 1970 a 1990 se organizou, por meio dos novos movimentos sociais, de um novo padrão de relacionamento entre Estado e sociedade civil, que visava suprir interesses de grupos, através de demandas diretas ao aparelho estatal (SOUSA, 1999).

As diversas bases de classe dos novos movimentos sociais levaram à substituição, com muita dificuldade, do conceito de proletariado, que passou a assumir outros, mais imprecisos, como classe popular, povo, pobre, classe trabalhadora, longe da idéia homogênea dos movimentos tradicionais. Vale ressaltar que o anti-autoritarismo e a descentralização do poder são pontos comuns desses novos movimentos (SOUSA, 1999).

Nesse sentido, há o entendimento de que, após 1985, houve um esmorecimento não só do movimento estudantil como dos movimentos sociais como um todo. Essa mudança interferiu também na relação desses movimentos com o Estado. Se na década de 1960, os movimentos sociais eram mais amplos e oposicionistas, a partir de meados de 1980 e 1990, eles passam a se setorializar, mantendo um maior e direto diálogo com a administração pública. Dessa forma, o Estado passa a perceber que o diálogo com a população é o caminho para a modernização da gestão pública (SOUSA, 1999).

As ações coletivas dos anos 1990 permitiram pensar outros conceitos de movimentos sociais, considerando sua “fragmentaridade/descontinuidade” como referente ao tempo em que o espaço democrático se relaciona diretamente com a dinâmica entre a ação coletiva, a cultura política e a formação de consciência social das novas gerações (SOUSA, 1999).

O grupo se torna então formador de interesse pela vida social de valores éticos, da necessidade de intervir nos fatos, da consciência crítica diante da vida. A convivência transforma o indivíduo e o próprio grupo, desloca o indivíduo de si próprio para o universo do outro (SOUSA, 1999, p. 161).

O grupo é, então, uma referência para o reconhecimento das idéias que partilham. Na atualidade, é uma forma importante de identificação da participação juvenil e de suas diversas expressões contemporâneas. Torna-se essencial, portanto, entender determinados grupos como fonte e espaços de participação coletiva, outrora não considerados (SOUSA, 1999).

Nesse sentido, existem interpretações que concluem que os partidos políticos, na atualidade, estão se desgastando e sofrendo, se configurando e atingindo certo descrédito, que abarca também os movimentos sociais. O movimento estudantil, espaço antigo de participação política da juventude portadora da utopia da revolução social, vive momentos de refluxo e, salvo algumas mobilizações, enfrenta um esvaziamento desmotivador (SOUSA, 1999).

Assim, novas práticas surgiram no cenário brasileiro nos anos 1980, para além dos espaços tradicionais de sindicatos e partidos, realizando a transfiguração desses espaços tradicionais, como é o caso do movimento estudantil, que aparece envolto a uma nova cultura, que impõe novas formas de expressões política (SOUSA, 1999).

A expressão política dos jovens militantes dos anos 1990 e as possibilidades deles estarem sendo intérpretes de uma nova cultura política devem ser respondidas com a análise do significado dos movimentos nos quais estão engajados: se interferem para mudar a opinião pública na formação da consciência de cidadania, na implantação de medidas que efetivamente influenciem a mudança das relações sociais (SOUSA, 1999, p. 198).

Dentro desse contexto Castro (et al, 2005) nos alerta a respeito da participação dos jovens explicando que “ela pode se dar de forma mais ampla do que a prevista no enquadramento estabelecido das convenções sociais e do jogo político, significa poder reconhecer as mobilizações inovadoras e imprevisíveis, assim como as definições de conceitos e valores que os jovens agregam à dinâmica social” (CASTRO, 2005, p. 17).

Não é só no Brasil que está presente essa preocupação com a representação democrática. Na Europa, foi publicada uma pesquisa a European Social Survey (ESS),

cujo objetivo é trabalhar justamente esse tema. Logo, analisando-se os dados dessa pesquisa, é possível identificar a queda do interesse dos cidadãos para com o funcionamento das instituições políticas, que se expressa de diversas formas como a fraca adesão partidária, o esvaziamento das facturas ideológicas ou mesmo na debilidade da participação eleitoral, que são facilmente vistas, quando se trata da camada mais jovem da população europeia (FERREIRA, 2005).

A participação política e social dos jovens europeus se apresenta de forma diferente em cada país deste continente, e isso pode ser observado através da ESS que pretende dar conta de dois planos. No primeiro, o objetivo é traçar um mapa de indicadores na Europa, colocando em destaque as diferenças de intensidade e expressões políticas e culturais. Já no segundo plano, pretende-se qualificar, ou seja, caracterizar tipologicamente cada país em função dos indicadores de participação (FERREIRA, 2005).

Essa pesquisa procura não reduzir a participação qualificada dos jovens aos mecanismos formais das instituições políticas, sendo consideradas instâncias de participação, também, à pertença associativa (FERREIRA, 2005).

Sendo assim, é possível quantificar a presença dos jovens em determinadas instituições, segundo seus interesses. Quase 3, em cada 10 jovens entrevistados, fazem parte de associações desportivas, ou seja, 27,2%, e, bem abaixo, está a representatividade das associações sindicais com 12,9%; culturais, com 11,9%; religiosas, 10%; grupos de idades ou de mulheres, 9,1%; de consumidores ou automobilísticas, 8,9%. Na base, reunindo interesses políticos, ambientais, profissionais e humanitários se encontram 5%. Em último lugar, com menor índice de adesão entre os jovens, estão os partidos políticos, com 2,5% (FERREIRA, 2005).

Analisando os dados da pesquisa na Europa, é possível notar diferenças relevantes de participação, como a questão das associações desportivas, que ocupam o topo da lista em todos os países, e dos partidos políticos - que ocupam a base com os menores índices de adesão.

Além desse índice de qualificação, expressando aqui associações de jovens europeus que tem mais adesão, houve também, a preocupação em estabelecer a quantidade e o percentual de jovem, em cada país, que participa de alguma associação, possibilitando estabelecer indicadores de elevada/baixa participação associativa (FERREIRA, 2005).

No nível mais alto de participação associativa apareceram Bélgica, Irlanda e Alemanha, com taxas superiores à média de 62%, chegando a ultrapassar 90%, em alguns casos, como o da Suécia. O que significa que quase toda a população jovem, ou boa parte dela, se envolve em alguma atividade de grupo ou associativa (FERREIRA, 2005).

Os países que apresentam baixa participação juvenil se localizam no sul e leste europeu. Nesses países, a taxa não ultrapassa 50%; às vezes, nem os 30% - como é o caso da Grécia e da Polônia (FERREIRA, 2005).

Segundo a ESS, os países com índices acima da média de participação juvenil são: Alemanha, Suécia, Dinamarca, Áustria, Holanda, Finlândia, Noruega e Bélgica. Vale ressaltar que tal índice é interpretado pelo autor como a expressão de países que possuem grande riqueza de capital social e de cultura cívica. Esses altos índices estão longe de anunciar uma diluição do exercício da cidadania, como muitos pensam, mas são vistos como à visualização de novos espaços de participação, em oposição à consideração de participação somente por via de instituições tradicionais (FERREIRA, 2005).

Ao associarmos cidadania aos jovens, é “importante, também explorar os movimentos de juventude de expressão cultural, sem esquecer os sentimentos de pertença e as subjetividades que se investem nas relações de sociabilidade” (PAIS, 2005, p.112).

Também dentro dessa visão, outra pesquisa, dessa vez realizada na América do Norte, em Quebec, no Canadá, através do Observatório Jovem e Sociedade da Universidade de Quebec, teve como objetivo entender a participação juvenil. Para essa pesquisa a participação no período da juventude é vivida, na maioria das vezes, quando, em condição de criança, o indivíduo tem uma socialização para a vida participativa em Conselhos de classe, entidades estudantis ou organizações humanitárias, por exemplo.

Os próprios jovens entrevistados salientam que a inserção nos espaços de participação passou primeiramente pelos problemas da vida estudantil ou da vida do trabalho (GAUTHIER, 2005).

A realidade de Quebec também é de pouca participação jovem nas instâncias políticas, mas, prossegue dizendo que o lugar que esses poucos jovens ocupam é insubstituível e é “neles que repousa o futuro da vida democrática” (GAUTHIER, 2005, p.65).

Ao contrário do Brasil, em Quebec, a população não é obrigada a votar no período eleitoral - a participação no pleito é decisão do cidadão. Sendo assim, todo ano eleitoral em Quebec, se suscita o questionamento da participação dos jovens na votação, pelo fato de essa participação vir diminuindo a cada ano. Em 2000, foram 20% dos jovens entre 18 e 20 anos, que compareceram nas urnas. Já quando se fala sobre as pessoas acima de 58 anos, essa atitude cívica tem a adesão de 80% da população. Segundo a pesquisa que revelou esses dados em Quebec, parece que a vontade de participar diminui com o tempo, já que, mesmo se mostrando com uma porcentagem maior entre os idosos, os dados que revelam a participação da juventude nos pleitos vem diminuindo e não se mostra como um fenômeno temporário. Segundo Pammelt e Leduc (apud Gravel), essa queda de participação entre os jovens é observada também na América do Norte e na Europa Ocidental (GRAVEL, 2005).

Também através do Observatório Jovens e Sociedade da Universidade de Quebec foi realizada outra pesquisa, agora com os militantes dos quatro principais partidos políticos do país: o Partido Quebequense (PQ), o Partido Liberal do Quebec (PLQ), a Ação Democrática do Quebec (ADQ) e a União das Forças Progressistas (UFP). A partir daí, foi observado que as principais causas de militância partidária levantadas pelos jovens dizem respeito às despesas com os estudos, ao futuro do trabalho, ao receio de ter de sustentar os mais velhos e de não ter meios para isso. Suas bandeiras de luta sinalizam para a solidariedade internacional ou para os valores de saúde e paz, a preferência por alguns do engajamento no plano local e também a questão do meio ambiente. Apesar de se organizarem em grupos, a pesquisa citada, mostra que os jovens acreditam na defesa dos interesses de Quebec, já que tal participação oscila

entre o sentimento de conciliação com a federação e o desejo de independência (GRAVEL, 2005).

No Brasil também foi realizada uma pesquisa com jovens, intitulada “Perfil da Juventude brasileira”, que contou com a contribuição de inúmeros autores para a análise dos dados coletados. Como produto final, vários artigos foram produzidos.

Dentro dessa pesquisa, foram analisadas diversas variáveis, entre elas a relação entre juventude, política e participação, em que foi identificado que 83% dos jovens entrevistados souberam se posicionar quanto ao assunto - porcentagem essa que sobe, de acordo com a escolaridade. Entre os jovens que têm o ensino fundamental, 78% se posicionaram quanto ao assunto ‘política’. Dos que têm curso médio, 86% se posicionaram e entre os que têm curso superior, o índice atinge os 93%. Sendo assim, é possível concluir que como os índices de escolarização brasileira estão aumentando, é também previsão que o interesse político entre os jovens aumente (SINGER, 2005).

Fazendo um parâmetro com Quebec, no Brasil foi realizada uma pesquisa tendo como base o resultado das eleições de 2002, entre os jovens que não são obrigados a votar, ou seja, os que têm entre 16 e 17 anos, e foi observada uma pequena participação.

Segundo a abordagem por região, o norte do país possui hoje 2,86 milhões de jovens, ou seja, 8,25% dos jovens entre 15 e 24 anos do país. Foi observado que, aos 16 anos, somente 3,16% votaram na eleição de 2002. Aos 17 anos, somente 7,42% votaram, enquanto que, aos 18 anos, a participação nas eleições atinge os 90% (LASSANCE, 2005).

O nordeste, região que possui 10,9 milhões de jovens de 15 a 24 anos, ou seja, 31,42% do total da população jovem do país apresenta situação diferenciada. Aos 16 anos, os jovens nordestinos são os que mais votam no país e representam 3,48% da população de 16 anos. Aos 17 anos, esse índice sobe para 7,66% e, aos 18 anos, atinge 88,84% (LASSANCE, 2005).

No sudeste são 13,74 milhões de jovens, ou seja, 39,6% de pessoas têm entre 15 e 24

anos. Aos 16 anos, 1,55% dos jovens votam; aos 17 anos, são 5% de eleitores ativos e atinge o índice de 93%, aos 18 anos (LASSANCE, 2005).

No sul há 4,75 milhões de jovens, ou seja, 13,7% da população jovem do Brasil. Dentro desse quadro apenas 3% dos jovens de 16 anos votaram em 2002; com 17 anos, apenas 7% são eleitores; aos 18 anos, sobe para 90% a porcentagem (LASSANCE, 2005).

O centro-oeste possui 2,43 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, ou seja, 7,01% da população jovem nacional. Desses jovens, os de 16 anos que votaram, somam 3,3% do total de jovens aos 16 anos; os de 17 anos somam 7,3% que votaram, e os de 18 anos, 89,4% (LASSANCE, 2005).

Há uma diferença tênue por região. Sendo assim, é possível concluir que, antes de existir um jovem sulista, nordestino ou nortista, ele é por si só brasileiro, e em se tratando da participação política na idade de 16 a 18 anos, as considerações são bem parecidas para cada região. Os dados são claros ao registrar que, enquanto o voto é facultativo, a participação é irrisória; ou seja, entre os jovens de 16 e 17 anos. Já aos 18 anos, acontece o contrário, devido ao fato do voto ser obrigatório. O resultado da pesquisa sinaliza para a afirmativa de que os jovens brasileiros possuem um significado muito próximo, independente da região geográfica que habitam, pelo menos em se tratando de participação política no aspecto eleitoral (LASSANCE, 2005).

Sendo assim, o estudo concluiu que, de forma geral, esses jovens “consideram muito pouco a opção de mudar a política brasileira [...] A visão do jovem brasileiro é de puro desencanto e frustração”. Isso nos indica, segundo o autor, o quanto “o jovem não está sendo organizado política e democraticamente em suas estratégias” (LASSANCE, 2005, p.82).

Krischick (2005) acredita que atualmente há uma sobrecarga de expectativas acerca da adesão da juventude à democracia. Através também da pesquisa ‘Perfil da Juventude Brasileira’, o pesquisador cruzou os dados de escolarização e renda com os de adesão ao sistema democrático. Com isso, observou que 43% dos jovens do ensino

fundamental apóiam o regime democrático; 59%, que atingiram o ensino médio também e 72%, que chegaram à universidade, fazem a opção por esse regime. Com esses dados, pode-se concluir que a adesão ao regime democrático é tanto maior quanto a escolaridade.

No entanto, essa afirmativa pode ser colocada em xeque, considerando que, durante os últimos anos houve, notoriamente, uma elevação de escolaridade entre os jovens, no entanto, a tabela que revela a progressão por anos de adesão ao sistema democrático não expressa tamanho crescimento (KRISCHIEK, 2005).

Com relação à renda, 48% dos jovens entrevistados que possuem renda familiar de até dois salários mínimos aderem ao sistema democrático. Quando a renda familiar sobe para dois a cinco salários mínimos, sobe também para 57% o número de jovens que aderem à democracia. Ao analisar as famílias que possuem renda de cinco até dez salários mínimos, a taxa de adesão ao sistema, entre os jovens, aumenta para 65%; já quando a renda familiar ultrapassa os dez salários mínimos, a adesão dos jovens ao sistema sobe para 68% (KRISCHIEK, 2005).

Vendo os dados postos como estão, parece notório concluir que é necessário cursar o ensino médio e receber mais de dois salários mínimos para que se tenha adesão majoritária ao sistema democrático. No entanto, essa conclusão pode até ser válida se consideradas para análise somente instâncias tradicionais de participação, mas não se pode deixar de salientar que a juventude brasileira, aqui analisada, possui aumento no índice de participação quando se foca instâncias de participação não convencionais, o que é o caso também da Europa, expressa por meio da pesquisa ESS, já citada, em que, comparando-se com o Brasil, alcançamos índices superiores de participação. Assim, em suas conclusões o autor concorda que a opção da juventude pelo regime democrático vem se mantendo estável (KRISCHIEK, 2005).

Em 'Retratos da Juventude', onde os dados da pesquisa 'Perfil da Juventude Brasileira' foram publicizados, é possível identificar alguns índices que nos chamam a atenção, como os que retratam que 19% do total de entrevistados julgam que a atuação de um líder forte que coloque as coisas no lugar resolveria grande parte dos problemas do

Brasil; 59% acham que a participação da população nas decisões políticas do governo é necessária para resolver os problemas do Brasil; e 19% acreditam que os dois juntos será mais válido. Já quando a pergunta é sobre os partidos políticos, 47% dos jovens os consideram muito importantes e 41%, mais ou menos importante. Quando é feita uma pergunta que se refere a importância dos partidos políticos para os jovens, o número de jovens que acha muito importante diminui para 39%, e aumenta para 43%, entre os jovens que acham mais ou menos importante (KRISCHIEK, 2005).

As pesquisas aqui apresentadas, tanto as de nível nacional como as de impacto internacional, contribuem para a conclusão de que a participação da juventude relacionada às instâncias políticas vem se transformando nos últimos anos, assumindo os espaços não tradicionais de participação. O que faz com que o jovem atual permaneça na situação de agente participativo, e não de apático e individualista como o senso comum e o *mass media* tentam atribuir. Sendo assim, há necessidade de uma maior compressão desses novos espaços que a juventude vem assumindo, para que, de forma equilibrada, sem pré-conceitos e chavões, possamos compreender essa nova relação estabelecida.

No entanto, apesar de todo esse movimento histórico que nos leva a concluir a mudança de escolha dos espaços de participação por parte da juventude, salientando o pouco envolvimento e interesse nas questões políticas, há controvérsias. Esses dados podem ser entendidos não como uma mudança no estilo de participar e, sim, como o surgimento de novas formas de participação que instigam as juventudes a aderirem a espaços que não eram anteriormente comuns ao convívio. Não seriam, necessariamente, 'perdas' para a participação tradicional e, sim, formas que se completam no ambiente democrático, sofrendo, é claro, influências diversas, como o próprio neoliberalismo e a constante tentativa de desmobilização das massas; assumindo, assim, essas participações juvenis um caráter como de contramão, indo do lado oposto ao caminho traçado pelo Estado brasileiro.

Parece contraditória essa afirmação, e ela realmente o é. Ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro assume o seu regime democrático, de valorização da sociedade civil,

dos espaços públicos, 'Ele' também assume uma postura neoliberal e antidemocrática, de desmobilização das massas de flexibilização dos direitos conquistados.

Nesse sentido, a participação, não só juvenil, vai construindo seu rumo, por entre esses obstáculos encontrados no caminho. Traçando um perfil próprio da juventude brasileira, em constante construção e aprimoramento, que adiante será comentado.

Considerando esse fato, passamos agora a relatar a participação política e a história da constituição partidária brasileira, para então discutirmos a participação política dos jovens militantes partidários, sendo este, portanto, o foco desse estudo.

4. CONSTITUIÇÃO PARTIDÁRIA BRASILEIRA

Muitos autores aprofundam a história partidária e participativa brasileira e apresentam com detalhes os seus fatos relevantes, como Chacon (1985), Lamounier (1989), Lamounier e Meneguello (1986), Meneguello (1998), Diniz (1989), Schmitt (2005), Foracchi (1977, 1982), Poerner (1995), entre outros, às vezes concordando e, às vezes, discordando de alguns pontos no decorrer da história. Mas, a maioria deles afirma que a formação partidária brasileira é frágil e não teve, em sua constituição, o apoio das massas - fato que acaba por refletir na construção democrática, assumindo caráter mais lento e gradual. Mas, há, ainda, autores que preferem não visualizar os fatos por essa ótica de fragilidade, como Meneguello (1998) e Lima (1997), por exemplo.

Lamounier (et al, 1986, p. 09) afirma que o Brasil apresenta um caso de “subdesenvolvimento partidário”. Para ele, a questão partidária brasileira vai além da disputa individual dos membros do partido, mas se referem às descontinuidades entre os sistemas partidários que se sucederam na história.

Há certa debilidade no sistema político brasileiro ao se verificar sua inconsistência durante a história. Até chegarmos à redemocratização, na década de 1980, tivemos seis ou sete formações partidárias totalmente distintas que se sucederam, atrofiando-se ou sendo suspensas pela violência, muitas vezes sem deixar um rastro organizacional que pudesse ser retomado na etapa seguinte. Além desse problema, há, também, certo amorfismo presente nos partidos políticos, ocasionando indiferenciação ideológica e programática. Esse fato pode ser exemplificado por Lamounier (1989, p. 22) ao afirmar que “Estruturas partidárias com alto grau de sedimentação histórica podem ser relativamente pouco diferenciadas do ponto de vista ideológico” (LAMOUNIER, 1989, p. 22).

Além disso, assim como Diniz (1989); Meneguello (1986, 1998) e Schmitt (2005), Lamounier (et al, 1986) também destaca a marca do anti-partidarismo²⁹ presente na

²⁹ Na tradição ocidental o anti-partidarismo esteve presente até o advento do Estado democrático, passando os partidos a serem vistos como essenciais aos governos democráticos, como instrumentos de viabilização da participação popular e a livre manifestação da adversidade social. Durante um grande período o termo partido político esteve ligado a facção, constituindo-se ameaça do bem comum. No decorrer dos anos essa visão ficou

cultura política brasileira, e afirma que a ciência política prevê partidos fortes para sistema político complexo. No entanto, “o poder central brasileiro sempre conviveu com partidos frouxamente organizados e, mais que isso, parece ter sempre procurado impedir o fortalecimento dessa instituição” (LAMOUNIER et al, 1986, p.12).

Os partidos teriam fluidez e permeabilidade no que se refere ao jogo de interesses privados e seriam praticamente incapazes de realizar o seu papel agregador em oposição à fragmentação de grupos organizados. Assim se difundiu a imagem de partidos políticos como instrumentos para as ambições pessoais dos dirigentes (DINIZ, 1989).

A falta de seriedade e de competência, o personalismo e a utilização irresponsável dos recursos públicos seriam outros tantos elementos desta visão depreciativa dos partidos, percebidos antes como um mal necessário, do que como peças essenciais do arcabouço institucional democrático (DINIZ, 1989, p. 85).

Esse desencanto com a política provocou certa descrença nas instituições políticas e partidos políticos, estendendo-se à classe política como um todo e refletindo na desvalorização do voto como instrumento de cidadania (DINIZ, 1989).

No entanto, ao invés de partir do pressuposto que Diniz (1989) sugere, ou seja, de partidos como instituições frágeis, amorfas, sem ideologia definida, Meneguello (1998) prefere olhar de outro modo os fatos e assume que os partidos políticos são agentes centrais do processo democrático, são necessários à organização e ao funcionamento dos governos, e também retiram da dinâmica governamental os recursos devidos ao seu desenvolvimento.

Lamounier (et al, 1986) nos apresenta duas visões de partidos, a Shumpeteriana³⁰ e a Cerroniana³¹: a primeira, afirma a existência de um quê artificial na criação dos partidos,

ultrapassada e a percepção de conflito e diferença como incompatível também, passando estes a serem vistos como essenciais à dinâmica democrática (DINIZ, 1989).

³⁰ Originaria de Joseph A. Shumpeter em *capitalism, socialism and democracy*, de 1984.

³¹ Originaria de Umberto Cerroni em *Para uma teoria del partido político*, de 1982.

explicada por serem criados deliberadamente por empresários políticos ou políticos profissionais. Já a segunda afirma que a história de um partido é a história de um grupo social.

A visão de Shumpeter (apud Lamounier et al, 1986) se adéqua melhor ao caso brasileiro, visto que, praticamente, não existem partidos formados de “baixo para cima”. Foram poucas as experiências partidárias que não seguiram esse caminho e, assim mesmo, algumas que fugiram desse roteiro foram desmobilizadas, cooptadas ou reprimidas.

Já para Schmitt (2005), de forma sucinta, podemos classificar os partidos políticos como “associações de indivíduos com finalidade de disputar eleições e, por esse motivo, vir a colocar os seus membros no poder” (SCHMITT, 2005, p. 10).

Tendo um entendimento básico de partidos políticos, podemos discutir as formações partidárias brasileiras que passaram por sete distintas formas, que foram sucumbidas umas pelas outras, muitas vezes sem deixar nenhum vestígio no processo de transição.

1- liberais versus conservadores de 1837 até a proclamação da República em 1889; 2- partidos únicos estaduais (ditos republicanos) na Primeira República, até a Revolução de 1930; 3- um pluripartidarismo embrionário... até o golpe que instaurou o Estado Novo, em novembro de 1937; 4- um pluripartidarismo melhor configurado de 1945 até sua extinção pelo Ato Institucional nº. 2, em 1965; 5- um bipartidarismo tutelado (ARENA versus MDB) no âmbito do regime militar, de 1965 a 1979; 6- retorno controlado ao pluripartidarismo através da reforma partidária de 1979 tendo como principais organizações o PDS e o PMDB, sucessores, respectivamente, da ARENA e do MBD, até 1985; 7- ampliação do leque pluripartidário a partir da Emenda Constitucional nº 25, de maio de 1985, que permitiu inclusive a legalização de partidos de orientação marxista e suspendeu praticamente todas as restrições à formação de novos partidos (LAMOUNIER et al, 1986, p. 20/21).

Essas alterações partidárias “foram sempre mediadas pela intervenção coercitiva do poder central, velho ou novo” (LAMOUNIER et al, 1986, p. 21). Além dessa descontinuidade dos sistemas partidários, também há uma debilidade ao agregar interesses ou sustentar uma ordem civil, precária coesão organizacional dos partidos, personalismo das lideranças e sua escassa fidelidade a compromissos ideológicos. Isso tudo se torna uma singularidade brasileira e, certamente, tratada de diferentes formas por diversos autores. Dois traços marcam esses caracteres: a formação burocrático-

patrimonial do Estado brasileiro e o 'privatismo' ou 'familismo' como fortes tendências na cultura política brasileira.

Diniz (1989) resgata que “diversas vezes na historia brasileira, a partir dos anos 30, os partidos foram criados e extintos pelas elites conforme seus interesses ou de acordo com crises políticas de intensidade variada”.

Se por um lado, apesar dessas debilidades, os partidos se tornaram, no decorrer dos anos, instrumentos centrais da transição democrática: “viabilizando a articulação da coalizão anti-autoritária, presidiram a negociação que possibilitou a substituição do governo militar pelo governo civil” (DINIZ, 1989, p. 97). Por outro lado, destituídos de funções governativas os partidos descaracterizaram-se como centros ativos de formulação de propostas e programas de ação, baseando sua atuação num estilo tradicional de fazer política. Além da partilha de cargos, que marcou fortemente o funcionamento do partido situacionista, prevaleceriam o calculo eleitoral de curto prazo, o empenho pela obtenção de ganhos imediatos na disputa por espaços na arena política ou ainda a difusão das práticas clientelistas nas relações entre governo federal e os governos estaduais (DINIZ, 1989).

[...] no Brasil a fraqueza dos partidos tem profundas raízes históricas, constituindo-se indubitavelmente, num dos principais entraves à instauração de uma ordem democrática plena. A partir dos anos 30, em sucessivos momentos, os partidos foram criados e extintos pelas elites governantes para acomodar fricções no interior da coalizão dominante, ou como desdobramento de crises sociais e políticas de diferentes matizes. Sob os vinte anos de regime militar, intervenções freqüentes provocaram alterações na legislação partidária e eleitoral, extinguindo o sistema pluripartidário anterior de 1964, introduzindo o bipartidarismo para posteriormente extingui-lo e reintroduzir a pluralidade de partidos (CAMARGO; DINIZ, 1989, p.13).

Existem diversas críticas que apontam a degeneração das funções dos partidos políticos, como representar e articular interesses das bases, é uma delas, ou o próprio vínculo com o eleitorado, visualizando uma inadequação presente nos interesses e questões emergidos no sistema político. Há também certo mal-estar presente na população com relação aos partidos políticos (MENEGUELLO, 1998; LAMOUNIER, 1989).

Para o entendimento dessas críticas, Meneguello (1998) afirma que os “partidos e governos democráticos, portanto, são indissociáveis pela garantia da responsabilidade à sociedade e imprescindível ao seu funcionamento” (MENEGUELLO, 1998, p. 26).

Meneguello (1998) trabalha com os partidos políticos a partir de três considerações. A primeira refere-se às funções representativas e de articulação de interesses. A segunda, diz respeito à sua função governativa, na qual os partidos sobressaem como principais agentes do processo governamental. A terceira refere-se à natureza interativa dessas funções entre si.

De uma forma geral, os estudos sobre os partidos políticos no Brasil os consideram organizações frágeis, e Meneguello (1998) vem na contra mão dessa afirmação, apresentando os partidos políticos de outro modo. É uma tentativa de visualizar os fatos por outra ótica, não fatalista, mas que possibilita reflexão crítica e profunda. É claro que a autora não nega em nenhum momento a fragilidade e a precariedade que se deu à formação partidária brasileira, já que ela apenas utiliza um novo olhar.

Meneguello (1998) ressalta quatro aspectos que interagem e estão presentes nos estudos sobre partido político no período republicano: 1) a descontinuidade dos partidos e dos sistemas partidários; 2) a complexidade das formações partidárias expressa pela heterogeneidade regional, política e cultural brasileira, mais as dimensões continentais do país, associado ao baixo grau de estruturação interna dos partidos políticos; 3) a questão de se constituírem organizações frágeis, visto que, quase nunca, expressavam interesses enraizados e enraizamento social; 4) o Estado com papel preponderante na organização e representação de interesses.

A fragilidade dos partidos políticos e a debilidade do sistema partidário brasileiro, em parte, são produzidos pelas limitações impostas pelo Estado no que refere à dinâmica de organização dos interesses sociais (MENEGUELLO, 1998).

Essa concepção é estabelecida no limite das relações de partido e bases sociais e estas são também às bases das noções de institucionalização e desenvolvimento partidário, por parecerem apregoadas à definição de vínculo entre partidos e suas

bases sociais. A partir dessa visão também é possível compreender a condenação prévia do processo de democratização, em um tempo de implantação sujeito a constantes retrocessos (MENEGUELLO, 1998).

Essas noções não só alimentam uma concepção negativa de partido político, como afirmam seu subdesenvolvimento e acabam por negligenciar seu papel na esfera governamental, fundamental para o funcionamento do sistema político (MENEGUELLO, 1998).

Daí surge a necessidade de visualizar a situação sob uma nova ótica, não de acusação, mas de interpretação dos fatos, que nos leva a uma compreensão nova das relações e formações dos partidos políticos.

Sendo assim, Meneguello (1998) faz esse exercício, ao querer redimensionar a noção de desenvolvimento partidário no pós-1985, visto que esse processo de democratização reintroduziu a redemocratização do perfil estatal no que refere à organização do executivo federal, através do acesso eleitoral dos partidos nessa esfera de governo.

Portanto, estudar a relação existente entre partidos políticos e governo

[...] significa identificar as formas de influência dos partidos na formação e no funcionamento dos governos, o grau de relação existente entre o poder executivo e o poder legislativo e a capacidade de representação dos governos ante o tamanho das forças partidárias [...] trata-se de avaliar a capacidade de representar e de governar dos partidos políticos (MENEGUELLO, 1998, p. 33).

Para compreender essa relação estabelecida entre partidos e governos, Meneguello (1998) utiliza a teoria apresentada por Budge e Keman³² que inovam na interpretação desse tema, quando discutem a possibilidade de mudanças, segundo o contexto: “os partidos quanto à organização e ao comportamento, variam segundo circunstâncias políticas definidas” (MENEGUELLO, 1998, p. 34).

³² Ian Budge e Hans Keman, em “Parties and democracy coalition formation and government functioning in twenty states, de 1990.

Nesse sentido, há uma importante lógica, condicionada pela relação do poder executivo e legislativo, que impacta na formação e composição dos governos e sobre o desenvolvimento dos partidos que deles participam (MENEGUELLO, 1998).

O sistema presidencialista, a organização federativa e o sistema multipartidário fazem com que surjam elementos que caracterizam não só um perfil específico na relação estabelecida, como também do papel dos partidos no governo. É importante, ainda, analisar as características dessa relação no pós-85, tendo como horizonte não um comportamento estático e congelado, mas variante e variável (MENEGUELLO, 1998).

Para as relações entre os poderes executivo e legislativo, o aspecto relevante quanto ao sistema de eleição presidencial é seu impacto na formação do apoio partidário parlamentar ao presidente, bem como das alianças políticas necessárias à composição do novo governo (MENEGUELLO, 1998, p.41).

O sistema presidencialista é caracterizado pela presença de um chefe de governo, o presidente, de significativa autonomia, que nomeia seus ministros sem a interferência do congresso, mas com interação entre chefe do executivo e os partidos que o ajudaram a se eleger (MENEGUELLO, 1998).

As relações desenvolvidas entre os partidos e o corpo eleitoral, a formação de bases partidárias e as relações entre as agremiações apresentam-se como produtos reflexos das arenas participativas e de representação desenvolvidas no período pós-1985 e que, juntamente com as relações estabelecidas entre os poderes legislativo e executivo, concorrem para a análise das tendências de desenvolvimento partidário (MENEGUELLO, 1998, p.45).

No pós-1985, foram se multiplicando agremiações partidárias, no entanto, poucos partidos conseguiram representação parlamentar. No processo eleitoral de formação de um governo, há coalizões diversas entre os partidos visando maioria dos votos, isso se explica pelo fato de nenhum partido possuir maioria absoluta no legislativo. Nesse sentido, “os partidos participam de governos para influenciar a elaboração de políticas e controlar sua implantação” (MENEGUELLO, 1998, p.52).

Assim, para avaliar o tipo de governo formado desse processo, verifica-se o apoio de forças políticas que consegue congrega, em situação específica. Essa é a explicação da teoria de Budge e Keman, já citados anteriormente (MENEGUELLO, 1998).

Meneguello (1998) nos apresenta o sistema representativo e o sistema decisório, que são indicadores utilizados na análise do processo de formação de governo.

O sistema representativo diz respeito

[...] às transformações institucionais no âmbito da organização e do funcionamento partidário e a dinâmica eleitoral que marcou a arena da participação e da competição política são os parâmetros destacados para análise do papel dos partidos sobre a organização do poder executivo (MENEGUELLO, 1998, p. 48).

Já em relação ao sistema decisório “cabe destacar as conjunturas políticas específicas de cada governo que tiveram impacto definitivo sobre a organização do poder executivo” (MENEGUELLO, 1998, p. 48).

Assim, a respeito do formato institucional do novo regime democrático, ele

[...] adquiriu sua forma final com a constituição de 1988, mas desde sua inauguração é possível verificar como a engenharia partidário-eleitoral e as dinâmicas do Congresso e do poder executivo levam a questão partidária a emergir no espaço de interseção dos sistemas representativos e decisório (MENEGUELLO, 1998, p. 48).

Como caminho para se desenvolver esse estudo nos apoiamos na visão de partidos políticos proposta por Diniz (1989), Lamounier (1989, 1986), Meneguello (1986, 1998) - mais positiva e atraente – por nos possibilitar “olhar diferente” para um processo de constituição partidário de forma crítica, ressaltando o caráter de processo não terminado, ou seja, um caminho que não chegou ainda ao seu destino, que está ganhando força e se aprimorando.

Nesse sentido, para termos uma base de como se constituiu o sistema partidário brasileiro é necessário passearmos pela história, no entanto, nesse caminho, encontramos, por um lado, autores como Chacon que acreditam que a formação dos partidos políticos tem início ainda no Brasil império (Chacon, 1985), e temos, por outro lado, autores que afirmam terem existido instituições que podem ser nomeadas de partidos políticos no Brasil, somente no século XX, por volta dos anos 1940, ou seja,

quando essas organizações passam a adquirir caráter nacional³³ (Lamounier e Meneguello, 1986; Schmitt, 2005). Já para Silva (2007), a idéia dos partidos políticos data do século XIX e XX no mundo e, no Brasil, mais especificamente, em 1930, com a revolução e o código eleitoral de 1932, que dão início à regulamentação jurídica, no entanto, o reconhecimento constitucional vem somente em fins do Estado Novo, com a Constituição de 1946.

Assim, para um maior entendimento, tentaremos seguir uma linha cronológica dos fatos, no entanto, nem sempre será possível ser fiel ao caminho escolhido, muitas vezes precisando fazer idas e vindas na história.

4.1. Um olhar sobre a história partidária mundial, chegando ao caso brasileiro

Segundo Chacon (1985), é possível remontar a Atenas e à Roma antiga ao falarmos em partidos políticos, no entanto, é somente no século XIX, na Grã-Bretanha, que surge a organização partidária moderna, da sua revolução industrial e urbanizadora.

Em Atenas, competiam pelo poder alguns grupos que se aproximavam do que chamamos hoje de partido político. Eram eles os “*pedianos*”, “*paralianos*” e “*diacrianos*”. Os primeiros, eram patrícios conservadores; os segundos, eram o povo em busca de igualdade; e os terceiros, eram “pobres camponeses da montanha” (CHACON, 1985, p. 11).

³³ Sendo assim, apresentaremos os dois casos, mas não nos deteremos em detalhes. Caso haja curiosidade consultar, Chacon (1985).

Na Roma antiga, não era diferente: a organização se dava não muito formal, - os grupos se compunham e se recompunham, existindo os “populares”, os “*optimates*” e os “plebeus” (CHACON, 1985, p. 11).

Os partidos regulares na Grã-Bretanha são datados de 1932 por Ostrogorski (apud, CHACON, 1985) e são sucessores dos “*tories*” conservadores e dos “*whings*” liberais.

Nos Estados Unidos, os grupos políticos se dividiram, primeiramente, entre os “democratas centralizadores” e os “descentralizadores federalistas” e receberam fortes contribuições britânicas (CHACON, 1985, p. 13).

Chacon (1985) narra com detalhes como foram as primeiras eleições nos Estados Unidos e afirma que, naquele momento, ainda no século XIX, houve vitória das massas populares. Já na Europa, aconteceu o oposto: os partidos tendiam a cair no “elitismo de funcionários de carreira” (CHACON, 1985, p. 13).

Levando em consideração as diversas formas que os partidos assumiram nos diversos continentes e países, Chacon (1985) conclui ser possível agrupar os partidos segundo Hans Nawiasky, em ‘partidos de princípios’ (*Weltanschauungspartein*) e ‘partidos de interesses’ (*interessenpartien*), sem correr o risco de passar do juízo de realidade para o de valor.

O surgimento dos partidos autoritários coincide com o advento dos partidos de massa. Essas instituições políticas são classificadas por Palombara (apud, CHACON, 1985) à luz de Max Weber, como instituições que brotam da tendência de burocratização das sociedades complexas (CHACON, 1985, p. 11).

Já ao falar da história dos partidos no Brasil, daremos um salto nos anos cronológicos, visto que nossa história é recente em comparação aos acontecimentos do “velho mundo”. No entanto, se compararmos o surgimento dos partidos regulares na Grã-Bretanha em 1932, os acontecimentos no Brasil não ficam tão distantes na linha do tempo.

No início do século XIX, devido a circunstâncias econômicas e culturais, há uma ligação entre o agrarismo econômico, ou o patriarcalismo familiar e o urbano e o industrial. Os partidos, se é que já podem ser chamados assim, não passavam de alianças familiares rurais, coroadas por elites urbanas, principalmente de Recife e São Paulo (CHACON, 1985).

Em 1808, quando houve a vinda da família real portuguesa ao Brasil e a certeza de que permaneceria nessas terras, o príncipe regente, houve a continuidade da legitimação e foram visualizados os embriões do que seria chamado mais tarde de partidos políticos (CHACON, 1985).

Assim, a história dos partidos políticos no Brasil tem início pouco antes da independência política. O primeiro partido de fato, exposto por jornais da época, foi o “Partido da independência”. Logo depois, jornais anunciavam algumas outras facções (termo equiparado à partido), ou seja, pré-partidos, agindo no Rio de Janeiro, entre eles os “Constitucionais” e os “Republicanos” (CHACON, 1985, p. 11).

Esses partidos são caracterizados por Diniz (1989) como representações artificiais. Os senhores rurais se uniram em um dos dois partidos existentes, o liberal ou o conservador, se expressando como uma associação com fins exclusivamente eleitorais, sendo os partidos instrumentos de poder pessoal dos chefes locais. Para Oliveira Viana (apud Diniz, 1989), os partidos no Brasil possuem um aspecto permanentemente pessoal e mutualista.

Com relação à origem dos partidos no império há controvérsias. Existem autores que preferem denominar ‘partidos’, às agremiações que tiveram caráter nacional, - isso ocorreu somente no fim do Estado Novo, no Brasil, em 1945 (SCHMITT, 2005).

Na década de 1930, o avanço dos movimentos comunistas e integralistas (de inspiração fascista) configurava o início da política de massas. E a resposta do poder central veio com o autoritarismo do Estado Novo, em 1937, com uma vigorosa centralização do poder e um regime desmobilizador e sem partidos (LAMOUNIER et al, 1986).

Diniz (1989) recorda que o corporativismo brasileiro foi imposto pelo Estado, cerceando arranjos pluralistas e competitivos e, em segundo lugar, implantado num contexto marcado pelo crescente fechamento do sistema político - o que culminou com a implantação do Estado Novo, ou seja, um regime ditatorial marcado entre 1937 e 1945. Em terceiro lugar, a estrutura corporativa se tornou uma via quase que exclusiva de incorporação política de atores como empresários e operários, se processando fora da arena partidária (DINIZ, 1989).

Dessa forma, os atores políticos canalizaram o conflito de interesses diretamente para o interior do Estado, sem a mediação dos partidos políticos, promovendo certa lógica individualizante, em que os conflitos permanecem localizados fora da atenção do grande público. Esses aspectos são comuns ao corporativismo, no entanto, no Brasil, essas características foram exacerbadas (DINIZ, 1989).

Nesse sentido, de 1937 a 1945, o Estado Novo, ao contrário do período anterior, ostentou estabilidade através de um Estado burocrático sem eleições e sem partidos. Durante esse período, a intervenção do poder público na economia aumenta consideravelmente, é estabelecida uma estrutura com características corporativas, além do desenvolvimento de sentido das Forças Armadas, em que os militares devem moldar politicamente as forças civis, e não o contrário (LAMOUNIER et al 1986).

Esse período é visualizado como de poder unitário, não mobilizante, não competitivo, estimulado por um clima autoritário. A essa receita, adiciona-se o anti-partidarismo partilhado, na ocasião, por correntes de esquerda e de direita. Vale ressaltar que a participação e a mobilização popular não eram quase encontradas no Brasil desse período (LAMOUNIER et al, 1986).

Ainda dentro desse período autoritário, o governo decretou um código eleitoral provisório que regulamentou as eleições presidenciais seguintes (Lei nº. 7586, 28.05.1945), a Lei Agamenon, como ficou conhecida, introduziu a exigência de organização nacional para o registro dos partidos políticos no Tribunal Superior Eleitoral; logo após, veio a Constituição Federal, em 1946, que consagrou o caráter nacional dos partidos políticos, e que seria constante em todos os outros textos

constitucionais seguintes. Essa cláusula foi regulamentada pelo código eleitoral (Lei nº. 1164, de 24.07.1950) que teve vigência até 1965 (SCHMITT, 2005).

O PSD foi o único partido que conseguiu se organizar nacionalmente, em todos os estados brasileiros, de acordo com essa nova legislação, para disputar as eleições de 1945, demonstrando sua vocação governista (SCHMITT, 2005).

A terceira República (1945-1964) foi a primeira experiência com a democracia representativa. A estrutura partidária desse período é vista pelos estudiosos como o grande momento da vida partidária brasileira. Para a redemocratização de 1945 os estudos apontam um período de grandes obstáculos, que foram ultrapassados e os partidos alcançaram um razoável grau de consolidação até 1960, quando se iniciou, novamente, o processo de desagregação marcado a princípio pela renúncia de Jânio Quadros, em 1961 (LAMOUNIER et al, 1986).

O período de 1945 a 1965 foi marcado, não só pelo pluripartidarismo visto por alguns autores como “pluralismo polarizado” ou “polipartidarismo burguês”, como por grande instabilidade política. Os principais partidos dessa época - PSD, UDS e PTB, juntamente com mais dez partidos menores (legais), mais o PCB que já se tornara ilegal, faziam diversas alianças que se diferenciavam de estado para estado. Era uma miscelânea: não havia como se identificar ideologicamente com uma corrente partidária, já que os partidos não tinham objetivo claro. Foi também nesse momento que se propagou o clientelismo - que afastou da participação política atores importantes pertencentes à elite mais ligada aos setores dinâmicos da economia e as organizações de profissionais mais influentes, que não se identificaram com os objetivos estritamente clientelistas do momento (SCHMITT, 2005; LAMOUNIER et al, 1986).

Essa ‘mudança camaleônica’ dos partidos e as alianças do período 1945-1965 são vistas por Lamounier (et al, 1986) como um processo que permite aos indivíduos que compõe o sistema partidário, manter seu acesso ao Estado, grande dispensador de favores (LAMOUNIER et al, 1986).

O ciclo chamado de terceira República, iniciado com o fim da ditadura personalista de Vargas em 1945 e findado com a deposição de João Goulart em 1964, foi a primeira experiência democrática na história brasileira, no entanto, com algumas limitações ainda, como a proibição dos votos dos analfabetos e a ilegalidade dos comunistas a partir de 1947 (SCHMITT, 2005).

Esse período é também censurado freqüentemente por não ter avançado na democracia. Além de a política ter sido caracterizada também por eleitores como sem objetivo determinado e sem preferência social ou econômica. É possível concluir, portanto, que o avanço da democracia, da cidadania e de participação de massa não teve, nesse período, o Estado como um aliado muito disposto (LAMOUNIER et al, 1986).

Toda essa inconsistência do sistema partidário e da própria política brasileira é caracterizada pela permissividade da legislação, pelas mudanças aceleradas na urbanização e industrialização, associada à debilidade partidária dos períodos anteriores a 1945 e também a questões estruturais do federalismo e centralismo financeiro, da preponderância do executivo sobre o legislativo juntamente com o aumento do papel do governo. Todos esses fatores colaboraram para o estopim do colapso do sistema democrático-representativo em 1964, quando as Forças Armadas assumem o poder com o controle do governo. Essa atitude foi vista por Lamounier (et al, 1986) como um ato para conter a situação entendida como pré-revolucionária.

O sistema pluripartidário não foi extinto logo no início do governo militar em 1964. O novo regime manteve a legislação partidária vigente e também a Constituição de 1946. Portanto, continuaram então em atividade os 13 partidos existentes (LAMOUNIER et al, 1986).

A tensão entre as velhas lideranças civis e a cúpula militar tecnocrática desse período fez com que se extinguísse o sistema e passasse ao bipartidarismo (LAMOUNIER et al, 1986).

Assim, a ruptura com o antigo sistema se deu em 1965 quando candidatos do governo perderam a eleição para governador em duas cidades importantes no cenário brasileiro, Rio de Janeiro e Minas Gerais (LAMOUNIER et al, 1986).

A quarta República (1964-1985) iniciou-se, então, com um golpe de Estado e foi um sistema político autoritário caracterizado pelo bipartidarismo (SCHMITT, 2005).

O Ato Institucional nº. 1 legitimou as forças armadas como supremo poder político no Brasil e iniciou, dessa forma, um ciclo de cassações parlamentares e suspensão de direitos políticos individuais que se estenderia até 1979 (SCHMITT, 2005).

Foi então sistematizado um novo código eleitoral (Lei nº. 4737, de 15.07.1965), porém, não se tratava questões ligadas à organização nem ao funcionamento dos partidos, para isso foi criada a primeira Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP, Lei nº. 4740, de 15.07.1965), que já sinalizava para a redução dos partidos e o fim do multipartidarismo (SCHMITT, 2005).

Assim, nas eleições para os governos estaduais de 1965, foi a última vez que as siglas partidárias da terceira República se apresentaram em eleições (SCHMITT, 2005).

Logo após as eleições, foi decretado o AI-2 (27.10.1965) - que ampliava a autoridade militar e tornava indiretas as eleições para a presidência, além de iniciar um novo ciclo de cassações e suspensões de direitos políticos. Vale ressaltar que, decretos posteriores vieram a abolir algumas eleições para governos estaduais e municipais. Além disso, o AI-2 extinguiu os treze partidos que funcionavam legalmente no Brasil dando fim ao sistema partidário da terceira República (SCHMITT, 2005; LAMOUNIER et al, 1986).

O Ato Constitucional Nº. 4 deu origem ao quadro partidário vigente durante a maior parte da Quarta República. Nela, estabeleceu-se que caberia aos deputados federais e senadores, ou seja, aos membros do Congresso Nacional, a iniciativa de criar novas organizações com atribuições de partidos para a disputa das eleições de 1966 (SCHMITT, 2005; LAMOUNIER et al, 1986).

As organizações partidárias provisórias para se registrar, tinham que possuir, no mínimo, 120 deputados federais e 20 senadores, o que, matematicamente, limitava para no máximo três novos partidos com possibilidade de registro. Com isso, o regime autoritário controlava o multipartidarismo, mas ao mesmo tempo não dava margens para criação de um sistema partidário único (SCHMITT, 2005).

Assim, nasceu o bipartidarismo, artificialmente, é claro, já que foi formatado de 'cima para baixo', como, aliás, quase todos os partidos brasileiros se constituíram (SCHMITT, 2005).

Segundo Kinzo, (apud Schmitt, 2005) o propósito era montar o sistema partidário que mantivesse sob domínio tanto as forças de situação quanto às de oposição, reunindo assim todos os congressistas da situação ou favoráveis ao regime em um e todas as outras forças oposicionistas, no outro (SCHMITT, 2005).

A determinação prevista com o Ato Constitucional Nº. 4 era de instituir organizações provisórias com atribuições de partidos e não partidos, por isso, nenhuma das duas legendas criadas continham a palavra 'partido' na nomenclatura. Os grupos políticos da situação se congregaram na ARENA (Aliança Renovadora Nacional), e a oposição se reuniu no MDB (Movimento Democrático Brasileiro) (SCHMITT, 2005; LAMOUNIER et al, 1986).

Na representação parlamentar a situação contava com maioria, aproximadamente 3/5 da Câmara dos Deputados e 2/3 do Senado. Era evidente o desequilíbrio de origem na constituição parlamentar dos dois novos "partidos" em favor da ARENA (SCHMITT, 2005).

O TSE oficializou o registro eleitoral do MDB e da ARENA em 1966, possibilitando e habilitando tais organizações para disputa nas urnas (SCHMITT, 2005).

A última eleição disputada pela ARENA e o MDB foi em 1978, quando deveria ser renovado 2/3 do Senado, no entanto, ainda no regime autoritário foi criada a figura do senador biônico, ou seja, seriam realizadas eleições indiretas para compor 22 cadeiras

do senado, mais eleições diretas para compor outro tanto de igual número. Os senadores biônicos cumpriram seus mandatos de 1978 a 1987 (SCHMITT, 2005; LAMOUNIER et al, 1986).

A Constituição de 1967 foi modificada pela Emenda Constitucional nº. 1 (17.10.1969) que introduziu na legislação eleitoral a fidelidade partidária, mas também amenizou a cláusula de desempenho³⁴, ou cláusula de barreira, exigida dos partidos. Essas exigências foram reafirmadas na LOPP nº. 5682 (21.07.1971) que vigorou até 1995 (SCHMITT, 2005).

A última reforma na legislação partidária ocorrida antes da extinção da ARENA e do MDB foi a Emenda Constitucional nº. 11 (13.10.1978), entrando em vigência a partir de 1979 (SCHMITT, 2005).

Nas eleições de 1970 foi identificado um grande desempenho da ARENA visualizado devido às perdas que a oposição sofreu referente a cassações seguidas ao AI-5, além da censura e da repressão política (SCHMITT, 2005).

Com as diversas manifestações tanto estudantis quanto parlamentares e ainda com o início de guerrilha, é editado o Ato Institucional nº. 5. Assim, a legitimação desse regime já não se baseava somente na memória da crise e no combate ao comunismo e à corrupção, mas também na retomada do crescimento econômico e da modernização (LAMOUNIER et al, 1986).

Houve, então, uma rápida urbanização e formação de grandes áreas metropolitanas, no entanto, mesmo no auge desse 'milagre', a ARENA precisou de grandes doses de coerção para ter vitórias eleitorais (LAMOUNIER et al, 1986).

Embora não se possa falar em consolidação do bipartidarismo como sistema, dado que ele sempre esteve ligado à armação institucional do regime de 1964, pode-se sem dúvida falar na formação de novas identificações partidárias, praticamente apagando, no que tange a massa de eleitores, os vestígios do sistema multipartidário anterior a 1964 (LAMOUNIER et al, 1986, p.69).

³⁴ Clausula de desempenho é o nome dado as exigências legislativas feitas aos grupos políticos, para que estes fossem considerados partidos atuantes.

A conclusão é que essa tentativa de corrigir as distorções de antes de 1964 com o bipartidarismo levou o regime militar novamente ao pluripartidarismo em 1979, como única solução encontrada (LAMOUNIER et al, 1986).

Com o crescimento do MDB e o conseqüente desgaste do governo se inscreve a reforma partidária de 1979, com três pontos principais: 1) retorno ao pluripartidarismo; 2) exigências severas na formulação dos partidos tendo que constar a implantação organizacional nos estados e municípios; 3) manutenção de restrições jurídicas como o impedimento da legalização do partido comunista (LAMOUNIER et al, 1986).

Com relação ao bipartidarismo, ocorrido entre 1965 e 1979, é possível concluir um desempenho surpreendente, já que foi uma estratégia da elite para acabar de vez com a estrutura partidária anterior e evoluir um novo sistema leal ao regime recém implantado. Nesse momento, ao mesmo tempo em que ocorria a gradual autonomia com relação ao regime militar, observou-se também o fortalecimento da sociedade civil, que a partir de 1970 começa a assumir complexidade e densidade organizacional. Aos poucos, os partidos e a sociedade começaram a convergir na idéia de crítica ao situacionismo, que foi se desenvolvendo e, já nas eleições de 1974, foi possível observar o apoio crescente da população ao partido de oposição. Com o objetivo de evitar a perda do controle do processo, a elite dirigente encabeçou novamente uma reforma partidária, desta vez extinguindo o bipartidarismo (DINIZ, 1989).

Em 1968, temos o já citado Maio de 68, que representou uma grande mobilização jovem, que não ocorreu somente no Brasil, além da passeata dos 100 mil e diversas mobilizações e greves trabalhistas espalhadas por todo o país, mostrando o descontentamento da população com a situação.

A partir das eleições de 1974, no MDB, começou a haver disputa interna por postos eletivos, pela primeira vez. Anteriormente havia mais vagas do que candidatos (CARDOSO, 1980).

[...] a relação entre os movimentos e os candidatos (ou melhor, entre os movimentos e a participação partidária no período eleitoral) foi muitas vezes tensa. Como se viu nos capítulos correspondentes, quase todos esses

movimentos são recentes, alguns renasceram a pouco (como o sindical) e alguns deles não só não possuem experiência de política partidária como a vêm com desconfiança. Tal atitude foi freqüente no caso da participação de pessoas das comunidades eclesiais de base na política. Houve mesmo uma tendência, embora não majoritária, ao voto nulo entre os participantes desse movimento (CARDOSO, 1980, p. 196).

As eleições de 1974 significaram um grande divisor de águas do bipartidarismo brasileiro expresso pela gradual abertura política (SCHMITT, 2005).

Assim é possível concluir que a partir da década de 1960 tivemos partidos que não possuíam um engajamento popular, e foram assumindo um grau de autonomia significativo, passando a operar como instrumento de transformação. Todo esse processo de revigoração dos partidos foi acompanhado de uma atenuação no anti-partidarismo ainda presente na cultura política brasileira. Aos poucos foi aumentando a identificação partidária e, nas eleições de 1974, já se observou um declínio nos votos de abstenção e em brancos e nulos (DINIZ, 1989).

Assim, o voto começou a ser valorizado como forma de expressar uma avaliação do regime e capaz de mantê-lo ou de alterá-lo. Entre 1974 e 1982 verificou-se a revalorização das eleições e dos instrumentos representativos, passando o jogo eleitoral a ser visto como caminho para reverter a situação dominante. No entanto, já nas primeiras eleições, após a promulgação da constituição em 1988, já se observou distanciamento e frieza com relação à competição eleitoral, retorcendo a visão de política, como atividade espúria, da competição eleitoral como jogo de ambições pessoais, nos aproximando novamente, e com força, do anti-partidarismo que continua enraizado em nossa cultura (DINIZ, 1989).

A restauração do pluripartidarismo em fins da década de 1970 teve como objetivo fragmentar e enfraquecer as forças oposicionistas, todavia, esse novo modelo não conseguiu reverter o aumento dessas. Porém, essa disputa foi essencial para a mudança do regime, já que expressavam a insatisfação com o autoritarismo (DINIZ, 1989).

Foi-se concluindo, então, que a concentração das forças oposicionistas numa única legenda aumenta o risco de derrotas inesperadas. Por isso, dividir, fragmentar a oposição, era mais eficiente (SCHMITT, 2005).

O decreto da anistia e a Emenda Constitucional nº. 11 de 1979, que restituiu direitos políticos, reforçou o fim do bipartidarismo extinto pela Lei nº. 6767 que reformulou a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (SCHMITT, 2005).

Já em janeiro de 1980, foram registrados no TSE seis novos partidos, PDS, PP, PMDB, PT, PTB, PDT, o que representava a fragmentação desejada, ou seja, o alcance dos objetivos previstos pela elite política (SCHMITT, 2005; LAMOUNIER et al, 1986).

O PDS (Partido Democrático Social) foi o sucessor da ARENA e, por isso, recebeu o apoio do governo durante o período bipartidário. O PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) sucedeu o MDB. O PMDB e o PDS formaram o núcleo do multipartidarismo até 1985 (SCHMITT, 2005).

Schmitt (2005) afirma que o PT e o PCB foram casos raros de partidos surgidos de baixo para cima e fora de instituições parlamentares. O PT surgiu do sindicalismo de 1970 e o PCB surgiu ainda na década de 20, se caracterizando como o partido mais antigo, mesmo sofrendo tantas modificações. O PP (Partido Popular) reunia alguns dissidentes da ARENA e moderados do MDB.

O perfil partidário do início da década de 1980 após o restabelecimento do multipartidarismo se caracterizava “por um grande partido hegemônico (PDS), dois partidos de magnitude intermediária (PMDB, PP), e três partidos residuais (PDT, PTB, PT) que sequer obtiveram representação no senado federal” (SCHMITT, 2005, p.50).

O novo sistema partidário foi projetado para a disputa das eleições de 1982 e ,pela primeira vez, desde 1965, foram eleitos os governadores de todos os estados por voto direto (Emenda Constitucional Nº. 15, de 19.11.1980), além das eleições para o Congresso e para as Assembléias Legislativas dos estados, também para prefeitos e

vereadores. O resultado das eleições de 1982 era decisivo para a sucessão presidencial prevista para 1985 (SCHMITT, 2005).

Em 1981, novamente foi discutida a reforma partidária com o objetivo de restabelecer o equilíbrio entre Estado e governo, através do chamado “pacote de novembro”, ou Lei nº. 6978 (19.01.1982). Esse projeto teve como intuito a vinculação dos votos, tornavam-se, então, nulos, os votos dados a candidatos de diferentes partidos, o que obrigava aos partidos, até mesmo aos pequenos, a lançar candidatos em todos os âmbitos do Estado (SCHMITT, 2005; LAMOUNIER et al, 1986).

O “pacote de novembro” teve grande implicação sobre o quadro partidário. Em 1982, o PP decidiu se anexar ao PMDB, como estratégia de sobrevivência a esse pacote. E na incorporação restabeleceu, na prática, um sistema bipartidário, já que somente dois partidos tinham realmente força para as eleições. Além do “pacote de novembro” esteve em vigor, as cláusulas de desempenho que também prejudicaram os partidos pequenos já que exigiam 5% dos votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados e 3%, em nove diferentes estados. No entanto, a Emenda Constitucional nº. 22 determinou a não aplicação da cláusula de desempenho nas eleições de 1982 (SCHMITT, 2005).

Assim, o PDS elegeu mais da metade dos governadores e 3/5 dos senadores. O PMDB elegeu dois quintos dos senadores e um pouco mais de 2/5 dos deputados federais. O PDT foi o único partido entre os pequenos que elegeu governador Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, e teve representação no senado. O PTB conquistou 3% das cadeiras da Câmara. O PT conseguiu se organizar em quase todos os estados, no entanto, elegeu menos de 2% dos deputados federais (SCHMITT, 2005).

Outro objetivo, talvez maior, seria conservar a maioria governista no Colégio Eleitoral para eleger indiretamente o Presidente da República nas eleições de 1985 (LAMOUNIER et al, 1986).

O bipartidarismo instituído em 1965 não foi desfeito completamente pela reforma de 1979. Os pequenos partidos de oposição (PDT, PTB e PT) congregaram 5% dos votos em quatro estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Acre e Rio Grande do Sul); nos demais,

permaneceu a velha disputa da ARENA contra o MDB, só que travestida pela nova nomenclatura de 1979, PDS contra PMDB (LAMOUNIER et al, 1986).

O quadro político do início da década de 1980 era de instabilidade, visto que a oposição havia conquistado 10 governos estaduais e 9 lugares na Câmara Federal e também certa influência na candidatura interna presidencial do PDS (LAMOUNIER et al, 1986).

Lamounier (et al, 1986) apresenta a conjuntura política estratificada em três níveis: O primeiro é a sucessão presidencial para eleição indireta de 1985 - prevista devido à grande força que o PDS exercia. A alteração era improvável visto que o PDS possuía 2/3 do senado e os senadores biônicos possuíam mandato até 1986 e representavam a maioria do governo. O segundo ponto diz respeito ao governo: que não possuía mais maioria absoluta e precisava negociar suas propostas pelo menos com outro partido, no caso o PTB. O terceiro ponto é a mobilização popular visível pela oposição que, nas eleições de 1982, conquistou alguns dos principais governos estaduais como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, que serviram de apoio, visualizado em 1984, com a mobilização para pressionar o congresso e aprovar as eleições diretas.

Para as eleições presidenciais de 1985, apesar do apoio popular que o vice civil Aureliano Chaves recebia, o PDS teve como pré-candidatos a presidência Paulo Maluf e Mário Andreazza, que eram reflexo, naquele momento, da corrupção e do continuísmo (LAMOUNIER et al, 1986).

A grande mobilização pelas eleições diretas e a escolha do PDS por Maluf fez com que se produzisse uma divisão irreversível do partido. Assim, Aureliano Chaves fundou a Frente Liberal com o apoio de outros 'anti-malufistas' do PDS dispostos a negociar a candidatura presidencial com a oposição (SCHMITT, 2005; LAMOUNIER et al, 1986).

O novo contexto foi apresentado à população com o lançamento da Aliança Democrática, através do manifesto "compromisso com a nação", estabelecendo a coalizão entre Frente Liberal e PMDB, se estabelecendo como a condição máxima que possibilitou a vitória de Tancredo Neves. O PDT apoiou o candidato Tancredo Neves,

mas o PT teve uma cisão interna, por parte dele ter se recusado a participar do Colégio Eleitoral (SCHMITT, 2005; MENEGUELLO, 1998; LAMOUNIER et al, 1986).

Assim, se formou uma base oposicionista com o apoio do PMDB, para lançar o nome do então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, à presidência. Nesse sentido, Tancredo assumiu o carisma da campanha pelas diretas e elegeu-se Presidente da República, juntamente com seu vice José Sarney, pertencente à Frente Liberal. “Este acontecimento significava, nada mais, nada menos, que o regime fora finalmente à derrota no órgão que ele mesmo instituíra para ratificar as sucessões militares: o Colégio Eleitoral” (LAMOUNIER et al, 1986, p. 83). O presidente foi eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral, como aconteceu com os três últimos presidentes militares, composto pelo senado, câmara e assembleias legislativas estaduais.

A sucessão para a presidência, mesmo diante do apelo popular que ficou conhecido como “diretas já”, ocorreu de forma impopular. O Colégio Eleitoral foi, então, formado por 686 membros: 479 deputados federais, 69 senadores e 138 delegados das assembleias legislativas estaduais (SCHMITT, 2005).

Tancredo Neves derrotou Paulo Maluf por 480 votos contra 180, assim se atingiu o ápice do processo de abertura política, de transição democrática, sem rupturas com as regras do jogo (SCHMITT, 2005).

Os principais pontos da agenda político-institucional eram o retorno às eleições diretas para a presidência (como tese consensual) e a atribuição ao congresso, de poderes constituintes, a ser eleito no final de 1986 (LAMOUNIER et al 1986).

Nesse período, diferente dos anteriores, além do centro formado pela Aliança Democrática (PFL e PMDB) havia uma esquerda não tão forte, mas que já começava a assumir lugar, o PT (LAMOUNIER et al, 1986).

A posse do presidente eleito Tancredo Neves não se deu, devido a uma doença e conseqüente falecimento desse, o que ocasionou a posse de seu vice, José Sarney, em

15. 03. 1985, e marcou o fim de quase 21 anos de autoritarismo, iniciando, assim, um novo período para a história política brasileira (SCHMITT, 2005).

Uma das primeiras medidas realizadas pelo então governo foi a Emenda Constitucional nº. 25 (15.05.1985), que retirou da Constituição o dispositivo referente à infidelidade partidária e restabeleceu as eleições diretas para presidente, concedeu o direito a voto aos analfabetos, dava possibilidade de legalização para partidos marxistas, diminuía a porcentagem de votação mínima se o partido tivesse representação federal, permitia a troca de partidos pelo indivíduo eleito em partido que obtivesse a porcentagem mínima de votos, conservando o mandato, enfim, se mostrando mais permissiva. A Emenda nº. 25 auxiliou a sociedade política, dando flexibilidade a suas ações, aumentando benefícios. Aos poucos foi se removendo os traços do autoritarismo vigente por tantos anos, já que ficou autorizada a livre criação de novos partidos políticos, inclusive da reorganização das siglas cassadas e prejudicadas pelo modelo autoritário (SCHMITT, 2005; LAMOUNIER, 1989).

Pouco tempo mais tarde, veio a Emenda Constitucional nº. 26 (27.11.1985) que determinava que o Congresso Nacional, a ser eleito em 1986, se revestiria de atribuições constituintes, ou seja, elaboraria a nova constituição brasileira (SCHMITT, 2005).

Diversos fatos associados ao absentéismo e ao clientelismo deram início a um profundo descrédito do legislativo e da classe política, com prejuízos para a idéia da política democrática, de um modo geral “a presidência Sarney chegou ao final de 1985 [...] débil, dividida e carente de qualquer rumo ou inspiração” (LAMOUNIER, 1989, p. 50).

A aliança PMDB-PFL refletida na composição ministerial se manteve correlacionada mesmo com diversas mudanças de quadro (MENEGUELLO, 1998).

A Lei 7454 (30.12.1985) veio permitir que todos os partidos, inclusive os com registro provisório, participassem da ANC (Assembléia Nacional Constituinte, que durou cerca de 20 meses, até a promulgação da constituição em 05.10.1988). A Constituição de 1988, com relação aos partidos políticos, introduziu questões relevantes

freqüentemente menosprezadas, presente nos princípios gerais que vieram a ser regulamentadas com a nova lei dos partidos políticos somente em 19.09.1995 (SCHMITT, 2005).

Essa legislação trouxe de volta a cláusula de desempenho, que estabelecia que o partido deveria obter 5% dos votos apurados em 1/3 dos estados, com um mínimo de 2% do total de cada um deles (SCHMITT, 2005).

A Lei 9504 de 30.09.1997 aborda a respeito da propaganda, eleitoral, do voto eletrônico, das pesquisas eleitorais e do financiamento de campanha (SCHMITT, 2005).

A quinta República ou Nova República foi, então, inaugurada em 1985, com o retorno dos civis à presidência. Sob a Nova República assistimos a um retrocesso das estruturas político partidárias, já que não só houve um desgaste dos partidos políticos responsáveis pela transição, como gerou um distanciamento do eleitorado. Isso é contrastante ao observado no período 1982-1985, em que o grau de envolvimento e participação havia aumentado, devido as mobilizações para as “Diretas Já” (SCHMITT, 2005; Diniz, 1989).

Na campanha de 1989 já se observava, novamente, um clima de desconfiança causado pela frustração das expectativas de mudança e a esperança que marcou o início da Nova República. Isso pode ser visualizado pela alta proporção de votos brancos e nulos. Essas expectativas frustradas, reavivou o anti-partidarismo, que havia sido atenuado nas fases finais do processo de liberalização política (DINIZ, 1989).

[...] o desencanto faz-se acompanhar da perda do sentimento de eficácia política – que decorre da convicção de que é possível influir sobre os acontecimentos e mudar-lhes o curso. É assim que, em diferentes camadas da população, assiste-se ao reforço da descrença nos mecanismos eleitorais e na prática partidária como instrumento de mudança ou como via eficaz para o exercício da influência política. Sob o efeito dessas tendências, ressurge o anti-partidarismo, que o movimento de resistência ao autoritarismo conseguira reverter. O interesse pela política e a vontade de participar aumentam quando a insatisfação ocorre num contexto em que as eleições são percebidas como forma de alterar o estado de coisas e os eleitores atribuem eficácia ao sistema partidário [...] assistimos mais uma vez a uma certa revivescência da visão da política como atividade estéril, se não predatória e, portanto, perversa. A desconfiança e a hostilidade em relação aos políticos e aos partidos tendem a

definir o espaço da política partidária como domínio da incompetência, da corrupção e dos interesses egoístas (DINIZ, 1989, p. 106/107).

A população possui certa descrença não só genérica, mas especificamente gerada pelo mau desempenho do governo e dos partidos que se apóia. Há um manifesto contra o estado das coisas vigentes (DINIZ, 1989).

No entanto, Diniz (1989), alerta que o momento de abertura democrática vivido na década de 1980 nos adverte para recuperação da dignidade da política, já que, na democracia, o exercício da disputa eleitoral, realizado pelos partidos políticos, culminando em ganhar a eleição, é um caminho crucial para o exercício do poder. O essencial, portanto, é fazê-lo com dignidade (DINIZ, 1989).

Em fins da década de 1980, foi então formada a constituinte que gerou muitos burburinhos nos jornais da época, que tentavam agregar por ideologia os constituintes. Nesse sentido, uma equipe de jornalistas elaborou cinco nomenclaturas para classificar os constituintes: esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita³⁵ (LAMOUNIER, 1989).

Houve duas crises partidárias na constituinte, uma formou o grupo suprapartidário 'Centrão' e, a outra, foi a cisão do PMDB, que resultou na formação do PSDB (LAMOUNIER, 1989).

O processo da constituinte envolve muitos fatores, como a conquista, um pouco atrasada, dos direitos fundamentais que trouxe, também certo desgaste político ressaltando um componente anti-político (LAMOUNIER, 1989).

Lamounier (1989) afirma que, então, chegamos à década de 1990 com uma estrutura partidária movediça e frágil. Já Meneguello (1998) afirma que a experiência partidária do pós-85 está alterando as feições da gestão pública, promovendo a emergência de gestões marcadamente partidárias que estão introduzindo ações inovadoras na gestão dos serviços públicos. Rachel Meneguello não afirma que os partidos não chegaram à

³⁵ Lamounier (1989) faz um detalhado estudo sobre a posição que os partidos ocupavam, nesse momento, vale a pena verificar a análise.

década de noventa frágeis em sua estrutura, ela apenas aborda outras questões que não foram visualizadas ainda, como a relação estabelecida entre partidos e governos, por exemplo.

Nesse sentido, embora os partidos tenham resultado de um processo de criação de 'cima para baixo', ou de cisões dentro dos próprios partidos, enfim, nacionalizou-se o sistema partidário no país; assumindo diferentes formatos nos estados, embora sob a mesma legislação eleitoral (LIMA JUNIOR, 1997).

A Constituição de 1988 no seu artigo 17 define os partidos políticos como pessoas jurídicas de direito privado, definição abordada novamente na Lei nº. 9066/95, além de consagrar a forma política contemporânea (SCHMITT, 2005; SILVA, 2007).

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I - caráter nacional;

II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 2006)

§ 2º - Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º - Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

§ 4º - É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar (BRASIL, 1988)

O presidente Collor foi o primeiro chefe de governo eleito em eleições diretas, em 1989, em uma verdadeira disputa travada com o candidato Lula. Collor ganhou de Lula por 5,8% dos votos. O resultado da eleição, apesar da derrota, e a expressiva votação da esquerda do Lula (PT) logo após a abertura democrática, mostravam o avanço da esquerda. Já o mandato de Collor teve curta duração, foi de 1990 a 1992, devido às crises e denúncias de corrupção, o que ocasionou o *impeachment* do presidente (MENEGUELLO, 1998).

O breve governo de Collor foi uma tentativa de realizar um mandato, meio que, autônomo, sem correspondência com o Congresso, o que o prejudicou, sem dúvida. Assim, com o *Impeachment* de Collor, assumiu seu vice, Itamar Franco, que teve seu governo cercado pelo aspecto deixado pela crise política de seu antecessor. A grande marca do governo Itamar foi a crise econômica, chegando os juros a atingir os 6000%. Para contornar o problema, o presidente trocou de ministro várias vezes, até que assumisse o ministério da fazenda, o tucano, Fernando Henrique Cardoso.

O caráter econômico forte do governo Itamar levou FHC (PSDB), seu então ministro da área econômica, à vitória nas urnas em 1994. O Plano Real foi o carro chefe da campanha presidencial de FHC, plano proposto ainda como ministro da economia de Itamar (MENEGUELLO, 1998).

A forte influência do PSDB na política econômica brasileira pode ser observada aqui, quando o ministro se torna presidente e, mais uma vez, a controla. Esse período dura por volta de 10 anos, visualizados como anos de forte ajuste neoliberal da economia. Nesse momento, “os partidos exercem papel central na organização e funcionamento do poder executivo” (MENEGUELLO, 1998, p.165).

Nesse sentido, é possível visualizar uma forte ligação entre governo e partido, quando as posições ideológicas partidárias definem os rumos econômicos do governo, com ações de cunho marcadamente neoliberais, identificadas, principalmente, nas áreas econômica e social “[...] a proximidade com a arena governamental constitui para os partidos um poderoso meio de desenvolvimento” (MENEGUELLO, 1998, p.166).

Nesse momento, Meneguello (1989) ressalta a relação estabelecida entre, de um lado, partido e ideologia e, de outro, partido e governo. O PSDB então assume o governo fazendo uma defesa clara do neoliberalismo, ajustando as políticas econômicas e sociais aos moldes dos organismos internacionais, mostrando o seu posicionamento.

Francisco de Oliveira (2006) reflete, em um artigo, o continuísmo das políticas adotadas por Lula. Nesse caso, já não mostra uma ideologia definida pelo partido, já que o PT defendia uma forma diferente de aplicabilidade para o seu governo, no entanto, ao

assumir o poder, assume também o caráter de continuísmo de uma forma de governar proposta pelo governo anterior de forte tendência neoliberal, completamente oposta ao programa e diretriz do partido.

Esse fato ressalta novamente o amorfismo e a falta de ideologia, abordado por Lamounier (1989), Lamounier e Meneguello (1986), Diniz (1989) e Schmitt (2005) anteriormente, mostrando que o partido que se dizia de esquerda, ao assumir o poder, não consegue manter seu posicionamento ideológico. Talvez caiba aqui a afirmação de que no atual Brasil a esquerda ganha a eleição, mas não consegue governar. Ele explica esse fato, pelo motivo de o Brasil não possuir condições estruturais que o possibilite gestar um governo de esquerda, e a população ainda apresentar baixo nível educacional, além de ser muito suscetível aos interesses dos organismos internacionais.

Nas eleições de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), depois de tantas tentativas, chega então à presidência, carregado de um sentimento coletivo de mudança que, aos poucos, vai perdendo seu sentido e assumindo um caráter de continuísmo, o que deixa boa parte de seus eleitores e, inclusive, partidários decepcionados, o que resultou, por exemplo, na desvinculação de parlamentares que saíram do PT e fundaram o PSOL.

Os textos referentes ao governo Lula estão repletos de críticas à forma de governar e ao posicionamento assumido pelo Partido dos Trabalhadores, que causou certa decepção aos brasileiros, que guardavam esperança de mudança.

Meneguello (1998) afirma que nossa experiência é recente para fazermos afirmações definitivas sobre o desenvolvimento partidário. Vale ressaltar que já se passaram 10 anos que a autora o afirma e ainda é visível o caráter primitivo e de experimento que a constituição partidária brasileira perpassa. Seguimos um caminho turbulento que não possui uma fórmula de condução, mas se desenvolve ao sabor do interesse e, principalmente, com a influência consciente dos cidadãos que, aos poucos, vêm aprendendo a assumir seus espaços e também das elites políticas que detêm o poder.

Essa forma democrática, que está sendo estabelecida conturbadamente, e que vem assumindo uma característica de processo ainda em gestação, em nutrição, dá sinais visíveis de crescimento positivo e retrocesso em alguns casos. Mas, o saldo desse processo é o desenvolvimento democrático, a evolução de uma nova cidadania e a constituição de espaços públicos que influenciam no processo decisório e na capacidade de interagir.

Isso posto, no próximo capítulo veremos como as lideranças jovens de dez partido políticos descrevem a contribuição da juventude brasileira para a política partidária, para a constituição dos partidos e, mais que isso, veremos como essa história partidária, que acabamos de ler, assume um novo caráter, contada por eles, atores indissociáveis desse processo.

5. PARTIDOS E JUVENTUDE: UMA ALIANÇA INSEPARÁVEL

O histórico de lutas e conquistas dos movimentos sociais e partidos políticos, em específico, tem um ator insubstituível: as juventudes. Em muitas bibliografias esses personagens não entram como parte da história, ou simplesmente foram sucumbidos. Entretanto, boa parte dos agentes políticos da história começou sua ação de luta ainda quando jovens. Fato esse observado por Paiva (2000), quando vai além, e afirma que toda a juventude é revolucionária.

Para o desenvolvimento desse estudo, foi necessário realizar entrevistas individuais com líderes juvenis de 10 partidos políticos, sendo eles: PDT, PTB, PMDB, PT, PSDB, DEM, PSB, PSTU, PC do B e PSOL. Ao iniciarmos a realização das entrevistas, havia a preocupação em não só conhecer a história contada por jovens que, hoje, fazem parte desses partidos; entender como eles viam a constituição dos seus respectivos partidos, mas, também, se houve participação e interlocução juvenil no processo de constituição e consolidação dos mesmos, bem como dos processos políticos na sociedade brasileira atual.

As entrevistas, em sua maioria, foram realizadas em meio a I Conferência Nacional de Juventude, que ocorreu em Brasília, em abril de 2008. Os jovens líderes políticos entrevistados, são em sua origem, de diferentes classes sociais e também de diversas ideologias que ficam claras no decorrer deste trabalho. Alguns são filhos e netos de políticos que já tiveram inclusive mandato e descrevem as experiências no decorrer das entrevistas. A forma como os jovens abordam cada assunto que lhes é perguntado retrata tanto o posicionamento político pessoal quanto a própria ideologia pregada pelo partido político representado.

Como forma de preservar os sujeitos da pesquisa, preferimos não questionar ou contrariar respostas dadas, apenas apresentá-las ao leitor, que com sua bagagem intelectual, tirará suas próprias conclusões. Para os objetivos deste trabalho é importante identificarmos a participação política da juventude brasileira e visualizarmos que apesar de todo o contexto de individualismo e de tentativa de alienação, grande parte da juventude tenta refletir os problemas sociais e humanos na busca de uma

alternativa plausível, seja ela dentro da ordem capitalista ou através de uma superação da sociedade de classes, que para o nosso entendimento é o caminho para uma transformação estrutural que gerará efetivamente sujeitos emancipados.

Sendo assim, ao iniciarmos a análise das entrevistas, seus conteúdos deixam claro que a juventude participou ativamente, com vigor e disposição, de muitos momentos na história brasileira, segundo um dos depoimentos:

“Em muitos momentos da história, a juventude teve papel fundamental nas transformações sociais do Brasil e do mundo. No final do ano passado, a juventude na Europa reafirmou essa localização da juventude na história. Os motivos que levaram a juventude se levantar ao final do ano passado serão motivos de outros levantes, afinal vivemos um período de crise econômica, cujo desfecho está muito determinado pelas ações que os movimentos sociais farão para se enfrentar com a crise. A juventude, mais uma vez, pode mostrar sua força, seu vigor e sua disposição de luta e mobilização. Dessa disposição de luta depende o futuro do Brasil e do mundo [...]” (jovem do PSB)

No quadro abaixo, é possível observar como se deu a criação do partido, segundo a ótica dos entrevistados, os sujeitos da pesquisa³⁶.

Quadro 1: Histórico de fundação dos partidos	
PARTIDOS	COMO E QUANDO FOI FUNDADO O SEU PARTIDO?
PC do B	<i>“O PC do B é um partido criado em 1922. É um dos partidos, mais antigo da República. Na verdade dos que estão em atuação hoje, ele é o mais antigo, foi criado em 1922 e reconstruído ali antes do regime militar no Brasil, pra ser mais preciso em 1962 e tem todo esse tempo ai de vida, de existência”</i>
DEM	<i>“O PFL, em si, em 1986, o PFL jovem, na época, foi em 1999. Aí, desde 1999 prá cá, a gente vem trabalhando com propostas de políticas de base do próprio PFL Jovem [...]”</i>
PDT	<i>“O PDT tem 28 anos, foi fundado em 1980 [...] é fruto, é herdeiro do antigo trabalhismo, o verdadeiro trabalhismo desse país, que é o antigo PTB, não esse atual PTB”</i> <i>“o governador Brizola foi o perseguido número 1 da ditadura militar que teve o maior exílio entre os políticos que foram cassados. Quando ele retornou ao</i>

³⁶ Lembramos que o histórico de formação dos partidos políticos brasileiros descrita por diversos autores como Lamounier, Meneguello, Diniz, está no item 4.

	<i>Brasil, muito fortalecido por conta da sua luta e da sua história, mesmo não estando no Brasil, a sigla PTB foi tomada de Brizola e o Brizola decidiu criar o PDT,”</i>
PSTU	<i>“O PSTU foi fundado em 1994, mas a organização política que foi seu núcleo fundador teve origem em meados da década de 70, com o nome de Convergência Socialista. Em 1980 a Convergência Socialista ajudou a fundar o PT, do qual fez parte até 1992, sendo expulsa deste partido neste ano. Em 1994, foi fundado o PSTU”.</i>
PSOL	<i>“O PSOL foi fundado, na verdade desde antes do Lula ser eleito. No decorrer da década de 90 já havia alguns tensionamentos dentro da direção do PT, com os rumos do partido. Em 1994 aconteceu uma divisão grande do PT que originou o PSTU. Essas divergências foram se acirrando com a eleição do Lula presidente. A reforma da previdência foi um marco quando a senadora Heloisa Helena e os deputados federais Babá, João Fontes, Luciana Genro [...] não lembro exatamente todos, votaram contra a reforma da previdência e eles então, com isso, foram expulsos do partido. O Babá e a Luciana Genro quando saíram levaram as correntes que eles faziam parte, todas juntas, no caso o Babá era da CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores) – é um grupo do PSTU que voltou para o PT - e Luciana Genro do MES (Movimento Esquerda Socialista). O grupo inteiro acompanhou Corrente Socialista dos Trabalhadores. E esses grupos foram junto com seus parlamentares, saíram do PT. A Heloisa Helena fazia parte da DS (Democracia Socialista) que era uma corrente grande nacional do PT, que existe até hoje no PT, inclusive e a DS não foi, não acompanhou a Heloisa Helena, toda, uma parte da DS somente acompanhou [...] E isso começou um movimento de construção de um novo partido, se eu não me engano o nome era movimento esquerda democrática que durou 2003, 2004 procurando construir um novo partido e no final de 2004, o PSOL foi fundado. Colheram as assinaturas, fizeram até uma campanha de coleta de assinaturas [...] Em 2005 houve mais uma grande saída do PT rumo ao PSOL que foi quando a minha corrente, que eu faço parte, que é Ação Popular Socialista (APS), decidiu pela saída do PT também, e com a corrente saiu também o deputado federal Ivan Valente de São Paulo e o atual senador José Nery do Pará. E com a nossa saída aumentou bastante o tamanho do PSOL e a APS também era uma corrente nacional do PT, em tamanho era a quarta corrente do PT e na ala esquerda do PT. E alguns setores descontentes do PT também vieram, muitos intelectuais que eram ligados ao PT, o Plínio de Arruda Sampaio, o Plínio de Arruda Sampaio Junior, Ricardo Antunes, o Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Milton Temer, Rosa Maria Marques, uma série de intelectuais do PT, Reinaldo Gonçalves também, o Chico Oliveira de São Paulo, da USP. Todos esses intelectuais foram para o PSOL e isso deu um corpo intelectual também ao PSOL, que acabou se fortalecendo.”</i>
PSDB	<i>“O PSDB foi fundado em 25 de junho de 1988.”</i>
PSB	<i>“O PSB foi fundado em 1947 por João Mangabeira, que foi o principal fundador do PSB. Junto com o João Mangabeira, outros líderes, também participaram da fundação do PSB, como Hermes Lima e Evandro Lins de Silva. É um partido</i>

	<p>que comemorou, no ano passado, 60 anos de existência. Ele veio da chamada esquerda democrática, que era um movimento liderado por um grupo de intelectuais de algumas regiões do Brasil, mas, principalmente, do Rio de Janeiro. Esse movimento reivindicava uma democracia participativa, um fortalecimento das estruturas políticas, do processo de participação do povo e de bandeiras de lutas bastante importantes para o projeto de nação do Brasil. Então foi fundado em 47, tem 60 anos de existência, é um partido considerado de campo progressista, ou seja, de um pensamento de esquerda, que reivindica uma emancipação, que reivindica bandeiras históricas como humanismo, como a solidariedade, como a equidade. Essas são algumas características que, em 1947, inspirou os fundadores do PSB a criar o nosso partido.”</p>
PT	<p>“Foi criado em fevereiro de 1980.”</p>
PMDB	<p>“O PMDB, na verdade, o MDB, surgiu em 1965, no momento em que foi instituído o golpe militar, e naquele momento foi instituído também o bipartidarismo no Brasil. Aqueles que apoiavam o golpe militar e a ditadura militar, foram para a Arena, e aqueles que eram contra, que formavam uma resistência democrática, fundaram o MDB. Entre eles, Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, entre diversos outros. Esses foram os grandes timoneiros da redemocratização do nosso país, incluindo também o Teotônio Vilela, que, por um momento, fez parte da Arena, mas depois ingressou no PMDB. Eles enfrentaram os canhões da ditadura, políticos que levaram ao povo brasileiro o sentimento de liberdade. Foi vindo um sentimento do povo brasileiro, na década de 80, em 82, mas especificamente, nós já tivemos candidatos pras eleições diretas, para os governos estaduais, prefeituras municipais, vereadores, deputados estaduais, federais e senadores. Em 85 tivemos representantes no colégio eleitoral que elegeu Tancredo Neves presidente da república [...] Em 79, 80 o PMDB crescia muito no sentimento do povo, e [...] viu a necessidade de iniciar uma abertura política no país, foi quando vários exilados voltaram ao Brasil, nessa mesma época se finalizou a questão do bipartidarismo, achando que aquele movimento democrático brasileiro, ou seja, a esquerda reunida, o MDB, iria morrer com essa atitude deles. Só que o MDB foi muito além do que eles pensavam. Eles queriam que todos os partidos colocassem o ‘P’ na frente de partido político e o MDB colocou: ‘Partido do Movimento Democrático Brasileiro’, e a sigla do MDB não morreu naquele momento como eles acharam que ia morrer, a da Arena morreu, foi criado o PDS, na verdade. Então daí nasceu o PMDB, que é a continuidade da história do MDB de 65. E nós estamos com 43 anos de MDB e 28 anos de PMDB.”</p>
PTB	<p>“O partido foi fundado inicialmente em 1945, por Getúlio Vargas. Com o golpe dos militares, em 1964, todos os partidos foram extintos, inclusive o PTB. Após a anistia política do governo Figueiredo, novamente os partidos puderam ser registrados. Foi então que um grupo de políticos liderados por Ivete Vargas, filha de Getúlio Vargas, se reuniu e refundou o Partido Trabalhista Brasileiro, no ano de 1981.”</p>

Nesse sentido, é possível perceber que os jovens entrevistados narram, com clareza e entendimento, a história de fundação de seus partidos. Mas, ao mesmo tempo, ao entrarmos em contato com essa história, preocupa-nos o fato de como se deu, efetivamente, a participação da juventude em todo esse processo. Se a juventude foi, realmente, agente importante na constituição, na formação dos partidos brasileiros. Com o objetivo de responder a esses questionamentos, os entrevistados nos relatam o processo de construção dos partidos, com a participação da juventude, é claro.

“desde 1922 que o PC do B foi formado, e na sua maioria por jovem, então a turma que fundou o PC do B em 22, no congresso que se realizou em Niterói, era uma turma que tinha em média 24, 25 anos. Então era uma turma muito jovem, uma parte deles ligado ali ao setor da indústria de calçado e uns eram ligados ao movimento sindical muito ligado ao setor mais anarquistas da sociedade, que resolveu se juntar, à luz da influência do que ocorria, é, sobretudo na revolução da União Soviética, resolveu construir aqui no PC do B um partido comunista que pudesse defender as idéias da construção do socialismo científico, as idéias defendidas pelo Marx, e implementadas naquele período ali pelo Lênin, já próximo ao final da sua vida lá na União Soviética” (jovem do PC do B)

Vale ressaltar que o Jovem do PC do B³⁷ nos revela a história do referido partido entrelaçada com a história do PCB³⁸, para título de esclarecimento, estes partidos possuem diferenças, no entanto ao termos acesso a história oficial disponível no site destes partidos encontramos o mesmo entrelaçamento.

Também referente ao surgimento dos partidos o jovem do PDT socializa a história de luta do referido partido.

“Com certeza, a juventude participou inclusive antes mesmo do PDT ser fundado. A história do PDT é uma história que se confunde muito com a história do país. Por conta da intervenção política do antigo PTB, com o Brizola, com o ex-presidente Jango, com o ex-presidente Vargas. A juventude do PDT nasce com o encontro dos trabalhistas que estavam exilados, com os trabalhistas que

³⁷ Retirado do site www.pcdob.org.br – “25/3/1922, nasce o Partido Comunista do Brasil. O congresso da fundação ocorre no Rio e em Niterói. Nove delegados (veja a foto) representam os grupos comunistas de Porto Alegre, Recife, S. Paulo, Cruzeiro (SP), Niterói e Rio. Santos e Juiz de Fora não conseguem comparecer. O Partido nasce com 73 militantes.”

³⁸ Retirado do site www.pcb.org.br – “A trajetória do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 25 de março de 1922, é parte constitutiva da história do Brasil. Se, na sua gênese, convergiram os ideais libertários do nascente proletariado, no seu desenvolvimento e consolidação com a força e referencial político foram sintetizados os processos de maturação do conjunto dos trabalhadores e do melhor da cultura brasileira. Quando se tornou um verdadeiro partido de dimensões nacionais, no imediato pós-guerra, o PCB revelou-se a instância de universalização de uma vontade política que fundia o mundo do trabalho com o mundo cultural.”

estavam no Brasil, esse encontro aconteceu em 1979, em Lisboa, tanto que o documento que rege a ação política doutrinária do PDT é a chamada carta de Lisboa [...] que nasce em Lisboa. E a juventude teve participação efetiva na construção, inclusive na ação programática do PDT, colocando o PDT como um partido socialista, é aquilo que Brizola denominou mais tarde como Socialismo moreno, que é uma denominação, é uma forma de socialismo totalmente diferente do socialismo que se via no leste europeu, por exemplo, é uma forma de socialismo, digamos assim, bem brasileira, bem morena mesmo.” (jovem do PDT)

“A juventude universitária e secundarista foi componente fundamental da fundação do PSTU tanto em 1994, quanto nas origens da Convergência Socialista, nos anos 70. Há mais de 30 anos, com o desenvolvimento das greves operárias do ABC paulista e de outras regiões do estado de São Paulo, a Convergência Socialista começou a crescer também dentro do movimento operário. Isso significou uma ampliação da intervenção do partido para além da juventude, o que não tira desse setor geracional parte da responsabilidade da construção do PSTU” (jovem do PSTU)

Outro entrevistado ressalta que a participação da juventude tem sido não só importante, como constante, em diversos movimentos. Se por um lado, afirma que essa participação foi essencial à fundação de seu partido e é o que o move na atualidade; por outro, diz, também, que o papel da juventude em todos os partidos políticos é questionável. Além disso, a juventude, nos espaços internos de liderança, perde para parlamentares, intelectuais e, claro, para os políticos mais velhos que participaram do período da ditadura, foram exilados e têm muita experiência política.

“Bom, a juventude sempre foi uma parcela significativa dentro do PSOL [...] na construção do PSOL. Embora sempre houve um grande preconceito, até uma desconfiança no papel da juventude, dentro de todos os partidos políticos da história do Brasil. Nós no PSOL em muitos estados, passamos a assumir posição de dirigentes, inclusive nacionalmente. Na direção nacional do PSOL hoje, no diretório nacional, tem jovem [...] A executiva é composta por seis membros que são o presidente, o vice-presidente, formação política, organização, secretário Geral e movimentos sociais. Dessas seis secretarias, três são de jovens [...] Então nos temos, eu acredito, um protagonismo muito grande no partido no Espírito Santo... No diretório nacional, eu posso dizer, que o protagonismo é um pouco menor, dado até a participação das correntes. As correntes indicam os seus participantes no diretório nacional, e muitas vezes, acho que, dentro da hierarquia de indicação, a juventude não é o principal. Como eu percebo isso em todos os partidos? Realmente os indicados são os parlamentares, os intelectuais, os professores universitários, ou até os mais antigos, os militantes mais antigos que estão desde a ditadura militar, foram da clandestinidade, eles acabam tendo um papel mais protagonista. Mas, eu acredito que, dos partidos que tem hoje no Brasil, o que tem um protagonismo maior da juventude é o PSOL.” (Jovem do PSOL)

Esse relato do entrevistado do PSOL nos chama a atenção para a importância que a juventude assume dentro do partido que, muitas vezes, não é legitimada como deveria.

Vale ressaltar que essa falta de legitimação pode ocasionar uma ‘utilização’ da juventude somente como massa para trabalhar nas eleições ou para fazer volume em mobilizações. Entretanto, as juventudes dos partidos vêm conquistando seus espaços dentro dos mesmos, na importância da voz e do voto, por exemplo, mas ainda há longo caminho a ser percorrido.

Outros entrevistados afirmam a importância da participação da juventude na fundação do partido

“A Juventude foi ativamente partícipe da fundação do PSDB e na consolidação da base partidária. Longe das benesses do poder, mas perto do pulsar das ruas nasceu um novo partido, como disse Franco Montoro, que contou com a juventude para manter o criticismo e a oxigenação, tanto para trazer as demandas da juventude brasileira para dentro do partido, quanto para levar para a juventude os ideais partidários e as conquistas de nossos governos.” (Jovem do PSDB)

“a juventude colabora para formação da identidade ideológica do partido, então nós não somos coisa passada, o que nos diferencia é a idade, é intrínseca a participação da juventude nas ações do partido.” (jovem do PSB)

“Na história do PT a gente vê que teve um envolvimento forte da juventude. Talvez não enquanto entidade juvenil. Se você pegar o sindicato dos bancários no início da década de 80 e grandes lideranças que se formaram lá hoje, que estão no governo em outros ministérios, eram jovens. Se você pegar a greve do neo sindicalismo em 1978, e os que vieram depois, eram jovens. Se você pegar os militantes do movimento estudantil da década de 60 que estavam regressando tinham uma identidade juvenil e os estudantes do final da década de 70 que muitas vezes são escondidos na história, eram jovens” (Jovem do PT)

O relato do entrevistado do PT nos remete a Paiva (2000), já que, nele, encontramos a afirmação de que a maioria dos militantes começa seu envolvimento com a participação política ainda quando jovem. Esse fato nos remete, sem dúvida, à necessidade de investimento em políticas de incentivo à participação de jovens, com o objetivo de formar cidadãos conscientes e ativos.

Outros entrevistados relatam, ainda, a importância da participação juvenil na fundação de seus partidos.

“Na primeira fase do partido, de 1945 a 1964, na época de Getúlio Vargas, foi criada a ‘Ala Moça’ do PTB, com a perspectiva de conquistar o eleitorado mais jovem e trazê-los à participação nas decisões partidárias. Apesar de não ter

sido criado um movimento como o que existe hoje, muitos jovens ingressaram no partido e passaram a participar ativamente daquele novo momento da vida política nacional, no pós-guerra de 1945, quando os trabalhadores brasileiros conquistaram direitos que até hoje permanecem.” (Jovem do PTB)

“Olha de 99 pra cá os jovens adquiriram um espaço considerável dentro do partido. Eu olho e vejo que talvez o Democratas, hoje seja o partido que mais abre espaço para a participação de jovens. E digo que uma das nossas grandes conquistas é que, desde a nossa fundação em 2000, os jovens do partido tem um lugar na Executiva Nacional do Partido, onde o presidente nacional da juventude possa fazer parte da Executiva Nacional do Partido, que um grupo restrito, né, um grupo onde as grandes decisões do partido são tomadas [...] o presidente da juventude tem que tá lá, pra ter vez e voz pra poder expor a visão dos jovens de todo o partido. Um outro dado importante é que os Democratas possuem hoje a bancada federal com a menor média de idade de todos os partidos a nível nacional [...] Nós temos aproximadamente setenta deputados federais e temos a menor média de idade. Ou seja, há grandes nomes referências consistentes da política brasileira. Mas isto é claro que em vários locais do país surgem jovens que começam a dar uma nova oxigenação no partido ...” (Jovem do DEM)

Os jovens líderes partidários entrevistados, de forma geral, ressaltam a importância da juventude, não só na constituição dos partidos, mas, também, na organização e direção desses. Alguns deles, inclusive, ressaltam o espaço no diretório central, como um espaço que a juventude conquistou, junto com outros segmentos, que, muitas vezes, se constituíram de minorias, como mulheres, negros, o grupo GLBT, entre outros.

A participação juvenil não é algo recente, como afirma Poerner (1995). A mesma afirmação é feita, também, pelo entrevistado do PC do B, quando resalta a criação do seu partido, em 1922, e lembra que houve, nesse período, grande contribuição da juventude. Poerner (1995) descreve diversos fatos que ocorreram, ainda no Brasil Império, e que tiveram protagonismo juvenil. Nesse sentido, entendemos que a juventude se fez presente em diversas mobilizações durante a história brasileira e, não só se tornou agente fundamental da luta política, trazendo aspectos novos, nova oxigenação, novo ânimo, como muito contribuiu para esse processo participativo.

5.1. A construção da faixa etária juvenil nos partidos políticos

Os partidos políticos têm investido nas discussões sobre juventude que chamam atenção do público para as questões da participação política. No sentido de organizar o trabalho dentro dos espaços jovens dos partidos, todas as atividades exercidas 'da' juventude, 'para' e 'com' a juventude do partido, se realizam mediante a determinação de um possível público alvo juvenil.

Nesse sentido, no item '2. Conversando sobre juventude', desta pesquisa, apresentamos as duas correntes teóricas que tentam problematizar a juventude sociologicamente, a corrente geracional e a corrente classista. Para fins de aprofundamento e de posicionamento teórico nos identificamos com a corrente classista, visto que a mesma nos possibilita um olhar para a juventude a partir de suas diferenças. No entanto a definição apresentada pelos jovens entrevistados, em sua maioria, parte da corrente geracional, da questão da faixa etária apesar de encontrarmos a presença das demais teorias no decorrer do processo das entrevistas. Ao relatar o conceito de juventude dos partidos, alguns jovens entrevistados mostram cuidado em classificar a juventude como uma mera faixa de idade e isto é visível em suas falas, como, por exemplo, na fala do entrevistado do PSOL, citada adiante. No quadro a seguir, podemos visualizar as respectivas faixas de idade juvenil utilizada pelos partidos.

Quadro 2: Faixa etária e espaço jovem dos partidos		
PARTIDOS	FAIXA ETÁRIA	ESPAÇO JOVEM
DEM	16 AOS 33 ANOS	Executiva Nacional de Juventude/ Juventude Democratas
PSTU	-	Secretaria Nacional da Juventude
PSOL	-	-
PMDB	16 AOS 35 ANOS	Núcleo da Juventude/ JPMDB
PSDB	16 AOS 32 ANOS	Secretariado Nacional da Juventude
PT	16 AOS 30 ANOS	Secretaria Nacional da juventude
PDT	14 AOS 32 ANOS	Juventude Socialista/JSPDT
PTB	ATÉ 29 ANOS	Movimento Juventude Trabalhista/MJT
PC do B	ATÉ 29 ANOS	Secretaria de Juventude / União da Juventude Socialista-UJS
PSB	ATÉ 30 ANOS	Secretaria Nacional da Juventude / Juventude Socialista Brasileira-JSB

O quadro demonstra que o PSOL e PSTU não fazem referência a uma faixa etária juvenil específica. Os entrevistados expõem como é difícil para o partido escolher uma faixa etária, inclusive, um entrevistado salienta que não foi criado um espaço, especificamente, para a juventude no partido, devido a essa dificuldade de definição. Outro entrevistado já salienta que a discussão prioritária do partido se refere ao ator principal da mudança social - a classe trabalhadora industrial,- e situa a juventude como um setor geracional e não como uma categoria em si.

“Essa é inclusive uma das questões polêmicas, da construção da Secretaria de Juventude (risos), “ah vai ter idade, não vai ter idade, é 30, é 20, é 25”, existem alguns partidos que tem definido [...] nós não temos ainda [...]” (Jovem do PSOL)

“Somos um partido que se constrói prioritariamente sobre a classe trabalhadora industrial, setor social que possui um poder maior de transformação social, pois possui o maior controle do processo produtivo, base de sustentação de uma sociedade. A juventude é um setor geracional, uma fase da vida, que por conta

de ter elementos em comum demandam de um projeto de sociedade uma resposta global, enquanto setor geracional, agora também essa resposta é mediada pela localização social dos jovens. Dizemos isso, porque não necessariamente uma pessoa jovem (de idade) se organiza na juventude do partido, às vezes essa pessoa se localiza na militância sobre a classe trabalhadora industrial, sobre outros trabalhos que o partido realiza não necessariamente entre os movimentos de juventude. Hoje isso significa que nossa juventude é composta majoritariamente por jovens estudantes [...]”
(Jovem do PSTU)

Apesar de a entrevistada do PSTU não informar a faixa de idade adotada pelo partido, afirmou que o posicionamento desse, referente à conceituação de juventude, parte do pressuposto de juventude no sentido de ‘fase da vida’, de setor geracional, ou seja, muito relacionada com a teoria da ‘corrente geracional’ apresentada por Pais (2003).

A entrevistada afirma, ainda, que os jovens possuem demandas globais, enquanto setor geracional, ao mesmo tempo em que ressalta certa diferenciação entre os indivíduos, cuja maioria se reúne em torno da causa estudantil, ou seja, de uma demanda de caráter prioritariamente juvenil, o que contribui para o entendimento da juventude como portadora de demandas específicas e, portanto, segmento de atendimento para as políticas públicas.

No relato dos entrevistados, é possível identificar certa dificuldade em definir a faixa etária, por isso, vale ressaltar que, até mesmo dentro dos partidos que já a definiram, há, ainda, discussões sobre ampliá-la ou restringi-la, como o caso apresentado por dois entrevistados.

“Hoje o PMDB tem uma faixa etária de juventude de 16 aos 35 anos. Mas uma das propostas da nossa gestão, que foi discutida em todo país, é diminuirmos para 32 anos essa faixa etária, e acompanharmos aí as tendências mundiais de juventude” (jovem do PMDB)

“Juventude pro DEM na inscrição oficial vai dos 16 aos 33 anos...Na última convenção de jovens que foi em dezembro do ano passado nós diminuimos de 35 para 33, para que a gente possa dar [...] uma rotatividade maior, [...] para que o jovem possa se alternar nos espaços de liderança e se prepara para o partido. Então, embora só com 16 seja oficial, é claro que nós temos colaboradores, que participam com 13, 14 e 15 anos” (Jovem do DEM)

Um entrevistado questiona o conceito de faixa etária e apresenta diversas debilidades que podem ser ocasionadas pelo mau entendimento desse assunto, como, por exemplo, a homogeneidade na visão de juventude, discutida no capítulo 1.

“Então nosso entendimento de juventude para atuação nas políticas públicas da sociedade, do diálogo, parte não da faixa etária, mas da condição juvenil.”
(Jovem do PT)

A fala do entrevistado do PT destaca uma crítica importante na visão de faixa etária e se aproxima da visão apresentada pela Kehl (2004), que sinaliza ser mais importante a forma de ser, de se vestir, de se mostrar para o mundo, das atitudes, em uma chamada ‘condição juvenil’, do que a própria idade. Para essa autora, pessoas que apresentam esse ‘comportamento juvenil’, mesmo não tendo uma idade correlata, podem ser consideradas jovens.

Os dez jovens entrevistados possuem uma média de idade, entre 20 e 33 anos, e já possuem, em média, 10 anos de filiação partidária, segundo o Quadro 3. Alguns, inclusive, mudaram de partido, por conta de cisão interna; já outros permaneceram no mesmo, desde o dia de sua filiação. O quadro 3 nos permite visualizar a idade em que ocorreu a filiação ou, ainda, há quanto tempo o entrevistado é filiado ao partido.

Quadro 3: Tempo de filiação do entrevistado	
Partidos	Há quanto tempo você é filiado ao partido?
PC do B	<i>“Eu sou filiado ao PC do B desde 1996, quando passei a me interessar mais pelo partido e resolvi me filiar.”</i>
DEM	<i>“Olha, sou filiado ao partido desde os meus 16 anos. Eu fiz minha primeira filiação antes no PFL, hoje Democratas, e permaneço no mesmo partido desde então”</i>
PDT	<i>“tem 12 anos”.</i>
PSTU	<i>“4 anos e 4 meses. Eu entrei no PSTU em 2004 e foi neste ano que começou minha contribuição mais efetiva com a construção do PSTU.”</i>
PSOL	<i>“Eu ao PSOL sou filiado desde 2005. Antes, no PT eu me filiei em 2002.”</i>
PSDB	<i>“Filiado ao partido desde a obtenção do título de eleitor em abril de 1996, mas acompanho a vida partidária desde sua fundação”</i>

PSB	<i>“Eu sou filiado ao PSB há 12 anos”</i>
PT	<i>“Eu sou filiado formalmente no Partido dos Trabalhadores desde 2001, mas eu já militava no Partido dos Trabalhadores desde 1996, 97, como simpatizante, o PT tem muito essa tradição.”</i>
PMDB	<i>“Eu tenho 11 anos de filiação no PMDB”</i>
PTB	<i>“Estou no PTB há oito anos. Me filiei no ano 2000, na época em que estava participando do movimento estudantil”</i>

Outro fator que nos chamou a atenção foi o de que os entrevistados não possuíam, no momento da entrevista, dados relativos ao número de jovens filiados ao partido. Segundo eles, essa é uma informação difícil de ser dada pelos partidos, visto que a filiação é realizada manualmente e transferida para a forma digital por meio de um programa disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dada a importância dessa informação para os objetivos da pesquisa, contatamos o TSE, que disponibilizou os dados da filiação por idade, de todos os partidos pesquisados, sistematizados no Quadro 4.

Quadro 4: quantidade de filiados jovens por idade e partido.							
	FILIADOS 16 ANOS	FILIADOS 17 ANOS	FILIADOS 18 A 20 ANOS	FILIADOS 21 A 24 ANOS	FILIADOS 25 A 34 ANOS	TOTAL DE JOVENS	TOTAL DE FILIADOS
PC do B	14	154	4.075	14.536	53.018	71.797	240.484
DEM	42	333	8.250	28.389	160.987	198.001	1.005.683
PDT	24	378	8.517	31.471	138.540	178.930	1.016.479
PSTU	0	1	24	281	2.847	3.153	13.565
PSOL	20	117	1.744	4.655	10.185	16.721	35.634
PSDB	70	526	11.445	43.525	210.748	266.314	1.170.534
	41	467	7.343	22.012	94.254		434.139

PSB						124.117	
PT	257	2.030	21.253	69.240	268.906	361.686	1.250.823
PMDB	106	730	14.139	56.180	239.837	310.992	2.061.601
PTB	61	519	8.007	29.066	161.615	199.268	1.034.694

* cedido pelo TSE em julho de 2009.

Com esses dados é possível identificar que a presença da juventude filiada nos partidos é grande, chega a atingir 46,92% dos filiados totais no PSOL; 29,85% dos filiados do PC do B; 28,91% no PT; 28,58% no PSB; 23% no PSTU, 22,75% no PSDB, 19,25% no PTB; 19% no DEM, 17% no PDT e 15,08% no PMDB. É possível observar também que apesar da maior participação dos jovens se concentrar nos partidos que historicamente possuem um posicionamento de Esquerda, é também visível o aumento do interesse dos jovens nos partidos ditos de direita, fato que mais adiante será comentado pelos próprios jovens durante a entrevista.

Outro dado referente à idade, que nos possibilita refletir sobre a participação intensa da juventude partidária, é o número de jovens que ocupam cargos eletivos nos partidos, já que ocupar cargos eletivos significa ter a possibilidade de defender os interesses de uma classe, de trabalhar por ela. Quando fizemos essa pergunta, a maioria dos entrevistados não conseguiu responder um número exato, por não ter o dado sistematizado por idade. Portanto, quem respondeu, o fez com base em uma média, tomando como referência sua própria observação. O próprio site do Tribunal Superior Eleitoral, que divulga as pesquisas eleitorais gerais dos militantes que ganharam as eleições em todo o Brasil, não divulga esse dado por idade.

Para o entrevistado do PC do B, ainda são poucos os jovens que ocupam cargos eletivos em seu partido. Fazendo uma reflexão sobre esse fato, o entrevistado apresenta alguns pontos da política brasileira que influenciam nesse processo, como por exemplo, 'o familismo'. Essa questão, também é discutida por Lamounier (1986, 1989), Diniz (1989), Meneguello (1998) e por Schmitt (2005) como um ponto de continuísmo das ações e de não renovação do quadro político. É como se fechasse o

círculo, fazendo com que novos nomes tivessem dificuldade em adentrar, com força, na concorrência eletiva. Isso faz com que haja um continuísmo político, a defesa da mesma classe, que desde o princípio do processo democrático brasileiro se faz representar, a burguesia, os donos do capital.

O 'familismo', por si só, não é uma característica negativa, ele assume esse aspecto quando a política passa a ser considerada 'um ramo de família', fazendo com que os membros se aproveitem da situação de poder para o privilegio do clã familiar. Nesse sentido quando ocorre o familismo, há também a perseverança da defesa da mesma classe, não há nem a rotatividade e muito menos a possibilidade de mudança estrutural, visto que os candidatos que realmente possuem condições de se elegerem representam o continuísmo.

“Eu não tenho números, mas eu tenho a percepção de que são poucos os jovens que ocupam cargos eletivos ... A política brasileira é uma política muito viciada, muito do herdeiro da política. Então mesmo o jovem que tenha acesso a política hoje, na sua grande maioria eles são, neto, o Junior, o sobrinho. Pode observar o sobrenome dele, tem sempre um netinho no sobrenome. Portanto são sempre herdeiros. São jovens que chegam até o protagonismo da política no parlamento, no legislativo ou no executivo, porque são parentes de algum político mais famoso, isso é muito difícil para a juventude... É então, na eleição passada, ao mesmo tempo em que a gente viu o Rio Grande do Sul eleger Manuela [...] deputada federal com 25 anos de idade e 270 mil votos. Ela é a mulher mais bem votada [...] da Câmara dos Deputados de toda a história do Brasil. Ao mesmo tempo em que você viu esse fenômeno, que é um fenômeno positivo, você vê a eleição do ACM Neto, você viu a eleição do Rodrigo Maia, que é o filho do César Maia do Rio de Janeiro, você viu a eleição de vários netos, de vários sobrinhos. Eu não estou duvidando de que nenhum deles tenha, capacidade, ou condição pra ao curso natural da luta, sem ajuda dos pais, tenham condições de chegar lá. Agora, todos chegarem é que me chama atenção. Então a renovação da política é uma renovação muito tímida [...]”
(Jovem do PC do B)

A questão do 'familismo' se associa, não só ao aspecto financeiro, como ainda restringe o acesso das massas aos cargos eletivos. Nesse sentido, a teoria da Moratória Social (MARGULIS, 1996, 2001) contribui para o entendimento, já que os jovens que possuem melhores condições econômicas, conseqüentemente, possuem também um tempo maior (uma moratória social) destinado ao preparo e aprimoramento intelectual, possivelmente político que, associado ao aspecto financeiro, pode gerar uma vitória eleitoral, muito mais facilmente, do que um jovem de classe popular que, além de

possuir condições econômicas desfavoráveis, não teve todo esse tempo de preparo para a vida.

Esse fato se agrava ainda mais quando visualizamos a legislação eleitoral brasileira e as dificuldades de financiamento dela, pelo fato de a permissividade ser tamanha e as campanhas, milionárias. Os candidatos eleitos, em sua grande maioria, utilizam recursos próprios ou de doações, já que os recursos originários do partido são insuficientes para bancar o tipo de campanha política executada no Brasil, com propagandas caras, comícios, materiais gráficos, carros de som, muros pintados, *outdoors*, enfim, recursos inacessíveis às classes populares. Tal fator faz com que poucos consigam ultrapassar essas barreiras e chegar até o poder.

Vale ressaltar que os jovens de classes populares, que ainda, não possuem um apoio familiar para tentar uma possível eleição torna o processo ainda mais difícil e penoso. O fato de estar associado à necessidade de inserção, cada vez mais cedo, no mercado de trabalho, piora ainda mais a situação, o que leva, na maioria das vezes, ao abandono dos estudos. Esse fato influi, também, na capacidade participativa do jovem, já que, o jovem trabalhador, que se dedica 8 horas diárias ao trabalho, encontra dificuldades em participar, provocadas pelo próprio cansaço, fator que dificulta a participação não só dos jovens, é claro, mas dos trabalhadores em geral.

Nesse sentido, a renovação política é essencial para a discussão de participação política juvenil, porque, se as juventudes não vêem possibilidades de êxito em sua atuação, podem deixar de se interessar por esse espaço e, cada vez mais, a política brasileira se constituir em um 'ramo de família', como se fosse pura e simplesmente um negócio, que passa de geração a geração.

A questão da dificuldade em sistematizar os dados sobre o número de cargos eletivos de jovens é fato abordado na fala de outros entrevistados, que afirmam não possuir esses dados por idade. Ao falar de um quantitativo, o entrevistado elabora uma média do número de jovens que ocupam cargos eletivos ou, ainda, recorda alguns nomes.

“Eu posso dar idéia em âmbito federal, por exemplo, dentro da nossa bancada nós temos deputados jovens hoje, que fazem um trabalho da linha do presidente e deputado ACM Neto que é líder do partido, o próprio Deputado Rodrigo Maia, Deputado Filipe Maia que é do Rio Grande do Norte, Deputado Davi Alcolungue, que é do Amapá, Deputado Lídio da Costa que é do Rio de Janeiro, entre outros que estão aí na bancada com a menor média de idade.” (Jovem do DEM)

“Nós devemos ter em torno de duzentos vereadores espalhados pelo país e em torno de uns quarenta prefeitos [...]”. (Jovem do PDT)

“O PSTU não possui nenhum parlamentar eleito em nenhum processo nem nacional, nem estadual, nem municipal.” (Jovem do PSTU)

“Temos deputados federais, como Leonardo Vilela de Goiás, e Andrea Zito do Rio de Janeiro. Em São Paulo, temos o Secretário de Estado Bruno Caetano, o deputado estadual Bruno Covas. Há também muitos vereadores jovens como Edmar Neto, de Campo Grande, e até prefeitos jovens tucanos” (Jovem do PSDB)

“Hoje existe no PSB oito Prefeitos jovens certo, existem aproximadamente 70 Vereadores jovens, nós temos um Deputado Federal jovem, inclusive é o mais jovem do Brasil, Fernando Coelho Filho que é de Petrolina, Pernambuco é um Deputado Federal atuante, muito jovem, mas que tem muita desenvoltura política. Nós temos no Pará um Deputado Estadual bem jovem também que é o Deputado Cassio Andrade, já foi inclusive Vereador de Belém, é o Presidente do PSB de Belém e é Deputado Estadual, tem 26 anos de idade, tem vários vereadores e eu poderia destacar um que é o Cleiton Rock, o vereador de Pimenta Bueno. Eu não sei te dizer quantos deputados estaduais com certeza, mas eu acho que uns 10.” (Jovem do PSB)

“Não tenho, te digo que até dentro do PT, muitas vezes a gente não tem uma noção de quantos cargos nós, partido, nosso partido ocupa. Nós não temos uma média de quantos jovens. Eu digo no trabalho que a gente neste ano para vereador vai ter um salto muito grande de candidatos jovens em capitais e em vários estados.” (Jovem do PT)

“Olha são inúmeros jovens que ocupam hoje cargos eleitos, na verdade, cargos de vereador, cargos de prefeito, deputados federais, deputados estaduais, são muitos jovens do PMDB hoje com um mandato. Exemplo disso aí, poderia citar deputado Ranieri Paulino que ta presente conosco aqui na Conferencia Nacional da Juventude, que é um deputado e é o presidente da juventude do PMDB do estado dele que é a Paraíba.” (Jovem do PMDB).

“O PTB tem alguns representantes do Movimento da Juventude cumprindo mandatos eletivos e em alguns cargos em Executivos estaduais. Temos como exemplo o deputado estadual Luís Augusto Lara, do PTB do Rio Grande do Sul, temos o secretário da Juventude de Teresina, Joaquim Bezerra, temos vereadores, prefeitos. Apesar dos eleitores em 2006 terem sido mais conservadores na hora de votar, sinto que os candidatos mais jovens estão conquistando um espaço importante para levar à frente suas reivindicações.” (Jovem do PTB)

5.2. A Filiação partidária

O interesse pela participação política da juventude, muitas vezes, tem origem no seio da família, com discussões incentivadas pelos pais, avós, tios, enfim. Há, no próprio ser humano, certa necessidade de participar, afinal ele é um ser social e sociável. Mas tanto o sentimento de pertença social, como o do despertar da capacidade de intervenção no meio em que se vive pela via da participação, ocorrem devido a uma educação cotidiana, travada nas instituições que mais têm referência na vida do jovem, ou seja, os amigos, a família e a escola. Esse fato é abordado por Pais (2003), que teoriza a questão da influência dos pais, dos amigos e de instituições diversas na transmissão dos valores.

Quando os entrevistados são questionados a respeito de como começaram a se envolver com a participação política, grande parte afirma que foi por influência familiar. Essa influência não se refere somente à identificação com a participação, mas, muitas vezes, também com a escolha do partido e da corrente a ser seguida.

A partir dessa questão, os entrevistados, por um lado, nos revelam suas histórias pessoais de envolvimento com a participação política e, por outro, nos contam um pouco a respeito da escolha e filiação em seus partidos. Em suas falas, é possível, realmente, identificar a presença marcante da família nesse processo.

“[...] meu pai é militante do PC do B desde a década de 80, então já cresci muito sob a influência das coisas que ele fazia, ele era militante do movimento sindical trabalhava no setor da indústria de bebida, ele dirigente sindical, participava ativamente da militância, no movimento sindical e também na militância partidária. Isso me fez tomar gosto pela militância política, e desde muito cedo, muito questionador, muito querendo saber das coisas, querendo participar, até que eu comecei a me envolver na militância do movimento estudantil foi quando eu entrei para o UJS e me filiei também ao PC do B, foi em 1996 quando iniciei assim, a minha militância.” (Jovem PC do B)

“Meu avô, Mario Covas, foi um dos fundadores do partido. Foi o primeiro candidato a presidente da república pela legenda e candidato a governador do estado três vezes, tendo sido eleito duas. Enfim, a aproximação se deu pelos assuntos partidários serem tratados dentro de casa e a família sempre esteve envolvida em campanhas e nos processos internos. Brinco, até, que não foi a cegonha que me trouxe ao mundo, foi um tucano. A filiação se deu em continuidade a esse envolvimento, por paixão e por convicção ideológica.” (Jovem PSDB)

“Pra mim é fácil. Acho que vem de berço, minha mãe e meu pai participaram do movimento de fundação do PT em Goiás. Mais a frente meu pai se afastou um pouco da política, mas minha mãe sempre esteve envolvida no processo do PT, mais como simpatizante do que como filiada e posteriormente ela entrou mesmo, chegou a ser candidata a Deputada Federal, entrou no partido com uma vida mais orgânica. Mas eu fiz opção pelo PT desde berço em 1985, foi na campanha pra prefeito em Goiânia [...] Eu posso dizer o seguinte, que o meu primeiro passo foi como simpatizante. Como eu falei, num segundo momento, que foi a partir da greve dos funcionários federais em 2001 [...] que se deu minha filiação efetiva, com a participação na vida orgânica [...]” (Jovem do PT)

“Eu cresci em uma casa onde as discussões sobre política se davam na mesa de refeições, no dia a dia. Por isso desde cedo fui incentivado a ler sobre esse assunto, a discutir, a emitir opiniões, a me interessar pela atuação dos políticos em geral. Quando entrei na faculdade, e me aproximei do movimento estudantil, pude conhecer alguns líderes políticos de vários partidos, e fui convidado por todos para fazer parte de suas agremiações. Mas conhecendo a história de cada um, interessei-me principalmente pela figura emblemática de Getúlio Vargas, o que me levou a procurar a Direção Nacional do PTB e pedir a minha ficha de filiação.” (Jovem do PTB)

Nesse momento em que as características da família são incorporadas pelos jovens, já que muitos deles seguem um caminho começado pelos avós ou pais, há, nesse processo, a ‘socialização contínua’, observada na corrente geracional, expressa por Pais (1995), ou seja, ela ocorre, quando uma geração consegue transmitir seus valores e posicionamentos aos mais jovens.

Mas essa presença constante da família, citada pelos entrevistados, se associa, em alguns casos, a outros fortes agentes de transmissão de valores para os jovens, são eles, os amigos e a escola.

Nesse sentido, alguns outros líderes juvenis ressaltam, como mais relevante em sua decisão de participação política e filiação a um partido, o envolvimento com grupo de amigos que já se relacionavam com algum partido ou mesmo, um primeiro envolvimento com o movimento estudantil, o que, culmina com a filiação partidária.

“A gente tem um trabalho que iniciou na militância estudantil, no colégio, depois na faculdade, Diretório Central de Estudantes, e até hoje por uma aproximação muito cotidiana, de convivência. Aí o PFL nos deu a opção, entramos e nos identificamos com uma proposta mais liberal do que conservadora e isso nos deixou seguir essa linha até hoje. Então, uma parte dessa convivência, do dia-a-dia com pessoas que conviviam no mundo da política, que também eram militantes estudantis, foram indicativos necessários para o meu envolvimento com a política.” (Jovem do DEM)

“Eu fazia movimento estudantil na cidade de Carazinho, 290 km de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, eu era presidente da União Canaviense de Estudantes, na época, em 1996 e eu recebi convite de praticamente todos os partidos da cidade e eu fiz uma escolha pelo PDT, por conta, naquele momento, principalmente pela história do governador Leonel Brizola que é nascido no centro de Carazinho também..” (Jovem do PDT)

“Me aproximei do PSTU durante a greve que ocorreu em minha Universidade (Unicamp) em 2004. Essa greve me fez refletir demais sobre o problema da Educação no estado de São Paulo e no Brasil. Desta experiência empreendi que não é possível lutar por uma Educação Pública e de qualidade, sem lutar por um projeto de sociedade condizente. Por isso, achei por bem me organizar em um partido que responde ao conjunto dos temas políticos importantes entre os quais está a Educação.” (Jovem do PSTU)

“Eu acho que, se eu não me engano, tinha uns 16 anos, e um pouco movido também pelo que eu estudava nas aulas de história, algumas convicções ideológicas que eu tinha, me moveu a procurar um partido de esquerda, no caso foi o PT. Mais tarde com a avaliação que o nosso grupo inteiro fez sobre a degeneração política do PT, nós preferimos sair do PT e montar um novo partido de esquerda que é o PSOL.” (Jovem do PSOL)

“Eu vim do movimento estudantil. O meu primeiro contato com a atividade política, se deu no grêmio da minha escola. Então eu fui presidente do grêmio estudantil da minha escola, e eu tinha uma participação junto aos jovens da minha comunidade, Fortaleza, aonde eu tive os meus primeiros contatos com o meio político, com os movimentos sociais. Depois eu fui presidente da União dos Estudantes Secundaristas de Fortaleza, então, e a partir desse momento comecei a ter contato com o PSB, através do centro de atividades de estudos políticos, lá no Ceará, que era uma instituição que trabalhava formação política de lideranças estudantis. E eu passei a atuar dentro desse centro de estudos, e a me qualificar politicamente e a entender o funcionamento do mundo político, e a partir disso eu resolvi a me filiar ao PSB. Meus amigos, do movimento estudantil que iniciaram comigo essa movimentação política eram do partido PSB e aí eu passei a ter contato com os dirigentes partidários e resolvi me filiar.” (Jovem do PSB)

Nesse sentido, esses jovens que iniciaram a participação política por incentivo e aproximação com grupos de amigos e/ou com o movimento estudantil, ou seja, com pessoas da mesma geração, representam ruptura com a lógica estabelecida, de segmento e continuidade de valores passados da geração mais antiga para geração mais jovem, e se aproximam da descrição de País (1995), na ‘teoria das gerações’, encontrada na ‘corrente geracional’, quando há fracionamento cultural, mas que não expressa descontinuidade, só faz referência a uma atitude de incorporação de valores entre jovens da mesma época ou geração.

Mas, tal fato, pode ser entendido, também, como uma ação de descontentamento com a ordem estabelecida e vontade de ruptura com o sistema capitalista de opressão, expressado pela corrente classista (PAIS, 1995).

Tal descontentamento e tentativa de ruptura fizeram com que surgissem essas forças opositoras, além de dar margem ao significado de juventude como portadora de um quê revolucionário, já que, ao tentar se desvincular do sistema ou procurar organizar meios para isso, os jovens tomaram, diversas vezes, a cena da história e acabaram por caracterizar, de modo geral, toda uma geração (ABRAMO, 2005). Um exemplo disso foram os protestos ocorridos em 1968, no chamado 'maio de 68', movimento organizado por jovens franceses e difundido para e por jovens de todo o mundo. É difícil pensar nesse fato, nessa década, e não concluir que a juventude de 1960 era revolucionária.

Nesse sentido, Abramo (1997) nos alerta a respeito do problema de olharmos o passado com certa nostalgia, pois isso prejudica a análise dos fatos presentes e acaba por desconsiderar ou mascarar a realidade. Ao mesmo tempo em que, precisamos, ainda, tomar o cuidado das generalizações das juventudes nas décadas. Dar nome à juventude de toda uma década é, simplesmente, dizer que todos os jovens de um determinado período histórico, vivem e convivem da mesma maneira, o que é uma forma equivocada de concluir os fatos.

Essas mobilizações, movimentos, passeatas e atitudes políticas encontram a juventude ativa em seu caminho, sempre muito presente na história política brasileira, lembrada por autores como Poerner (1995), Foracchi (1977, 1986), Martins Filho (1987), entre tantos outros que valorizaram essa participação e dedicaram obras inteiras ao resgate dessa história.

Para chamar a juventude para essas mobilizações e lutas, os partidos utilizam diversos métodos, que devem mudar de acordo com o contexto, visando chamar a atenção do jovem para a inserção na participação, que corriqueiramente, culminam com a filiação do jovem.

Nesse sentido, os entrevistados nos relatam, por um lado, como são as campanhas de filiação de jovens em seus partidos e, por outro, como são os artifícios utilizados para chamar a atenção dos jovens para a política. Com esse intuito, o entrevistado do PTB cita os meios utilizados para filiação e afirma a existência de um completo desinteresse da população pela política.

“Em anos eleitorais, como este de 2008, o MJT promove campanhas de filiação dos eleitores mais jovens, os de 16 anos, os que irão votar pela primeira vez. Apesar de acreditar que a juventude brasileira passa por um momento de total desinteresse pela política, procurar conversar com a parcela mais jovem da população para tentar estimulá-los a ingressar no movimento político como forma de contribuir nas discussões e decisões que afetam a vida dos brasileiros em geral.” (Jovem do PTB)

O entrevistado do PT fala sobre a caravana da juventude, já citada, anteriormente, para exemplificar a ação da campanha de filiação.

“[...] Mas há muito tempo que você não tem uma campanha de filiação mais geral, voltada pros jovens. Uma das idéias da caravana que eu falei é justamente isso, pegar essa base de simpatizantes do PT e conseguir dialogar para filiação do partido, para fazer incorporação para que eles façam parte do partido. Agora, a nossa visão é que essa incorporação não pode ser pelo método tradicional, a juventude tem um método específico de organização e o partido tem que aprender com esse método específico. Então a gente vem trabalhando nos debates, que a gente trava com o PT, é a necessidade ou não de uma filiação intermediária da juventude, então se tem a juventude petista, aí o jovem se filia intermediariamente, antes de entrar no partido, pela segurança de fazer aquela escolha por completo, fazer escolha pela juventude petista. Agora a gente fez duas campanhas, uma de 2006 até agora, que gerou muitas filiações, que foi a campanha do “voto aos 16”, em onze estados, nem todos os estados fazem por que ainda há dificuldade de organização nacional, mas a maior parte dos estados fez. Em 2006 teve um impacto maior, por que inclusive era a abertura da campanha do Lula, teve um impacto de filiação muito grande. [...] A gente montou uma banca aqui de filiação na 1ª Conferência Nacional de Juventude, das 70 fichas que a gente trouxe, faltou, a gente tem que trabalhar isso no novo modelo de organização da juventude do PT.” (Jovem do PT)

“É, recentemente nós fizemos o trabalho de filiação dos jovens de 16, 17 anos que são cidadãos que não tem que votar obrigatoriamente. Agimos também em todo o território nacional com a campanha ‘não venda o seu voto’, pedindo pra que as pessoas, fiquem atentas as campanhas aí, sobretudo as campanhas multimilionárias, que na verdade são campanhas que criam uma maquiagem um ‘marketing’, mas são campanhas que não tem o conteúdo, sobretudo no aspecto da juventude, então desenvolvemos diversas formas de buscar a filiação do jovem. Agora a JPMDB participa dos movimentos sociais, participamos do movimento secundarista estudantil, movimento universitário, dos movimentos de bairro, do movimento Hip Hop, [...] enfim, toda a organização que tem de juventude nós procuramos inserir a juventude partidária do PMDB, mas com todo o respeito às instituições que é o mais

importante. Nós não podemos nunca confundir o que é um diretório acadêmico, um diretório central dos estudantes, com o que é um partido político. Temos que ter nossos quadros do nosso partido envolvido com esse processo, que é um processo de liderança, desenvolvendo boas propostas, certamente uma vitrine para o nosso PMDB.” (Jovem do PMDB)

“[...] hoje o partido ta numa campanha nacional de filiação de 1 milhão de pessoas. Hoje há um incentivo muito forte do partido em cooperar, em ajudar os candidatos jovens. A ajuda é um estímulo do partido em promover todo um processo de inclusão do jovem socialista no parlamento, certo. Então, isso faz parte de uma política para o crescimento nacional também do PSB. O incentivo a candidatos jovens, que com isso vão ter a oportunidade de, no parlamento, defender o programa socialista do PSB e também as bandeiras específicas de juventude. Então a JSB, também, paralelo a essa campanha, ta fazendo sua filiação de jovens, inclusive nós participamos da campanha do “voto aos 16”, que foi uma forma de incentivar a participação juvenil nas eleições, e agora estamos no dia a dia, filiando, convencendo a juventude de participar do PSB e atuar junto com a gente. A campanha ela parte de uma apresentação do partido. É um convite que o partido ta fazendo à população, as pessoas que tem acesso a suas propostas, suas bandeiras, o seu programa e ai tem toda uma questão de comunicação partidária com a sociedade. O partido é uma organização aberta, pública. Então, aquelas pessoas que se identificam com a questão da reforma urbana, a questão da política de inclusão, com o desenvolvimento nacional, com equidade enfim, quem vai se identificando com essas bandeiras, e no caso da juventude com as políticas públicas, com o movimento estudantil, com uma intervenção junto ao parlamento vão e procuram nos seus estados, nas sedes regionais do partido locais e ai é só fazer a filiação. Custa um real a filiação, que é um valor simbólico, ta certo, que é uma forma de a pessoa ta colaborando também, porque a filiação ela tem um custo, mas é simbólico de apenas um real, é só preencher a ficha e receber o material do partido: o programa, o manifesto, o estatuto partidário, e a pessoa também tem que conhecer o funcionamento do partido, tem que conhecer sua ideologia e, portanto é apenas se filiar ao PSB. Hoje a juventude socialista está organizada em 20 estados do Brasil.” (Jovem do PSB)

“Não utilizamos artifícios para a filiação de jovens. Acreditamos que a filiação ao PSDB deve ser natural. O que fazemos são ações de conscientização política de jovens e comunicamos as idéias e as conquistas do PSDB numa linguagem jovem, através de cursos, reuniões, interlocução com movimentos juvenis estudantis, religiosos, sociais.” (Jovem do PSDB)

“A gente, nacionalmente, faz campanhas. Agora no fórum Social Mundial está acontecendo também uma campanha de aproximação, mas a nossa (...) a gente privilegia, mesmo, a ação próximo aos movimentos sociais. No caso, falando de juventude, a gente tenta ter uma aproximação com o Fórum da Juventude Negra [...] A gente tem uma aproximação grande no movimento estudantil, no movimento secundarista, de segundo grau. [...] A gente lê o movimento, a gente vai criando uma referencia dessas pessoas e elas acabam se aproximando. [...]” (Jovem do PSOL)

“Nosso principal espaço de construção para convite dos jovens entrarem no partido são as mobilizações. Nesses processos apresentamos nossos materiais (panfleto de juventude, jornal do PSTU, encarte sobre a juventude, etc.) e vamos apresentando as principais idéias do PSTU. Mesmo quando não está havendo mobilização, aproveitamos todos os espaços para apresentar o

partido, o centro de intervenção e atuação é o movimento estudantil universitário e secundarista.” (Jovem do PSTU)

“A direção nacional da juventude, lançou em novembro no congresso nacional da juventude, uma campanha de filiação que pretende atingir em dois anos 100 mil novos filiados, [...] essa campanha tem o slogan que não é “filia-se”, não é impositiva, pelo contrário, é “conheça a juventude socialista do PDT” “conheça a história do trabalhismo brasileiro” e nesse sentido a gente já vem colhendo bons frutos. A gente deve anunciar, mais efetivamente essa campanha, a partir do mês de maio, com essa filiação em todos os estados e municípios, e tendo na campanha esse critério, que é a organização através dos núcleos de base, a formação através da ferramenta mais moderna de formação política que os partidos políticos possuem, que é a Universidade Aberta Leonel Brizola, como a escola de formação do trabalhismo brasileiro, e a comunicação, esse é o tripé que a gente pretende atingir, a juventude brasileira e conscientizar. A gente tem utilizado muito uma frase de Brizola que, em determinado momento da história, disse “nós precisamos inundar o país de mentes esclarecidas”, esse é o papel dessa campanha de filiação que tem esse molde” (Jovem do PDT)

“Eu acho que talvez essa temática seja aquela que o partido está mais avançado e está tranquilamente mais organizado e mais ascendente em todo o país. Nós temos dentro daquelas formas de como conseguir ajuda à juventude, nós temos 1%, é pouca coisa ainda, mas de todo o fundo partidário do partido, ou seja, 1% de todos os valores destinado à juventude, pra dar autonomia e desenvolvimento ao trabalho. O que não quer dizer que não tenha outras ajudas, quando o projeto é importante o partido ajuda, em parceria com fundações. Mas esse recurso que a juventude tem, dá autonomia pra andar pelo Brasil todo, fazer os movimentos nossos nos diretórios estaduais. Nós fazemos também, por exemplo, seminário de planejamento estratégico e político, é uma forma de fazer com que o jovem se sinta atraído por uma forma diferente de abordar. Através desses seminários, nós procuramos demonstrar a política como uma ferramenta útil ao jovem. Mostrar pro jovem que política não é só ta em Brasília fazendo leis e acordos escusos nos gabinetes, que é a imagem que a televisão passa dos escândalos, que a mídia transmite, mas isso é natural, já que os escândalos ainda são maiores que os projetos de lei que buscam mudar a vida da sociedade[...] Então a gente tenta, através disso, manter o jovem informado, que a política é uma ferramenta extremamente importante. Por exemplo, o jovem que está hoje no segundo grau ele vai querer entrar numa universidade que seja pública, um ensino de qualidade, [...] porque você tem universidades públicas por aí, sucateadas que não resolvem nada. Então dentro desses quatro anos que ele ta no segundo grau pra entrar na universidade, se ele ta na universidade daqui a quatro anos, ele vai ta entrando no mercado de trabalho, são as políticas públicas que vão definir e facilitar as oportunidades que ele pode encontrar na busca pelo emprego. E [...] apesar dele pensar e achar que ele ta totalmente isolado, ele faz parte dessa questão de política, ela faz sim, e afeta o seu dia-a-dia. Então eu acho que a participação da juventude tem uma diferença, através disso, nós pretendemos chamar o jovem pra fazer esse tipo de trabalho. Nós temos a internet, principalmente, como uma ferramenta de trabalho essencial e indispensável hoje, num país com as dimensões do Brasil. É lógico que não é toda a juventude que tem acesso à internet, mas as políticas públicas de inclusão digital tem crescido bastante e tem nos ajudado a ter um mínimo de interação no fluxo de comunicação em todo o país, seja do extremo, lá na Paraíba, ao Amazonas, de norte ao sul, nós temos procurado essa interação, também pela internet, e produzimos pra você ter idéia, o Primeiro Seminário Virtual de Planejamento Estratégico e Político, onde hoje, por exemplo, exatamente nesse

momento, da nossa entrevista, 200 jovens estão matriculados, é a primeira turma, já tem uma lista de espera para a segunda turma, que são dois meses de duração do curso, ou seja, é uma forma de trazer ferramentas concretas, discussões a respeito de cultura, esporte, lazer, para que o jovem, ele veja como essas políticas públicas influem no seu cotidiano e que política não é só ta fazendo lei no gabinete em Brasília.” (Jovem do DEM)

“Então os congressos estaduais, eles vão ocorrer até o final de semana antes do congresso nacional, e nesse processo de agora, até a primeira semana do mês de junho, nós vamos realizar congressos municipais. A nossa idéia é de tentar chegar a 1000 municípios mobilizados. A UJS ela é uma organização que tem uma marca muito forte da combatividade, da luta, da participação, e isso por si só é um elemento que atrai a juventude. [...] A nossa organização e a nossa atuação no movimento, ela nasce pra poder afirmar o seguinte: que o desemprego é um problema grave, o problema da violência é um problema grave [...] Então para essas dificuldades da sociedade não existe saída individual e a partir de um debate franco com a juventude você vai ganhando. Porque, tenta se passar uma idéia que essa geração é uma geração acomodada, a gente ouve muito isso, e essa geração de jovens agora é uma geração muito acomodada, geração que fazia luta era a geração da década de 70 que pegava em arma, que ia pra serviço militar. Essa comparação ela não tem o objetivo de valorizar quem fez aquela luta, ela tem o objetivo de diminuir o potencial de quem está na geração atual e que tem no momento a responsabilidade de poder desenvolver essa política no país e engajar uma luta política. [...] Então é dessa maneira que a gente atua. [...] Essa pressão contra a participação é tão grande que o jovem ele se sente meio que impotente. Então a sociedade tenta construir nele o sentimento de que as coisas não tem mudança e que não tem condição de se transformar. A UJS é uma organização que ela tem uma referência muito grande nas idéias de Che Guevara que falava que uma das coisas que caracterizam a juventude é a capacidade de se indignar, é a capacidade de não achar que as coisas são normais, então não é normal ter gente passando fome na rua, não é normal ter educação de péssima qualidade, não é normal ter tanta violência, principalmente no meio da juventude, no seio da juventude, não é normal tudo isso, o jovem sabe que não é normal na sua grande maioria e ele tem disposição de participar, de lutar contra essa lógica. Isso não é fácil porque o país que a gente vive hoje é um país que ele é dirigido sobre essa política, então essa orientação você ouve em casa, na família, muitas vezes, o jovem quer ir participar de uma reunião do grêmio, do centro acadêmico, ou então de uma passeata, aí o pai e a mãe fala o seguinte ‘vai cuidar da sua vida, vai trabalhar que é bom, não fica envolvido com esse monte de vagabundo não, que isso é coisa pra quem não tem o que fazer’, é comum você ouvir isso através dos veículos de comunicação, a TV então é especialista em informar isso. Então, combater isso com os instrumentos que nós temos é muito difícil, mas toda vez que a gente consegue chegar ao jovem, que a gente consegue apresentar as idéias, debater a nossa intenção, a gente consegue inverter um pouco essa lógica de pensamento da sociedade.” (Jovem do PC do B)

O entrevistado do PC do B traz à tona a questão da depreciação dos movimentos sociais atuais e, em especial, os ligados à juventude, voltando novamente à questão abordada por Abramo (1997) - de olhar o passado com nostalgia. Sabe-se que a depreciação dos movimentos sociais prejudica a atuação política e gera o fatalismo,

ocasionando a falta de perspectiva de mudança social. Por isso, preferimos abordar a relevância e a importância da luta popular, considerando esses fatores como mudanças de representatividade e não como menos importante do que os ocorridos em outras épocas.

5.3. Os espaços das juventudes nos partidos políticos

A participação desses jovens nos partidos políticos refletiu na própria organização dessas instituições. Perguntamos aos entrevistados se o partido, em que são filiados, possui algum espaço destinado à juventude, como uma secretaria, por exemplo. A maioria deles respondeu que sim, com exceção somente do PSOL, que se justificou pela dificuldade em congregar uma definição de juventude, até mesmo uma faixa etária, e também pelo fato de ser um partido jovem, mas esse fato não impede a interlocução do partido com a juventude.

“Essa é inclusive uma das questões polêmicas, da construção da Secretaria de Juventude (risos), “ah vai ter idade, não vai ter idade, é 30, é 20, é 25”, existem alguns partidos que tem definido [...] nós não temos ainda [...]...nós ainda desde a fundação não tivemos oportunidade de construir, formar a secretaria de Juventude do PSOL [...] o PSOL é um partido de muitos jovens a gente tem que aproveitar a oportunidade pra dialogar com a juventude.” (Jovem do PSOL)

Com relação aos partidos que possuem espaços destinados ao atendimento das demandas juvenis, os entrevistados nos relatam como é esse espaço construído ‘pela’ e ‘para’ a juventude.

“Tem, tem sim, o PC do B ele tem como instrumento de direção o comitê central que é o nome que nós damos à direção nacional do PC do B, ao pleno, esse comitê central ele tem dentro dele uma comissão política e um secretariado que é uma espécie de diretoria executiva, da direção partidária, nessa secretaria que fazem parte hoje da direção executiva, tem a Secretaria da Juventude que é uma secretaria específica para poder tratar da questão da juventude. E o PC do B ele tem uma tradição muito forte na organização juvenil, principalmente nos últimos períodos depois que ele passou a orientar a atuação dos jovens comunistas na União da Juventude Socialista que é a organização, que não é do PC do B, que tem um estatuto próprio, tem regimento próprio, tem manifesto próprio. Mas é uma organização em que a militância do PC do B atua. Então todo o jovem que é filiado ao PC do B ele é orientado a militar dentro da UJS [...] Mas nem todo mundo da UJS é do PC do B. A maioria das pessoas que estão na UJS elas são do PC do B, tem uma parte grande ainda que não

pertence a partido político nenhum e tem uma outra parte, essa daí menor, bem verdade, que é filiada ao PT, outra parte filiada ao PDT, ao PSB, a partidos que tenham alguma assim, identidade, afinidade com algum tipo de idéia ou de proposta que o PC do B e que a UJS defenda.” (Jovem do PC do B)

“Nós temos hoje a “Juventude Democratas”, que são os Jovens Democratas. E nós temos [...] um sistema de organização que funciona com a Executiva Nacional da Juventude, que tem presidente e vice presidente temático, [...] nós temos um tesoureiro, uma Secretária Geral, um Conselho, um Conselho Político formado por Jovens de todos os estados. Daí por diante, esse esquema todo desce pros estados, onde também temos as diretorias estaduais, que tem uma composição semelhante, e também temos uma capilaridade muito grande nos municípios. Tem muitos municípios com diretórios municipais em exercício, sempre com a meta de tentar atingir, de tentar equiparar, [...] onde houver um diretório do Democratas, que haja também um diretório da juventude.” (Jovem do DEM)

“Bom, nós somos denominados como Juventude Socialista do PDT, a chamada JS PDT, nós nos estruturamos nos municípios, estados e a nível nacional, com direções de núcleos de base, que são organismos de atuação juvenil nos municípios segmentados. Núcleo de base do movimento estudantil, núcleo de base de sindicalismo jovem, núcleo de base de mulheres, núcleo de base cultural, enfim toda a ramificação que compreende o mosaico juvenil ta aí, assim esses núcleos são a base da juventude, logo em seguida nós temos as direções Municipais, direções Estaduais e a direção Nacional, cada uma dessas direções tem um diretório, o que é um diretório? O diretório é um grupo de companheiros e companheiras que são como uma espécie de conselho da juventude, então tem esse conselho e as direções.” (Jovem do PDT)

“A Secretaria Nacional de Juventude do PSTU, que a partir da discussão geral que o partido faz, elabora política para a juventude brasileira.” (Jovem do PSTU)

“Existe o Secretariado de Juventude. O Secretariado Nacional de Juventude tem, inclusive, direito a voz e voto na Executiva Nacional do Partido. Também há organizações do Secretariado de Juventude nos níveis estaduais, regionais, municipais e zonais.” (jovem do PSDB)

“Existe o que nós chamamos de JSB – Juventude Socialista Brasileira é a juventude do PSB. Ela existiu antes e durante o período da ditadura militar, portanto, no período de muita turbulência do mundo político e depois do regime militar a juventude começou a se organizar novamente no interior do partido. Ela foi definindo suas áreas, suas frentes de atuação, então hoje nós temos uma juventude mais organizada internamente, e tem o processo hoje de regulamentação inclusive do partido que reconhece a atividade da juventude como fundamental pro seu crescimento, então há uma atenção especial hoje do partido em relação à juventude.” (Jovem do PSB)

“Tem vários processos internos dentro do PT, a gente pode dizer que o PT teve dois grandes períodos uma grande transição. Primeiro período da década de 80 à década de 90, não tinha um órgão uma secretaria específica da juventude, mas você tinha uma organização muito grande dos jovens, principalmente dos estudantes, nos encontros nacionais dos estudantes “petistas”. No segundo momento pós década de 90 por volta do ano 95 pra frente, foi criado uma Secretaria Nacional de Juventude, como setorial e agora no último congresso,

que aconteceu no ano passado, a gente apresentou uma resolução, que a gente deixava de ser setorial e passava a ser uma organização de massa do partido do movimento juvenil, então a gente teve esses três processos de organização da juventude até hoje.” (Jovem do PT)

“Olha a questão de organização, da existência de um núcleo de juventude dentro do partido, ela já inicia com o PMDB. Mas certamente os jovens, até pelo seu ímpeto, eles contra o processo de clausura, de censura, que era empreendido pela ditadura militar, eles sempre tiveram essa atuação e também foram muito bem recebidos dentro do PMDB e do MDB. Então a juventude sempre esteve ao lado do MDB, pelas lutas e as bandeiras que o MDB levantava [...] Nos anais nós temos conhecimento do surgimento da JPMDB nacional em 1982 [...]” (Jovem do PMDB)

“Na segunda fase do PTB, após sua refundação, sempre se falou em criar um braço jovem dentro do partido, para continuar a idéia de Vargas de dar aos jovens um espaço para atuação político-partidária. No ano de 1997, no mês de agosto, enfim, foi criado o Movimento da Juventude Trabalhista (MJT), um órgão oficial de cooperação do PTB. O MJT, com o apoio da Executiva Nacional do partido, está hoje organizado em todos os estados do território nacional.” (Jovem do PTB)

Esses espaços criados dentro dos partidos, para atender as demandas específicas da juventude, institucionalizam a participação juvenil e se constituem progressos na atenção ao jovem. No entanto, a constituição física do espaço para a juventude não é determinante para que, nas discussões, as opiniões da juventude serão ouvidas. Nesse sentido, perguntamos aos jovens sobre a importância da opinião da juventude nos partidos, se ela era realmente relevante ao curso do processo.

Assim, os entrevistados dos partidos pesquisados refletem a respeito da participação da juventude em seus respectivos partidos.

“Então, [...] o PC do B zela muito pela participação do jovem, e inclusive incentivando a promoção de jovens a poder fazer parte de espaços de direção dentro do PC do B, por exemplo, eu entrei para direção do PC do B, para a direção nacional do PC do B, pro comitê central, no último congresso nosso. Entrou, eu e mais quatro jovens naquele período. Sempre tendo o esforço, do seguinte, de forçar para que a juventude ela consiga, não se sentir assim uma parte militante defensora das idéias formuladas por outras pessoas, mas sobretudo, se sentir protagonista das idéias e dos debates que ela acredita né, que se envolveu porque acredita em tudo isso. Então é um partido que dá muito espaço para juventude, valoriza muito a sua participação e enxerga na juventude um potencial transformador muito grande e busca a partir da realidade potencializar, tendo assim mais oportunidade para que os jovens possam falar, pra ajudar a construir nosso partido.” (jovem do PC do B)

“É lógico que a juventude tenta sempre buscar mais espaço, a gente costuma dizer em política que ‘é difícil a passagem do bastão’, chegar aquele momento

que alguém chega pro jovem e diz 'bem eu vou me retirar agora é a sua vez'. A gente tem que se conscientizar e saber que dentro do espaço há um movimento de conquista. Nós utilizamos a meritocracia, ou seja, aproveitar o mérito do jovem, pra ver se abre as portas e tenta buscar esse espaço. Então a juventude, ela tem um espaço garantido e é uma diretriz do partido. Por exemplo, todas as câmaras e as chapas de vereadores você tem, pelo menos, a partir de um jovem, numa candidatura pra vereador, que seja lançamento da juventude, e então o espaço foi crescendo cada vez mais. Mas eu diria que a voz do jovem, pelo menos ela tá sendo garantida nas tomadas de decisão. Se vai ser a predominante ou não, depende de todo o partido.” (Jovem do DEM)

“Nós estamos vivendo uns dos melhores momentos da juventude socialista, no que tange a relação interna, de discussão partidária. Nós tivemos agora, no final de semana retrasado, nos dia 18, 19 e 20, de abril de 2008, o quarto congresso nacional do PDT. Primeiro que foi uma pressão muito grande para que ocorresse esse congresso, ele ia ser um divisor de águas na construção partidária. E o partido delegou à juventude a construção desse congresso e nós tivemos êxito total na construção desse congresso, nós tínhamos uma expectativa de 800 a 1000 delegados e nós atingimos 1500 delegados, toda a organização desde a logística, a organização, a discussão política, a sistematização de propostas ficou sob a coordenação da juventude. Nós temos hoje um grande respaldo da direção nacional do partido, através do nosso presidente em exercício, o companheiro Deputado Federal Vieira da Cunha, do companheiro presidente licenciado e Ministro do Trabalho companheiro Carlos Lupi, do combativo companheiro, secretário geral do partido Manoel Dias. Nós não só temos tido um respaldo, como também, recebido tarefas e responsabilidade, que com uma ação coletiva dessa gestão da juventude temos conseguido atender as expectativas da gestão nacional.” (Jovem do PDT)

“Nosso peso é considerável na medida em que a Juventude do PSTU reflete um setor da sociedade bastante dinâmico, sempre envolvido com muitas mobilizações sociais. Entretanto, nossa estratégia de luta e de sociedade corresponde a necessidade e importância de nos construirmos, sobretudo, entre a classe trabalhadora, principalmente a que está diretamente ligada ao processo de produção. Portanto, no que concerne às questões relacionadas à juventude, nossa opinião sempre tem bastante peso, entre os temas políticos mais gerais também opinamos bastante, mas mediado pela necessidade de as opiniões do partido terem de refletir o principal setor social sobre o qual nos construímos...” (Jovem do PSTU)

“[...] nós estamos passando por um momento de dificuldade muito grande no partido, esses primeiros passos de formação, consolidação e por a juventude estar muito no olho do furacão, fazendo parte dessa construção, eu acho que a gente acabou despriorizando um pouco nossas bandeiras próprias, quer dizer, de juventude [...] é um defeito que a gente tem que tentar resolver. Por que o PSOL sendo um partido de muitos jovens a gente tem que aproveitar a oportunidade pra dialogar com a juventude.” (Jovem do PSOL)

“A Juventude sempre é ouvida nas decisões partidárias, seja por força do estatuto, quando da presença de um indicado pela juventude, seja politicamente como militância [...]”. (Jovem do PSDB)

“[...] pelo fato de existirem vários segmentos, eles não são concorrentes entre si. A juventude tem um passo a frente, pelas suas próprias características, ela é mais audaciosa, ela tem posturas mais ousadas, então são movimentos

complementares, nós também ajudamos as Mulheres, os Sindicalistas, os Negros. Mas a Juventude eu diria que é hoje o movimento mais organizado, mais forte.” (Jovem do PSB)

O entrevistado do PT, para explicar qual o peso da opinião da juventude nas discussões políticas, divide a participação interna em ciclos. Assim, ele afirma, ficar mais bem entendido como se deu a constituição do espaço da juventude.

“[...] o primeiro ciclo, na década de 80, você tinha uma organização dos jovens muito grande, especialmente dos estudantes do PT, tinha um determinado peso que era considerável. Num segundo ciclo, a partir de 95, na transição de 89 a 95, o peso da interferência de todos os movimentos sociais diminuiu dentro do Partido dos Trabalhadores, mas aí com o acordo político em 2005 se retomou o Diário Beneficente de Organização, então hoje as opiniões de todo mundo na sociedade tem uma maior representatividade política do que no período passado. No tema de juventude a gente vê que tem uma grande unidade que vem fortalecendo essa temática. Se a gente pegar, por exemplo, a eleição para presidente do PT. No final do ano passado no site estavam as entrevistas com todos os candidatos, todos falavam da importância da organização da juventude e a importância da pauta da juventude. O tema juventude ganhou centralidade tanto no país, mas no partido também, a gente fez ação interna muito grande, que ganhou um peso político maior.” (Jovem do PT)

“Olha a juventude do PMDB ela é escutada ela tem uma voz ativa e também tem uma participação em todas as executivas do PMDB, seja em nível municipal, estadual e nacional. Nesse momento é o que o partido se reúne pra discutir propostas, discutir atuações políticas nas eleições, seja em nível municipal, estadual ou nacional e a JPMDB participa ativamente desse processo.” (Jovem do PMDB)

“O nosso Presidente Nacional, Roberto Jefferson, desde que assumiu o cargo, tem estimulado a participação cada vez maior do segmento jovem dentro das esferas de decisão do partido. Recentemente, inclusive, em uma reunião dos representantes do MJT, o nosso Presidente lançou um desafio a todo o segmento jovem do partido: que possamos conhecer melhor os jovens petebistas, através da promoção de uma ampla pesquisa qualitativa em nível nacional. Segundo o nosso Presidente, essa pesquisa será de fundamental importância para que o partido possa definir ações futuras que contemplem as necessidades e expectativas da militância jovem. Por aí você tem uma idéia da importância que o jovem tem para o partido.” (Jovem do PTB)

5.4. O Movimento Estudantil

A história de participação da juventude se confunde muito com a história do movimento estudantil, ao se pensar em participação juvenil, já se associa a militância no Movimento Estudantil (ME). Desde sua constituição no Brasil, a história do ME é cheia

de altos e baixos, chegando, algumas vezes, à extinção do órgão nacional de representação estudantil, a UNE. Essa história é narrada com muitos detalhes por Poerner (1995) e Foracchi (1977, 1986), mas ganha um cunho de nostalgia na atualidade, como se o movimento de antes não conseguisse sobreviver hoje ou vivesse um período de completo refluxo, como aborda Sousa (1999).

Nosso objetivo não era nos alongar nesse assunto, o que implicaria outros estudos mais aprofundados sobre o comportamento do movimento estudantil hoje, mas, ao mesmo tempo, repletos de curiosidades sobre como a juventude e os próprios partidos entendem sua participação, hoje, no movimento estudantil: se ela está realmente definindo, ou simplesmente nem existe mais. Por isso, decidimos incluir, nas entrevistas, algumas questões sobre a relação dos partidos com o movimento estudantil, e a importância desse movimento para os partidos.

“Temos avançado e é uma das grandes conquistas, das grandes alegrias, como eu disse é natural que a política jovem, ela sofra influência da política nacional, até 2002 era bastante difícil os partidos de direita entrarem nas universidades, a disputa era bem mais ríspida que hoje. Com a chegada do presidente Lula ao poder, a própria discrepância dos setores das universidades do país, que esperavam política de educação, e que não ocorreu, acabou criando dentro das universidades um espaço para que o debate fosse ampliado e que nós adentrássemos com novos projetos, novas propostas, sem carregar um peso nas costas do passado, mas olhando para frente, sem olhar para o retrovisor, mas olhando para o pára-brisa, proposta de política de educação, políticas de juventude. É visível hoje o que temos avançado, que temos um setor específico da nossa direção, de grupo de trabalho da juventude para o desenvolvimento das políticas, do movimento estudantil e que temos aí buscado um resultado impressionante. Por exemplo, agora recentemente no Amazonas, a UFAM Federal do Amazonas, levantou a bandeira dos Democratas, em São João Del Rei, Minas Gerais temos tido também muitas conquistas, na Paraíba nós temos diretório vinculado na Universidade também ao Democratas. Ou seja, é um crescimento, nada comparado, é claro, ao poder, de anos e anos que vem desenvolvendo trabalho os partidos de esquerda, a UJS, o PT, e todos que tem membros na UNE. Mas temos avançado. Nosso argumento é claro, é profundo, tanto que nosso número de delegados vem aumentando a cada congresso da UNE, entrou com 20 em 2004, setenta e poucos nas eleições passadas e esperamos para 2009 poder dobrar esse número podendo chegar com mais de 150 delegados na UNE.” (Jovem do DEM)

“[...] A gente vive um processo de reordenamento da nossa participação no movimento estudantil. A gente sempre participou do movimento estudantil, aliás o movimento estudantil, dentro do PDT sempre foi e é um grande celeiro de renovação de quadros, os principais quadros do PDT, os principais quadro hoje da juventude são oriundos do movimento estudantil, eu sou prova disso, dentro da própria direção nacional, nós não temos um quadro, somente, que não seja do movimento estudantil. Então o movimento estudantil é prioridade pra

juventude socialista, até por ter uma ligação muito forte com a principal bandeira de luta da juventude socialista que é a educação. Nós temos uma ligação muito forte com o movimento pluripartidário, dentro do movimento estudantil, que é o movimento 'Reinventar o ME', que foi um movimento que surgiu no último CONUNE, que é um movimento que deve se apresentar de forma mais efetiva. Nós estamos preparando pro final de maio o encontro nacional de estudantes do PDT, que deve ser realizado aqui em Brasília com a participação dos principais quadros de juventude do país. Então nós temos uma participação efetiva no movimento estudantil. Dirigimos diversos DCEs, inúmeros grêmios estudantis, dirigimos algumas entidades estaduais de estudantes universitários, outras entidades municipais de estudantes secundaristas, e a gente tá vendo um trabalho de reorganização e de reinvenção do movimento estudantil como um todo.” (Jovem do PDT)

“[...] o centro de intervenção da juventude do PSTU é no movimento estudantil universitário e secundarista. Hoje nos temos militantes em 45 Universidades Públicas e particulares (grande maioria federais) e militantes em 18 escolas técnicas pelo país. Estivemos a frente das ocupações de Reitorias que ocorreram em 2007 e 2008 e estamos nas gestões de muitos Diretórios Centrais de Estudantes e Grêmios dessas Universidades” (Jovem do PSTU)

“O movimento estudantil é um movimento privilegiado nosso. Já participamos dele com muita atenção, porque é ali que está o principal centro de debates, idéias e potencial de transformações que tem a juventude, mesmo os jovens que atuam em outras áreas ou em outras ONGs. Eles devem ou deveriam passar pela escola e pela universidade, por isso que a gente atua lá. No movimento universitário, a gente atua com muita força pelo papel que deveria desenvolver a universidade brasileira. [...] Então a educação nasceu, ela é criada, ela é pensada pra poder manter a estrutura política que o governo que está no poder ou que a política que está no poder, quer que mantenha. [...] Essa luta pela mudança da educação, é pra você melhorar a qualidade, se você melhora a qualidade, você melhora a condição de luta pra você influenciar na política. [...] É por isso que a gente atua nesses espaços, no espaço da escola e no espaço das universidades. Sem falar nas lideranças que surgem nesses espaços. Uma liderança que surge no grêmio estudantil ela tem um potencial muito grande pra poder dar grandes contribuições na luta política do país. Por que a liderança já nasce ali, no seu berço, no seu processo de formação, se envolvendo com uma luta política importante que é a luta política da sua escola e ela vai aprendendo ao longo do tempo a desenvolver a capacidade de relacionar o geral e o específico, então ela transforma com o tempo a luta específica dela, que é a luta que nasceu pra melhorar as condições da sala de aula, do bebedouro que estava quebrado, do giz que acabou ou do professor que estava faltando e a partir daquela mobilização ali, ela desenvolve a capacidade de fazer a luta política mais geral. E então vai chegar um momento que ela vai associar e vai perceber o seguinte 'a transformação da minha escola passou por uma luta mais geral que a luta dentro da escola', então é por isso que a gente atua aqui com muita força, no movimento universitário e no movimento secundarista, a gente dá muita prioridade. O movimento hoje é menos partidarizado do que no passado, embora se afirmem o contraditório. Na época do regime militar o movimento era muito mais partidarizado do que ele é hoje [...] Você vai conversar com pessoas que militaram ou no final da década de 80, ou militaram na década 90, onde nós tivemos no Brasil a jornada pelas 'diretas já' e depois a jornada pelos 'Fora Collor', o que pregava era o seguinte, 'olha o movimento estudantil acabou é coisa do passado, não faz mais luta', e aí pra poder calar a boca, na década de 80 vieram as 'diretas já, um processo de mobilização de massa, que teve um protagonismo grande da juventude. Na

década de 90 foi a mesma coisa. Mesmo discurso: 'acabou, o movimento não faz mais luta', aí veio o estouro, uma mobilização como aquele que foi a do 'Fora Collor' [...] Toda liderança estudantil queria que estivesse grandes mobilizações todos os dias, grandes lutas todos os dias, mas as grandes lutas não ocorrem por uma questão de vontade, ela ocorre pela conjunção de diversos fatores que acabam protagonizando essas grandes mobilizações de massa. Essa geração busca sempre provocar, então esse paralelo que o pessoal compara entre essa geração de agora e a geração do passado, 'que esse faz mais luta do que aquele anterior', é um erro falar sobre isso [...]."
(Jovem do PC do B)

A fala do entrevistado do PC do B traz diversos pontos para a discussão da participação política da juventude, como o próprio fato de não ver o passado com nostalgia, como foi discutido anteriormente. Ele busca valorizar a mobilização juvenil atual, que enfrenta contexto diferente e, para tanto, ressalta a importância dos jovens líderes que nascem dentro do movimento estudantil, além de afirmar a relevância que esse movimento ainda possui.

Os entrevistados dos demais partidos continuam as avaliações da participação dos jovens filiados no movimento estudantil, e alguns aproveitam para comentar se esse movimento vem atravessando realmente por refluxos como o abordado por Sousa (1999).

"[...] na verdade, o movimento estudantil, por sua característica própria, é muito dinâmico. O pessoal entra, quatro anos sai. Então muda de configuração muito rápido. O PSOL tá com uma inserção muito boa no movimento estudantil a nível nacional. Mas, tinha uma época, existia militância do PSOL participando da gestão de inúmeros DCES de faculdades federais. Poderia listar aqui UFES, UNB, Federal do Rio Grande do Sul, USP, UNICAMP, UFRJ, Federal Fluminense, UERJ, UFMG, Federal de Goiás, Federal do Pará, Ceará, principalmente [...] Pernambuco, Santa Catarina Também. Então, hoje o PSOL ainda tem uma inserção muito grande, não nas pagas, mas nas faculdades federais. Manteve na maior parte desses DCES essa participação, é UFMG, UNB, é, na UFES, em todas as faculdades do Rio de Janeiro, na UFRGS, também no Rio Grande do Sul. Na UNE, que é a nossa disputa nacional no movimento estudantil, a gente se organiza enquanto uma frente de oposição de esquerda, que aglutina além do PSOL, o PCB, e o PCR, que é um partido que não é legalizado, assim, que não tá nos marcos legais da justiça eleitoral, é um partido regional. Mas é muito grande no nordeste e em Minas Gerais. Então nossa participação é essa. O secundarista já é mais complicado. [...] na União Nacional dos Estudantes, nós temos um diretor na executiva, e temos cinco diretores na UNES. Na UBES, que é a União Brasileira de Estudantes Secundaristas nós não temos nenhum diretor. A gente participa com muita fragilidade, a gente não tem muita organização.[...] E, agora com a mudança que houve, até a eleição do governo Lula, criou um pacto de hegemonia muito grande nos movimentos sociais, [...] todo os grupos que eram oposição anteriormente na UNE, levanta crachá junto com eles, assim. Já se tornou um

pacto de hegemonia mesmo, tipo assim: “oh, aliado, então vamos deixa tudo como está”. E nós mais uma vez nos isolamos na oposição (risos).” (Jovem do PSOL)

“Temos um trabalho muito forte no movimento estudantil, pois acreditamos este ser um importante fórum de discussão de política de juventude. Atualmente, temos um membro na Executiva da UNE, e diversos jovens tucanos nas diretorias de UEEs, UMES, etc.. Mas há um diferencial, nossa atuação no ME não é de levar as bandeiras ou pautas tucanas para o ME, como algumas juventudes partidárias fazem, mas sim trazer para o partido as pautas do ME, e utilizá-lo como “comburente” de nossas discussões.” (Jovem do PSDB)

“[...] o movimento estudantil internamente pra nós é muito forte, hoje a JSB participa da UNE. Nós temos cinco cargos na diretoria da UNE, nós temos o segundo vice presidente da UNE, que é o companheiro Rilder do Rio de Janeiro, nós temos o Pedro Moura que é da executiva da UBES e nós temos cinco cargos também na UBES. Então, nós temos participação em várias entidades estudantis, secundaristas pelo Brasil todo. No caso do Rio Grande do Norte nós dirigimos o movimento estudantil a UMES, entidade estadual de estudantes, e no Tocantins nós dirigimos a UEE. Então a JSB está presente no movimento estudantil em todos os estados do Brasil, nas entidades, nos grêmios estudantis, nos DCEs, tem uma participação muito ativa, muito atuante, muito a frente [...] Eu acho que hoje o desenvolvimento é maior entre os universitários.” (Jovem do PSB)

“[...] eu vim do movimento estudantil. O PT sempre teve altos e baixos no movimento estudantil. A minha opinião tem a ver com a própria história do partido e com os movimentos sociais. O PT esteve presente desde a fundação da UNE e da UBES, e na década de 80 com a crescente do partido e a crescente dos movimentos sociais, acho que o movimento estudantil também teve que adquirir mais força, quando em meados de 87 o PT chegava a ganhar a União Nacional dos Estudantes, então teve um crescimento aí político do partido. Mas em 89 o partido vivia a transição e algumas dificuldades políticas, que fez com que o PT perdesse paulatinamente a sua inserção na UNE na década de 90, com uma virada a partir de 98 até 2003 com a vitória do Lula, com um crescimento de novo, que foi o crescimento do partido. De 2003 pra cá, até o ano de 2007 veio um período de menor inserção da juventude. Os companheiros que estão hoje na direção da UNE, são mais do que nós tínhamos há dez anos, então há crescente na participação do movimento estudantil. Agora, um grande desafio que a gente tem, é que, em 2003 nós tínhamos unidade partidária, todos na mesma campanha, em 96 eu ia ser candidato à presidência da UNE, nós fizemos a segunda maior chapa, com o peso político do tamanho que tem hoje, conseguimos construir unidade partidária. De lá pra cá, aliás, de 97 até hoje, o único bom momento que a gente teve, foi aquele. Eu acho que o grande lance para o PT crescer mais no movimento estudantil é construir uma unidade partidária no movimento estudantil, é a vida orgânica do partido, no que diz respeito os movimentos sociais, como eu falei antes [...]” (Jovem do PT)

“Nós temos muito espaço no movimento estudantil, muito espaço, exemplo disso é o próprio congresso da UNE, onde nós fomos a segunda maior força, elegemos o secretário geral da UNE, o tesoureiro da UNE, além de mais nove diretores. Mas eu quero dizer o seguinte, não basta só isso, tem que ter também propostas e a nossa Tese era “Mutirão no Congresso da UNE”, foi vitoriosa, como por exemplo, universidade gratuita pública de qualidade com

acesso de todos, a proposta de ampliação do Prouni, que para nós é um apolítica que deve ser empreendida no país hoje, pelo déficit que existe com a população, principalmente a juventude brasileira na questão da educação em nível superior, proposta de diminuição dos juros que eu acho que é uma questão que tem um espaço muito grande na vida social do brasileiro, sobretudo dos jovens que é quem sofre mais com o desemprego no Brasil. Então, toda essa participação nossa foi aliada a propostas que nós levantamos e por isso ocupamos um espaço importante, sendo a segunda maior força do congresso da União Nacional de Estudantes.” (Jovem do PMDB)

“Muitos representantes do MJT participam de movimentos estudantis, principalmente o universitário. Temos petebistas participando de Diretórios Acadêmicos, Centros Acadêmicos, assim como de entidades estaduais e municipais de representação dos estudantes.” (Jovem do PTB)

A participação no ME é vista, por parte dos entrevistados, como treinamento para a vida política. Os líderes jovens, que se destacam nesse movimento, constroem uma história política de participação. O jovem do PDT afirma que, devido à sua crescente participação no ME, vários partidos o convidaram a se filiar. Mas, apesar de associarmos movimento estudantil imediatamente a partidos políticos, essa não é uma relação sempre verdadeira, já que muitos jovens militantes não são filiados a partidos, apesar de a grande maioria o ser. Como o próprio caso do jovem entrevistado do PDT, que afirma ter adentrado no movimento estudantil antes mesmo de se filiar a um partido.

[...] eu fazia movimento estudantil na cidade de Carazinho,[...] Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, eu era presidente da União Canaviense de Estudantes, na época, em 96 e eu recebi convite de praticamente todos os partidos da cidade e eu fiz uma escolha pelo PDT [...]. (Jovem do PDT).

Esse envolvimento com os partidos possibilita a concretização de posicionamentos ideológicos, a partir do momento em que um grupo político assume o governo, através de um processo eletivo, tornando esse movimento o ‘carro chefe’ que move a luta partidária. É justamente nesse sentido que Meneguello (1996) afirma que essa possibilidade de construir o governo e concretizar as propostas através da formação de uma equipe é o que dá sentido à luta política.

Luta essa, repleta de propostas que a juventude também tem o dever de construir, já que se constitui hoje como sujeito alvo das políticas públicas. Por esse motivo, os

jovens foram questionados a respeito das propostas e das bandeiras de luta de seus partidos para 'as juventudes' brasileiras.

"[...] A nossa atuação é dentro da UJS [...] A UJS, ela tem um conjunto de bandeiras. Vamos discutir essas bandeiras, no Congresso Nacional da UJS, em São Paulo. Estaremos também realizando os congressos municipais, mobilizando algo próximo a 100 mil jovens em todo o país, e nessa mobilização a gente vai debater as bandeiras que a gente vai defender no próximo período. Algumas delas, por exemplo, estão em discussão aqui na Conferência Nacional da Juventude, como a luta dos jovens trabalhadores, essa luta para melhorar a qualidade de emprego, as condições de emprego pra juventude trabalhadora, através de medida que possam ampliar o número de emprego e melhorar a qualidade de empregos que já existem. Uma dessas medidas é a redução da jornada de trabalho, sem a redução de salários. Então, num país como o Brasil ele não pode mais suportar a carga horária de trabalho que tem hoje. As pessoas hoje vivem para trabalhar, elas trabalham 8 horas por dia, chegam a casa cansadas. [...] Então, você passa a ter uma vida só em função do trabalho. Você trabalha para viver o tempo todo, [...] então essa é uma bandeira importante, uma luta importante nossa. Tem também umas bandeiras em outra frente, entorno da qualidade da educação. Essa é uma luta que atinge muito a juventude e, é uma luta que a UJS tem feito muita força, nós somos uma organização que temos assim um peso muito grande nesse debate, pelo fato dos presidentes da UBES e da UNE serem os militantes da UJS e do PC do B e isso nos deixa em uma condição de muita responsabilidade no trato. [...] isso nos deixa assim com a tarefa muito grande de promover debates falando da qualidade da educação. Na nossa opinião, o Brasil não pode mais continuar simplesmente a ficar observando a educação como ela está hoje, sem ter perspectiva de mudança, sem achar que não há nada para fazer, para mudar a realidade que é colocada hoje. Então, isso é um debate que a gente faz. Do ponto de vista de acesso ao ensino superior, a gente tem feito um debate que passa por defender uma reforma universitária que possa transformar a universidade brasileira num espaço verdadeiramente democrático, comprometido com a construção de um projeto de desenvolvimento econômico e social que possa beneficiar o conjunto da sociedade e não apenas uma parcela dela. Do ponto de vista da educação, ensino da educação básica, nós temos travado um debate que tem feito uma denúncia da qualidade da educação hoje no nosso país. Ocorre hoje, que a educação básica no Brasil é uma educação de péssima qualidade. Então as pessoas que tem dinheiro colocam seus filhos em escolas particulares até concluir o 3º ano, depois coloca pra fazer um cursinho, essas pessoas fazem vestibular em 3 e 4 universidades, depois escolhe uma delas pra poder cursar ao final. Isso tem se criado uma cultura que acaba valorizando pouco a educação. Então, ao invés de ter pessoas que pensam em solucionar o problema, você cria uma lógica na sociedade de que as pessoas tem que ter dinheiro e poder pagar escola particular para o seu filho, ao invés de você se preocupar com o todo do problema que está colocado na educação. Então essa é uma bandeira importante que nós temos levantado no último período." (jovem do PC do B)

A educação e o trabalho são as principais bandeiras do PC do B. O entrevistado do DEM fala a respeito das bandeiras, do empreendedorismo, da importância da visão empreendedora do jovem para que ele consiga um lugar satisfatório no mercado de

trabalho, além de citar a importância do investimento na cultura, setor que chama a atenção da juventude.

“[...] o empreendedorismo tem sido uma bandeira para que o jovem desperte, realmente, pra necessidade de utilizar a sua capacidade, de se capacitar diante dos novos cenários, novas conjunturas e acabar com aquela história de que o jovem cresce tentando ser funcionário público eu acho que a gente tem que trabalhar com o desenvolvimento da capacidade criativa da juventude, por isso nós temos o empreendedorismo. É claro, outra bandeira que nós temos trabalhado muito é a educação, educação e emprego. Nunca ver os dois de forma isolada, por que se você trabalhar só educação, você acaba transformando a vida do universitário em fábrica de canudo de papel, que não é bom. Se você trabalha só a temática do emprego, como por exemplo, no governo atual, em que o programa do Primeiro Emprego acabou naufragando. Você vê que, você tenta abrir a vaga, mas falta qualificação. Portanto é importante ter o binômio educação e emprego trabalhando de forma conjugada. Ou seja, Universidades e principalmente universidades mais do que o ensino básico e fundamental né, prestígiem, na universidade, a extensão, a pesquisa, o estágio, para preparar o jovem para o mercado de trabalho, que é acirrado, competitivo e que a cada dia exige mais. Portanto, se ficar só naquela teoria, sem ter o mínimo de acesso a prática, vai acabar virando realmente uma fábrica de canudo de papel, sem dar lugar a algo realmente necessário. E por último a estrutura que nós queremos trabalhar de forma diferenciada com ações estruturais, por exemplo, uma semana de artes na comunidade, onde a gente vai poder levar, pras escolas públicas, um work shopping de teatro, dança e música pra tentar despertar nesses jovens carentes o amor pela cultura, a paixão pela cultura e até vendo nisso uma maneira de deixar os problemas das drogas e mantê-lo longe da ociosidade. Ou seja, eu acho que, esses três temas, o empreendedorismo, a educação associada ao emprego e a cultura, constituem bandeiras especiais. Além de deixar bem claro a necessidade do seminário de preparação e qualificação pra a nossa militância, de conhecimento para candidatos, assessores. Nós queremos realmente ver a juventude como uma porta de entrada para a política, e uma porta de saída para ele.” (Jovem do DEM)

O entrevistado do PDT, partido conhecido pela bandeira da educação, afirma, em sua fala, essa luta também para com a juventude, quando registra as lutas de seu partido.

“No nosso congresso do ano passado, que elegeu essa diretoria, nós discutimos diversos temas relacionados à base da juventude, à base da sociedade juvenil do país, protagonismo juvenil, as PPJ (as políticas públicas juvenis), à relação capital e trabalho, mas pode se entender como as duas principais bandeiras de luta hoje da juventude socialista do PDT, ‘a política de educação’, como prioridade das prioridades para o PDT, tendo o modelo de escola os CIEP’S, que é o Centro Integrado de Educação Pública, que foi implementado pelo Brizola no Rio de Janeiro com grande êxito, [...] e também como bandeira prioritária a questão do ‘Trabalho, Emprego e Renda pra juventude’, como fonte geradora de riqueza e de autonomia e libertação da juventude brasileira.” (Jovem do PDT)

As bandeiras da educação de qualidade e da necessidade de empregos são levantadas diversas vezes pelos jovens entrevistados de diferentes partidos, confirmando esses problemas como os que mais afligem a juventude, conforme Pais (2003) e Waiselfisz (2007) salientam. Há, realmente, uma preocupação relevante com relação ao futuro profissional que envolve também a questão da necessidade da educação de qualidade.

“O tema central que discutimos relativos à juventude é a Educação. Isso porque a maioria dos jovens brasileiros não estão matriculados em Universidades (cerca de 6% dos jovens brasileiros tem acesso ao Ensino Superior) e em se tratando das Universidades públicas essa cifra cai mais ainda. E a maioria desses jovens que estão sem acesso ao ensino superior, são jovens filhos da classe trabalhadora. Outro tema central, que está tomando cada vez mais o centro de nossa preocupação com o avanço da crise econômica internacional é o tema do desemprego que assola a vida dos jovens no Brasil e no mundo. Por conta disso, as principais bandeiras de lutas que levantamos estão relacionadas à luta pela Educação Pública e de qualidade e estão relacionadas à luta contra o desemprego e por melhores condições de trabalho.”(Jovem do PSTU)

“a gente participa da união Nacional dos Estudantes, contra as principais reformas universitárias do governo Lula. Nós temos também uma inserção na juventude de periferia, na juventude negra, levantando a bandeira contra o extermínio da Juventude Negra, contra a violência policial. Esses são alguns temas que a gente trabalha. Mas isso também depende muito dos estados. No Rio de Janeiro que a realidade é mais essa, tem esse trabalho contra a violência, contra o ‘caverão’, contra essas ações da polícia [...] no Pará, por exemplo, a realidade é diferente, existem jovens do PSOL que são dirigentes de assentamentos, existe o MTL (Movimento Terra e Liberdade) que é um movimento do PSOL, que possui muitos militantes de assentamentos do Pará. O maior assentamento que eu já ouvi falar, no município de Cametá, que tem 500 famílias, tem a juventude que é dirigente do movimento, mesmo. As bandeiras são, então, contra a reforma universitária, o passe livre e contra a violência policial. Ah, e a defesa da meia entrada, [...]”(Jovem do PSOL)

O jovem do PSDB reafirma as bandeiras da educação, da cultura, meio ambiente e protagonismo. “As discussões são feitas pela Juventude que defende as deliberações nos fóruns partidários. A Juventude, além das bandeiras tucanas do parlamentarismo, do voto distrital e da social democracia, defendemos a escola pública, a cultura como forma de identidade comunitária e desenvolvimento, o desenvolvimento econômico com justiça social, a preocupação pelo Meio Ambiente, espaços políticos para o protagonismo juvenil e políticas públicas de juventude.”(Jovem do PSDB)

“[...] Bom, a questão da segurança, do meio ambiente, as políticas públicas da juventude que hoje representam um conjunto de propostas para políticas de inclusão social dos jovens a partir da oportunidade, a partir de um olhar diferenciado do poder público em considerar o jovem um agente de desenvolvimento, isso acabou se tornando uma frente de atuação da juventude, por sinal, as políticas públicas hoje representam a principal frente de atuação da JSB no Brasil. Nós temos três gestores de políticas públicas no governo do Rio Grande do Norte, do Ceará e de Pernambuco, nós temos participação no Governo Federal, que é quem coordena nacionalmente a elaboração do Plano

Nacional de Juventude. Nós participamos diretamente dessa elaboração através da Secretaria Nacional da Juventude do Governo Federal. Nós estamos no Conselho Nacional de Juventude que é o órgão que fiscaliza e é quem orienta todas as ações de todo o planejamento voltado para aplicação dessas políticas no Brasil. Então, essa é uma grande frente. Inclusive agora nós estamos trazendo uma proposta para a 1ª Conferência Nacional da Juventude de Políticas Públicas que é “O Movimento pela Equidade do Nordeste”, é porque há uns índices que são preocupantes, ou seja, o jovem nordestino é o que mais sofre com a falta de emprego, com a dificuldade de acesso a educação, às novas tecnologias, ao conhecimento, é o jovem que tá em maior situação de vulnerabilidade social, é o jovem que tem a menor renda [...] Então nós estamos construindo um movimento pela equidade, [...] essa bandeira foi desencadeada pela juventude socialista, pela JSB, no entanto, ela conta com a participação de jovens de Organizações da Sociedade Civil, que não são do PSB, portanto é um movimento suprapartidário, movimento plural, movimento nacional [...]” (Jovem do PSB)

O entrevistado do PT afirma que haveria um encontro para se estabelecer, de forma coletiva, o programa do partido para a juventude, mas, a priori, sinaliza a educação, o emprego e a reforma agrária como pontos cruciais para a luta juvenil.

“[...] o congresso da juventude do PT, a gente fez em 1300 municípios, reunimos cerca de 15 mil a 20 mil jovens na base e tinha um dos temas que era ‘O Brasil que queremos’, então dentro desse tema a gente pretende criar diretrizes de um programa da juventude do PT, pra juventude Brasileira e a partir dessas diretrizes, desse tal congresso, a gente vai construir a caravana Nacional da Juventude do PT, como foi a caravana da cidadania do Lula, para concretizar esse programa com toda a juventude petista e não petista e simpatizante pelo país. Então a partir de junho a gente vai fazer uma caravana pra sistematizar isso. Mas desde o início do governo a gente vem colocando a importância de se ter uma política pública de juventude que entenda o jovem como sujeito político, que não reproduza duas visões retrógradas que é a de juventude problema que dá origem a idéia de que se precisa tutelar a juventude, então talvez essa seja a primeira diretriz concreta de política pública que a gente defenda. Na pauta que tá colocada hoje da juventude é de trabalhar por meio da conferência, pela aprovação do plano nacional de juventude, mas a gente vem fazendo um debate mais aprofundado recentemente que as políticas por mais que o nosso governo tenha tido avanço nas políticas de juventude elas ainda são muito focalizadas. E a juventude e o próprio jovem dessa conferência mostra, pede um pouco mais de políticas universais de trabalho, educação, reforma agrária. Então a gente precisa aumentar o link dessas políticas públicas de juventude com as políticas universais. A priori, é dessa forma que a gente vem encarando as políticas públicas de juventude.” (Jovem do PT)

“[...] nós tivemos aí, varias discussões dos fóruns regionais que a JPMDB desenvolveu recentemente em todo o país, e aí nós podemos citar aqui, por exemplo, relacionadas as políticas públicas de juventude, primeiro ponto que eu posso abordar aqui, a criação de órgãos específicos para a juventude em nível executivo e também os sucessivos conselhos de juventude a nível municipal, estadual e nós já temos em nível nacional. Proposta na área de educação, por exemplo, a questão do aumento da cota destinada à educação no país em 10% do PIB nacional. Proposta da área de esporte, nós sabemos hoje, que o nosso Brasil é o país do futebol, então nós queremos que os nossos governantes do

PMDB invistam em esportes não tradicionais, buscando aí não só investimento em esportes tradicionais como também, investir na mulher jovem, na questão da cultura, que sejam feitos hoje pelo governo do PMDB, não só em pontos, vamos dizer assim, mais comerciais, mas que tenham uma presença maior de população, mas em pontos mais críticos, áreas ligadas à cultura. Essas são algumas propostas que a gente tem e que a gente procura desenvolver, no nosso trabalho.” (Jovem do PMDB)

O entrevistado do PTB, embora discuta as bandeiras de luta de juventude, não cita nenhuma área de intervenção específica.

“Estamos intensificando cada dia mais a ação de nossa militância junto à sociedade. Entendemos que a nossa principal tarefa é buscar a renovação dos quadros partidários, buscando despertar nos jovens o interesse pela política, misturado com o sonho e a coragem de tentar transformar o Brasil em um país que ofereça oportunidades iguais a todos. A nossa bandeira de luta é a mesma que o nosso Presidente Roberto Jefferson preconizou: ‘O partido precisa viver o sonho, e a juventude é o sonho. Apostar no jovem, é apostar no futuro.’” (Jovem do PTB)

5.5. Políticas Públicas de Juventude

Como dito anteriormente, as entrevistas para essa pesquisa foram realizadas na I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, espaço fundamental de interferência da juventude, onde pode, portanto, contribuir para a construção das políticas. Nesse sentido, questionou-se aos entrevistados sobre a contribuição de seus partidos para a discussão das políticas de juventude, com o objetivo de entendermos como ocorre a participação dos partidos na construção das políticas de juventude. Com esse intuito, destacamos as falas dos entrevistados a respeito de sua participação na construção da Política Nacional de Juventude.

“Bom, primeiro a gente valoriza muito a existência da conferência, eu tava conversando com a presidente da UNE, agora a pouco, a Lúcia e ela tava falando que tava pensando na fala dela, que será durante o ato com o Lula, amanhã. Tava pensando que um dos elementos da fala dela vai ter que estabelecer certo paralelo, entre o que aconteceu em 1968, há quarenta anos, com esse negócio da repressão mais dura no Brasil e não sei o que,[...] e a realidade de hoje que é a realidade que permite a realização de uma conferência desse porte aqui, mobilizando mais de quatro mil jovens de todo país. Então, é uma outra perspectiva que se abre no país é obvio, a juventude [...] quer sempre mais. Se quem está no poder, não tiver a capacidade de se renovar vai ser assim, sempre tencionado pela juventude, que ela sempre quer mais, ela nunca se acomoda com que está vivendo no nosso país e quer

sempre transformar, quer melhorar, quer sempre poder fazer tudo isso. Então, valorizar esse espaço aqui, é fundamental pra gente conseguir sobretudo multiplicar esse espaço, então, uma conferência que reúne essa quantidade de jovem que chega na conferência nacional com essa qualidade de debate. Eu circulei os grupos aqui pela manhã, entre uma reunião e outra que eu estava fazendo. E o negócio é o seguinte, tem divergência entre um ponto e outro aqui, mas você possibilitar os jovens vim para um espaço desse aqui pra poder protagonizar um debate sobre os rumos da política brasileira, com a elaboração de políticas públicas que possam resolver os problemas específicos da juventude, é algo muito gratificante e quem está aqui tem que aproveitar e tem que se sentir muito valorizado por poder estar aqui, por que tem uma parcela grande, uma outra parcela grande de jovens que queriam participar da conferência e não conseguiu chegar porque era limitado o espaço[...] Do papel que a Conferência pode cumprir, eu acho que o principal é o seguinte, nós precisamos avançar para fazer as políticas públicas da juventude, políticas de Estado e não de governo, e o maior receio da UJS é de que a gente saia dessa conferência aqui tendo aprovado as 100 bandeiras importantes para ampliar a democracia, ampliar a participação política, ajudar a elevar a conscientização à consciência política da juventude e ter uma política de governo e que na próxima eleição o presidente que taí, o governador, o prefeito, o vereador sofra uma derrota e o próximo presidente se sinta compromissado com a necessidade de continuidade, [...] se não tiver continuidade o esforço feito até agora aqui vai ter valido pouco.” (Jovem do PC do B)

“Participando de forma ativa, por exemplo, nos debates do novo Projovem, [...] tivemos algumas discussões dentro de alguns melhoramentos e também lamentamos um pouco a timidez da medida, podia ter sido mais ousada, podia ter avançado mais, especialmente no que diz respeito à inserção do jovem no mercado de trabalho. Falamos muito da qualificação, mas faltou a inserção no mercado de trabalho. Ou seja, uma política que incentive que as empresas absorvessem mão-de-obra virgem, que é a mão-de-obra sem experiência, pra não entrar naquele círculo vicioso: não tem a primeira oportunidade por que lhe falta à experiência e sem ter a primeira experiência, nunca vai ter a oportunidade. Então, o governo brasileiro tem uma sinergia hoje para esses temas de Políticas Públicas de Juventude, quanto à inserção no mercado de trabalho que me preocupa. Nisso aí temos realmente que buscar formas de tentar contornar essas temáticas. Temos procurado participar da Conferência Nacional de Juventude, que é um evento interessante, esperamos que realize cada vez um debate mais amplo, mais presente. Temos marcado uma presença, uma postura importante nos CONUNES, Congressos Nacionais da UNE, por exemplo, hoje como oposição a nível nacional. Então inverteu, a pirâmide e temos procurado marcar lá um debate mais democrático, por que muitas vezes os espaços pra esse tipo de debate ficam restritos, não permitem uma participação mais ampla.” (Jovem do DEM)

“[...] Nossa participação efetiva nos movimentos sociais, se dá de forma mais organizada nos últimos anos, principalmente no movimento estudantil, nas lutas juvenis como um todo, a juventude camponesa, a juventude operária, então, a participação do PDT ela se dá dentro do campo e do tabuleiro das políticas de juventude através da juventude socialista, a gente tem tido êxito, a Conferência nacional é uma prova disso. O CIEPS foi aprovado aqui na primeira conferência que é um marco para juventude brasileira, como a segunda prioridade. E nós nos sentimos muito a vontade pra dizer que a juventude socialista teve um papel fundamental na construção da proposta do CIEPS como a segunda proposta mais votada da conferência, com 547 votos.” (Jovem do PDT)

A entrevistada do PSTU afirma o posicionamento contrário e o questionamento a respeito das políticas de juventude do atual governo e confirma que as ações governamentais devem ser construídas de forma coletiva, nos espaços de mobilização da juventude. O entrevistado do PSOL assumiu posicionamento um tanto parecido, por isso, absteve-se: não participou dos espaços de interlocução propostos pelo governo, como, por exemplo, os ligados à 1ª Conferência Nacional de Juventude, afirmando estar 'por fora' da discussão.

O entrevistado do PSDB aborda a respeito do posicionamento de oposição, tomado pelo partido, com relação as ações do governo e salienta que a política de juventude possui avanços e retrocessos.

“nosso partido tem acompanhado o que não chamaríamos de avanços das políticas de juventude. Não priorizamos a intervenção neste debate por entender que a melhor forma de atuação e de transformação é através da construção das mobilizações nos locais de estudo e de trabalho da juventude brasileira. [...] um programa para a juventude brasileira deve ser desenvolvido e construído no interior das mobilizações da juventude.” (Jovem do PSTU)

“Nós não participamos da Conferência Nacional de juventude enquanto partido organizado. O PSOL não teve uma ação organizada, talvez até pela carência da Secretaria, que nós ainda, desde a fundação não tivemos oportunidade de construir. [...] Mas eu acredito que até por nós estarão passando por um momento de dificuldade muito grande no partido, esses primeiros passos de formação, consolidação e por a juventude estar muito (...) ‘no olho do furacão’, fazendo parte dessa construção, eu acho que a gente acabou despriorizando um pouco nossas bandeiras próprias, [...]” (Jovem do PSOL)

“[...] Temos acompanhado os avanços e os retrocessos de toda a política nacional de juventude, enquanto oposição ao Governo Federal e enquanto juventude partidária. Participamos através dos poucos fóruns criados pelo governo federal, como a Conferência Nacional de Juventude e através da bancada tucana da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.” (Jovem do PSDB)

Já o entrevistado do PSB vai refletir a respeito da brevidade da inserção do tema das políticas públicas de juventude na agenda pública governamental. Fato abordado por diversos autores, como Leão (2005), Abramo (1997, 2005), Abramovay (et al, 2007), entre outros, que colaboram na reflexão do assunto e nos possibilitam uma discussão aprofundada do tema.

Essa brevidade tem sérias conseqüências para a política de juventude brasileira: uma delas é o caráter experimental assumido pelos programas em construção, visível em diversas tentativas de resolução de demandas juvenis, como o caso do Programa Primeiro Emprego que, segundo o entrevistado do DEM, não conseguiu êxito algum, pois não conjugou o fator emprego à qualificação profissional.

“[...] o PSB tá despertando agora para essa frente de atuação, essa bandeira nacional de políticas públicas. O fato é que tudo isso aí é muito novo, é muito recente no Brasil, então não é só o PSB, os partidos políticos, agora que eles tão despertando, é uma nova realidade, são novas formas de lutas que os partidos políticos não estão acostumados a exercitar. O partido político ele tá acostumado a exercitar uma luta mais ligada aos sindicalistas, ao parlamento. Os partidos políticos tem sua cultura política própria, essa participação partidária hoje nas políticas públicas, ela está sendo uma provocação da juventude partidária e nós da juventude socialista fomos os precursores disso desde o primeiro momento que essa discussão foi aberta pelo Governo Federal, pelo Banco Mundial, pela UNESCO, pelos Organismos Internacional e Multilaterais de cooperação, e agora ela tá chegando ao nível de partidos políticos porque é fundamental que os partidos políticos participem. Primeiro eles tem que entender porque, qual foi, de onde foi que surgiu a necessidade dessa luta, dessa nova forma de luta, que nós temos toda uma leitura que, tem a ver inclusive com o modelo neoliberal no Brasil que acabou impulsionando novas formas de luta através do terceiro setor, através da sociedade civil organizada. Não foram lutas que vieram oriundas dos partidos ou do próprio parlamento brasileiro, essas novas formas de lutas com essas bandeiras de inclusão social, através de políticas públicas de juventude, elas vieram da sociedade civil impulsionadas pelo resultado que gerou o neoliberalismo em desobrigar o Estado brasileiro a implementar políticas estruturantes que antes eram obrigação do Estado. [...] Então houve esse fenômeno, são bandeiras que deveriam ser do Estado como a questão da educação, que não é uma bandeira, ela é uma política estruturante, o emprego é uma política estruturante, a segurança é uma política estruturante. Só que a sociedade civil teve que se mobilizar, teve que se organizar e a juventude teve uma participação fenomenal. No Brasil são 47 milhões de jovens entre 15 e 29 anos e isso chegou até a juventude dos partidos, e a juventude dos partidos levou essa discussão ao interior dos partidos, a maioria do campo progressista, o PSB, o PC do B, o próprio PT, o PDT, são partidos que não atuaram em favor do neoliberalismo, que se posicionaram contrários a política neoliberal, que acabou, que destruiu o patrimônio nacional e que nos distanciou mais ainda do processo de distribuição de renda no Brasil. Então nós tratamos internamente no partido, desse ponto de vista e aí o partido tem toda uma disposição [...]”
(Jovem do PSB)

“[...] Se você trabalha só a temática do emprego, como por exemplo, no governo atual, em que o programa do Primeiro Emprego acabou naufragando. Você vê que, você tenta abrir a vaga, mas falta qualificação. Portanto é importante ter o binômio educação e emprego trabalhando de forma conjugada [...]”
(Jovem do DEM)

“Eu acho que a política pública de juventude hoje no país é uma questão significativa, teve um impulso no governo Lula e hoje o principal projeto que se

destaca no governo é o Projovem. [...] mas ainda é uma política pública focalizada, acho que o grande desafio é por uma política mais universal. A idéia do Plano Nacional de Juventude ela já dialoga mais com a necessidade de políticas universais, a interface com diversos movimentos. Eu acho que o grande desafio e destaque é o Projovem, já que o grande desafio das políticas públicas é trabalhar essas políticas específicas e transformar em políticas universais.” (Jovem do PT)

“[...] nós temos várias frentes nós temos. Primeiro eu posso citar a participação dos jovens deputados do PMDB no Congresso Nacional, como o deputado Paulo Henrique, que participa de todas as discussões, inclusive da organização dessa Conferência Nacional da Juventude que nós estamos participando hoje. Posso citar aqui também todo o envolvimento que a juventude do PMDB teve durante as conferências, teve a nível municipal, estadual e agora em nível nacional da juventude, todos esses momentos foram momentos de discussão de programas de políticas públicas voltadas para a juventude em todas as áreas. Então essa é uma das atuações que a JPMDB tem tido aí em prol da juventude brasileira.” (Jovem do PMDB)

“[...] os representantes do Movimento de Juventude Trabalhista participaram desde o início do governo Lula, das discussões estaduais e municipais com movimentos de estudantes, organizações da sociedade civil, para a elaboração da Medida Provisória que em fevereiro de 2005 instituiu a Política Nacional de Juventude. Mais de 100 delegados do partido foram eleitos nas etapas preparatórias para a Conferência Nacional da Juventude, e em todas essas etapas, a Política de Juventude foi amplamente discutida. Ao participar dos grupos de trabalho montados nessas reuniões, os delegados do PTB sempre procuram relatar um pouco de suas experiências à frente de movimentos estudantis e da juventude em geral. Enfim buscamos sempre esta presente em todos os espaços de discussão sobre os desafios do segmento juvenil dentro da sociedade, com o objetivo de procurar estabelecer alternativas que devem ser tomadas pelos governos para vencer estes mesmos desafios.” (Jovem do PTB)

A Política Pública de Juventude brasileira vem construindo seu caminho sobre as bases irregulares de programas focalistas, mas, ao mesmo tempo, mostra sinais de avanços. Os entrevistados, a todo momento, tentam fazer uma análise crítica do período atual configurando, segundo a ótica deles, quais são esses avanços e retrocessos.

Deixaremos, por conta dos entrevistados, as críticas ao que já se tem de ações para as juventudes. Vale ressaltar que os retrocessos são vistos, em sua maioria, como a falta de investimento em educação, com o sucateamento das universidades e, também, a questão da falta de emprego e qualificação, críticas abordadas, praticamente, nas falas de todos os entrevistados e reforçadas pelos entrevistados do PSB, PC do B, DEM e PSTU. O entrevistado do PSOL acrescenta o aumento da violência contra o jovem, como um fator negativo.

Os avanços, observados nas ações direcionadas aos jovens, são vistos pelos entrevistados, em sua maioria, no que se refere à criação de espaços democráticos, que levam em consideração a opinião do jovem. Nesse sentido, citam a 1ª Conferência da Juventude como uma grande conquista. O entrevistado do PMDB ressalta como avanço a ampliação do programa PROUNI, ou seja, o aumento de bolsas de estudo, em faculdades privadas, para jovens economicamente desfavorecidos. A oposição a todas as ações desenvolvidas é realizada pela entrevistada do PSTU, que não observa nenhum ponto positivo e nem avanço nas políticas de juventude.

Um ponto positivo a ser considerado é a concepção de juventude como agente transformador da sua realidade, do meio em que vive, pelo poder público. Considerar a opinião da juventude, mobilizar, organizar, incentivar a organização são processos educacionais, que levam os jovens à participação mais ampla. Fatores esses levantados também pelos entrevistados.

Só o fato de vivermos em uma democracia não possibilita aos indivíduos formas de interlocução política. O processo de comunicação, de participação, vem sendo assumido de forma gradativa pelos cidadãos, que, durante muitos anos, tiveram seus direitos cerceados por regimes políticos de caráter autoritário, em um passado não muito distante. Reeducação da sociedade não é uma tarefa fácil. É um caminho constante que parece já ter se iniciado.

6. NOTAS CONCLUSIVAS

O presente estudo foi iniciado com a discussão da conceituação da juventude, apresentada ainda no item '2.Conversando sobre juventude', no qual aprofundamos a temática, com a questão da compreensão elaborada pela Corrente Classista, pela Corrente Geracional, a discussão da Moratória e de faixa etária. No fim do item, refletimos nossa própria concepção de juventude que foi tomada no trabalho como heterogenia, diferente dependendo do espaço onde mora, do gênero, da raça, sendo chamada de 'juventudes' e se aproximando das características da corrente classista.

Em seqüência, no item '3.Participação popular, democracia, direitos e cidadania' **compreendemos as formas atuais de participação da juventude**, refletimos a respeito dos espaços públicos de interlocução com a juventude e entendemos o processo contínuo de formação da democracia brasileira.

No decorrer do texto, também compreendemos **a inserção dos partidos políticos na história da política brasileira**, através da discussão elaborada no item '4.Constituição partidária brasileira'.

Na análise das entrevistas com as lideranças jovens dos partidos políticos, apresentada no item '5.Partido e juventude: uma aliança inseparável'-, conseguimos **identificar a participação da juventude em diferentes partidos políticos no Brasil**, através das entrevistas realizadas com dez lideranças jovens que contribuíram com nossa pesquisa, relatando suas experiências pessoais e os fatos coletivos, ocorridos nos espaços da juventude em seus referidos partidos. No mesmo capítulo, está presente, ainda, o quadro 4 – no qual é possível **identificar o número de filiados jovens de cada partido pesquisado e também o número total de filiados do partido**, disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

O presente estudo foi trilhado sobre os pressupostos da crença na importância da transformação pela participação política da população brasileira, tendo como foco a juventude partidária e entendendo que esse processo sofre toda uma influência, provocando a desmobilização de diversas formas de participação no Brasil, com a

inserção do sistema neoliberal, que prima pelas questões privadas em detrimento da discussão do que é público.

Todavia, mesmo entendendo que esse caminho, cerceado pelo neoliberalismo escolhido pelos dirigentes do Estado brasileiro durante a década de 1980 e 1990, interfere nas formas de participação, tentando, a todo momento, provocar a desmobilização dos movimentos sociais, assumimos o posicionamento de acreditar que a transformação se dá por meio da participação político-crítica.

Dessa forma, é a partir do sentido de transformação em forma de 'revolução pacífica', de acordo com Gramsci, que construímos o entendimento de que o caminho é o do direcionamento cultural e ideológico. Para essa ação se desenvolver, parece-nos necessitar de espaços democráticos condizentes ao contexto social, mostrando-se como forma possível para se atingir, efetivamente, um ideal de transformação, uma revolução estrutural. Para tanto, discutir a participação política da juventude, não desloca a centralidade no trabalho e muito menos sugere um novo sujeito no processo de transformação social, o sujeito continua sendo o detentor na força de trabalho, o explorado.

De acordo com esse posicionamento, entendemos que a juventude, que também é classe trabalhadora, não passa por um período de apatia política, mas por mudanças no que diz respeito ao modo de se organizar, que não refletem somente na participação política tradicional, como foco desse estudo, mas ampliam a inserção da juventude, incluindo novos espaços de interlocução. Vale ressaltar que essas novas formas de participação juvenil não poderiam deixar de ser consideradas, visto a crescente proporção que vêm assumindo no cenário brasileiro e mundial, visualizadas através dos resultados de pesquisas na Europa, em Quebec e no Brasil, apresentadas no decorrer do item 3.

Com o intuito de discutir e refletir aspectos da participação juvenil, na análise das entrevistas os jovens entrevistados são questionados a respeito de sua participação. Uma das perguntas foi 'o que os levou a se filiar a um partido político?' As respostas ficavam entre a influência da família, dos amigos e da escola. Esse fato mostra a

necessidade de políticas educacionais de caráter nacional que incentivem a participação cidadã de crianças, adolescentes e jovens. Visto que, se essa participação não for incentivada pela escola, pelos pais e amigos, que são as instituições mais próximas de influência durante a infância e a juventude (PAIS, 2003), torna-se mais difícil a adesão, por parte do jovem, a algum projeto de vida participativo, ao formar sua consciência crítica.

Ao mesmo tempo coloca-se em evidência a formação de classe e a reprodução da ordem capitalista dentro do espaço educacional, ou seja, na educação dispensada aos jovens brasileiros. Sendo assim, reformular a educação antes de reformular o sistema parece algo utópico. A mudança deve vir primeiro em âmbito estrutural para depois ser possível realizar uma educação escolar verdadeiramente transformadora e emancipadora. Nessa discussão entra em pauta também a educação popular, informal, e sua importância na construção da vida participativa dos jovens.

Nesse sentido, as formas de convivência cidadã não são dadas por si mesmo: são construídas socialmente e transmitidas, uns aos outros. Não se nasce sabendo como participar de forma cidadã, já que tais formas são construídas e transmitidas como em redes, de acordo com as especificidades de cada região e localidade. Por isso, o sentido da participação cidadã necessita da transmissão por via de uma instituição, por se tratar de valor sendo repassado, podendo ser, inclusive, de geração mais antiga para uma mais nova, entre a mesma geração ou, ainda, entre uma instituição, como a escola e um jovem (PAIS, 2003).

Nesse sentido de transmissão de valores, está também a instituição do movimento estudantil, forte expressão de luta da juventude ainda hoje, que se caracteriza pela transmissão de valores via amigos, ou seja, segue a lógica de continuidade de valores passados dentro da mesma geração, aproximando-se da descrição de País (2003). Isso é observado nos relatos dos entrevistados no capítulo 4 - 'Partidos e juventude: uma aliança inseparável'.

Essa força jovem encontrada no movimento estudantil passa por momentos de mudança em sua representatividade, mas não significa refluxo do movimento, como

Sousa (1999) relata, já que essa forma de compreender as mudanças como reflexos vem carregada de nostalgia, como se o movimento estudantil, realizado no passado, fosse legítimo e a luta atual, não. Abramo (1997) nos alerta para o perigo de observar a história com nostalgia, o que pode prejudicar a compreensão da realidade atual e fazer com que o passado seja envolto de certa magia revolucionária única. Mas ao mesmo tempo é preciso olhar com criticidade todo o processo histórico de construção e desconstrução contínuo do movimento estudantil brasileiro. Nesse sentido, compreendemos que há momentos que necessitam de grandes mobilizações e lutas, que ganham repercussão nacional, como o caso do 'maio de 68', dos 'caras pintadas', do 'fora Collor', em que a mídia ficou empenhada em disseminar a luta estudantil; assim como há momentos de articulação interna e pequenas mobilizações, que não são alvo da imprensa e passam despercebidas pelo grande público, dando a impressão de estagnação do movimento³⁹.

A participação no movimento estudantil é vista, por alguns entrevistados, como treinamento para a vida política, a fim de atingirem a inserção em outros movimentos. O entrevistado do PDT relata que foi convidado por diversos partidos a se filiar, quando assumiu a liderança no movimento estudantil. Nesse sentido, o movimento estudantil é, então, expressão de força da juventude, é um canal de interlocução com a sociedade, é meio pelo qual a juventude se faz ouvir e é também um espaço em que se formam grandes lideranças políticas.

De acordo com o exposto, a participação política da juventude encontra muitos desafios dentro do movimento estudantil, no entanto, quando essa participação se amplia para a disputa eleitoral, esses desafios se multiplicam, visto que um jovem que se propõe a concorrer em uma eleição necessita muito mais do que simplesmente vontade de participar e espírito coletivo, pelo fato de a legislação eleitoral brasileira permitir campanhas milionárias, que mantêm no poder um círculo vicioso: quem não possui recursos financeiros é praticamente excluído, em primeira linha, do processo decisório.

³⁹ O contexto de luta do movimento estudantil e a situação atual do mesmo requer uma reflexão mais aprofundada, que deve ser objeto de outra pesquisa.

Além do quesito financeiro, outro fator que cerceia o processo político brasileiro é o 'familismo', ou seja, outro círculo vicioso que mantém famílias inteiras vivendo da política como se ela fosse uma carreira, uma profissão, uma forma de 'ganhar a vida'. O 'familismo' faz parte da história brasileira desde a constituição das primeiras formas partidárias, ainda no Brasil império, como aborda Lamounier (1989), mas, não é de todo uma característica negativa, pois ela só se torna negativa quando as famílias se aproveitam da inserção na política para beneficiamento do clã familiar, para o carreirismo.

Mesmo diante dessas adversidades, o espaço da juventude, dentro dos partidos, vem crescendo a cada dia, já que os dirigentes jovens não querem ver a juventude de seu partido servindo de porta bandeiras e 'massa de manobra', eles querem, sim, opinar, participar, querem ter voz, querem ser ouvidos. Os líderes jovens dos partidos afirmam nas entrevistas que os espaços das juventudes, dentro dos partidos, vêm crescendo a cada dia, aumentando, inclusive, o número de jovens assumindo cargos eletivos. Os espaços construídos pelas juventudes dentro dos partidos mostram, em sua maioria, a força que a opinião dos jovens vem alcançando nos espaços políticos.

Assim, as atenções estão, de certa forma, voltadas para os jovens. Uma das explicações se encontra no fato de os militantes, em sua maioria, começarem o envolvimento com a política, ainda no período da juventude, para então se tornarem grandes líderes políticos. Fato esse que chama a atenção dos dirigentes partidários (PAIVA, 2000).

Para organizar a militância juvenil partidária, a definição de uma faixa etária é essencial, e parece ser, ainda, um processo em construção, pelo fato de a maioria dos partidos ter uma faixa etária definida, mas estar em processo de retração ou alargamento dessa faixa de idade, por não saber ao certo qual o melhor caminho a ser seguido.

De acordo com os dados apresentados no Quadro 3, presente no capítulo 4, 'Partidos e juventude: uma aliança inseparável', os jovens entrevistados possuem uma média de 10 anos de filiação, e isso significa que, além de eles serem jovens e participarem ativamente da juventude do partido, eles se filiaram quando eram muito mais jovens,

em sua maioria ainda no período da adolescência, passando por toda a sua juventude até a fase adulta, militando politicamente.

Dessa forma, a participação, para esses jovens entrevistados, não possui um caráter momentâneo, mas ela adentra a forma de vida deles, fazendo parte do cotidiano, como um hábito: fato essencial à sobrevivência digna da democracia, mas realidade ainda distante da massa populacional brasileira.

Nesse sentido, esse fato sinaliza a necessidade de visualizar novas formas de chamar a atenção do público jovem, potencial participante político, como, por exemplo, a internet, veículo de informação muito usado pelo público jovem e, também, já utilizado por alguns partidos para disseminar suas idéias, mas ainda pouco explorado por eles.

Não só nos espaços públicos de interlocução com a juventude é possível identificar suas demandas gritantes, mas, também, através de diversas pesquisas, como, por exemplo, a do Índice de Desenvolvimento Juvenil, que constatou que 7 milhões de jovens, de 15 a 24 anos, não trabalham e nem estudam. Assim, as principais demandas da juventude são, então, emprego e educação, fatores abordados por Pais (2003) e também pelos jovens entrevistados, e podem ser o fio condutor para o fechamento do nosso pensamento. Na medida em que grandes projetos democráticos, por exemplo, as conferências nacionais, como a Conferência de juventude, que reuniu, em abril de 2008, cerca de quatro mil jovens em Brasília, para discutir demandas reais para políticas públicas juvenis, se configuram como uma nova realidade posta. Ao mesmo tempo em que temos a oportunidade de vivenciar espaços abertos de democracia e interlocução de idéias e debates, temos, ainda, dificuldade em ver concretizadas as principais bandeiras - já velhas conhecidas da sociedade brasileira e que são políticas estruturantes essenciais.

Dessa forma, completamos os objetivos propostos no início desse estudo e deixamos em aberto algumas questões que foram sendo formuladas no decorrer do processo de pesquisa, como possibilidade de estudo para pesquisadores que se interessem pela temática.

Com relação ao movimento estudantil, é possível refletir 'Como se organiza o movimento estudantil brasileiro na atualidade?', 'Como se processa a inserção das correntes de direita na luta estudantil?', 'Quais as forças política presentes nesses espaços?', 'Eles possuem autonomia ou são designados por uma força política superior?'. No que diz respeito à questão das políticas públicas de juventude, completamos mais de um ano de realização da Conferência Nacional de Juventude, ocorrida em abril de 2008, e surge, então, o questionamento de 'Como está se processando a concretização das propostas votadas naquele espaço?'. Outra questão para reflexão é a de gênero, que se faz presente nos partidos políticos, já que a figura da liderança feminina ainda é muito restrita nesse espaço. Em nossa pesquisa, por exemplo, dos dez líderes jovens entrevistados, apenas uma era do sexo feminino, nesse sentido é relevante refletir 'Qual a inserção da mulher jovem no espaço político?', 'Como está se processando a abertura desses espaços para a participação e liderança do público feminino?'.

Com esse entendimento, salientamos que as discussões que envolvem juventude e participação política necessitam, não só de maior atenção na área acadêmica, como devem ser capazes de explorar, de forma crítica e sem nostalgia, a participação da juventude atual, considerando a importância das ações desenvolvidas atualmente.

Durante o processo de constituição dessa pesquisa, o maior aprendizado se deu, dentre tantos, referente à forma de entender as transformações que a participação juvenil sofreu durante as últimas décadas. Aprendendo a analisar os movimentos atuais de juventude, visto que as formas de intervenção na realidade que possuímos são essas. Então, entendê-las nos possibilita interagir com elas; negá-las, faz com que caiamos no fatalismo.

Nesse sentido, entendemos que a necessidade de estudo da temática juventude e participação política não se esgota nessa dissertação. Mas, esse trabalho é material base para posteriores estudos e abre pressupostos para pesquisadores inquietos que queiram se aventurar com um mundo de conhecimento novo e novas formas de entender o mundo.

7. REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, et al (org.). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 37-72.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: PERALVA, A.T; SPOSITO, M.P (org). **Revista Brasileira de Educação**. Nº. 5 e 6. São Paulo: Anped, 1997.

ABRAMO, H.W; VENTURI, G. Juventude, política e cultura. In: **Teoria e Debate**. Revista da Fundação Perseu Abramo, nº. 45, jul./ago./set 2000.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; De LEON, A. **Juventude: Tempo presente ou tempo futuro?** Dilemas em propostas de política de juventude. São Paulo: GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2007.

BALARDINI, S. Prólogo. In: BALARDINI, S. et al (org.). **La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

BAQUERO, M. Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa? Cultura política e capital social no Brasil. **Política e Sociedade**: Revista de sociologia política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: Editora Cidade Futura, nº 5, outubro, 2004.

BERTOLLO, M. **Juventude e Participação Política**: Motivações, Trajetórias e Representações. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia / UFES, Vitória/ES, 2008.

BICHER, R. M.; CASTELLO, G.; LAVALLE, A. G. Quando novos atores saem de cena: continuidade e mudança na centralidade dos movimentos sociais. **Política e Sociedade**: Revista de sociologia política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: Editora Cidade Futura, nº 5, outubro, 2004.

BOSCHI, Renato R.; DINIZ, Eli. Empresários e constituinte: continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil. In: CAMARGO, A.; DINIZ, E. (orgs.). **Continuidade e mudança no Brasil da Nova República**. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 1989. P. 116/136.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. pg. 112/121.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BUENO, F. S. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 2001.

CALIARI, H. F.; HELMER, F. P. **Juventude, Políticas Sociais e Movimentos Culturais Ligados à Música (*funk, reggae, hip hop, rock*) no Município de Vitória: uma análise das Políticas Públicas de Juventude**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. UFES, Vitória, 2006.

CAMACHO, L. M. Y. A ilusão da moratória social para jovens das classe populares. In: SPOSITO, M. P. **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.

CAMARGO, A.; DINIZ, E. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. In: CAMARGO, A.; DINIZ, E. (orgs.). **Continuidade e mudança no Brasil da Nova República**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989.

CARDOSO, F. H. Partidos Políticos. In: BRANT, C.; SINGER, P. (orgs.). **São Paulo: O povo em movimento**. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1980.

CARTA, Gianni. O Mito e o Real. **Revista Carta na Escola**. Editora Carta Capital, Março de 2008, Edição N° 24.

CASTRO, L. R.; CORREA, J. Juventudes, transformação do contemporâneo e participação social. In: CASTRO et al (org). **Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005, p. 9-26.

CASTRO, M. G. Políticas Públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero, raça, na classe, focalizando juventudes. In: **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e participação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. pg. 275/303.

CASTRO, M.G; ABRAMOVAY, M. Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In: CASTRO, M. et al. **Juventude, Cultura e Políticas Públicas: intervenções apresentadas no seminário teórico político do Centro de Estudos e Memória da Juventude**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005. p.37-66.

CHACON, V. **História dos partidos brasileiros**. Editora UnB: 1998.

CHMIEL, S. Milagro de La eterna Juventud. In: MARGULIS, M (org). **La Juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblios, 1996. 1 ed. P. 85/101.

COUTINHO, Carlos N. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 28-9.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade: Revista de sociologia política**,

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: Editora Cidade Futura, nº 5, outubro, 2004b.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (org.). **Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

DAGNINO, E.; OLVEIRA, A. J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVEIRA, A. J.; PANFICHI, A. (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 13-91.

DAYRELL, J. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 24, p. 4-13, set./dez. 2003.

DEMO, P. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

DINIZ, E. Transição, partidos e regimes políticos: algumas considerações. In: CAMARGO, A.; DINIZ, E. (orgs.). **Continuidade e mudança no Brasil da Nova República**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989.

DOIMO, A. M. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984, p. 21-40.

ELBAUM, J. N. Qué es ser joven? In: MARGULIS, M (org). **La Juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996. 1 ed. Pg.157/171.

FERREIRA, P. M. Os jovens e a cidadania política e social na Europa. In: CASTRO et al (org). **Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005, p. 31-56.

FORACCHI, M. M. (1982). **A participação social dos excluídos**. São Paulo: Hucitec.

FORACCHI, M. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1977.

GAUTHIER, M. A participação dos jovens na vida cívica. In: CASTRO et al (org). **Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005, p. 57-76.

GOHN, M. G. **Reivindicações Populares Urbanas: Um estudo sobre as associações de moradores de São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1982.

GRAVEL, P. L. A participação política dos jovens no Quebec: questionamentos e vias de pesquisa. In: CASTRO et al (org). **Juventude contemporânea**: perspectivas nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005, p. 77-88.

GROPPO, L. A. **Juventude**: ensaios de sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

Jovem do DEM. 2008. Entrevista concedida a Hingridy Fassarella Caliari. Brasília, 29 de Abr. de 2008.

Jovem do PC do B. 2008. Entrevista concedida a Hingridy Fassarella Caliari. Brasília, 28 de Abr. de 2008.

Jovem do PDT. 2008. Entrevista concedida a Hingridy Fassarella Caliari. Brasília, 29 de Abr. de 2008.

Jovem do PMDB. 2008. Entrevista concedida a Hingridy Fassarella Caliari. Brasília, 29 de Abr. de 2008.

Jovem do PSB. 2008. Entrevista concedida a Hingridy Fassarella Caliari. Brasília, 28 de Abr. de 2008.

Jovem do PSDB. 2009. Entrevista concedida a Hingridy Fassarella Caliari. Meio digital, Jan. de 2009.

Jovem do PSOL. 2009. Entrevista concedida a Hingridy Fassarella Caliari. Vitória, 29 de Jan. de 2009.

Jovem do PSTU. 2009. Entrevista concedida a Hingridy Fassarella Caliari. Meio digital, Jan. de 2009.

Jovem do PT. 2008. Entrevista concedida a Hingridy Fassarella Caliari. Brasília, 30 de Abr. de 2008.

Jovem do PTB. 2009. Entrevista concedida a Hingridy Fassarella Caliari. Meio digital, 30 de Abr. de 2009.

KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. In: **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. Org. Novaes, R.; Vannuchi, p. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.p. 89/114.

KRISCHKE, P. J. Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática. In: ABRAMO, et al (org). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 323-350.

KUASÑOSKY, S; SZULIK, D. Desde los márgenes de la juventud. In. MARGULIS, M (org). **La Juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblios, 1996. 1 ed. Pg. 47/83.

KUASÑOSKY, S; SZULIK, D. Jóvenes en la mira. In. MARGULIS, M (org). **La Juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblios, 1996. 1 ed. Pg. 221/241.

LAMOUNIER, B. **Partidos e utopias**: O Brasil no limiar dos anos 90. São Paulo: Editora Loyola, 1989.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática**: o caso brasileiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LASSANCE, A. Brasil: jovens de norte a sul. In: ABRAMO, et al (org). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p.73-86.

LEÃO, G.M.P. Dilemas da Política de Juventude no Brasil. **Anais**. ALAS. Porto Alegre, 2005.

LEVI, G.; SCHMITI, C. (org). **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das letras, 1996. pg. 07/17. Vol. 1.

LIMA JUNIOR, O. B. A reimplantação do multipartidarismo: efeitos institucionais e contextuais. In: LIMA JUNIOR, O. B (org.). **O sistema partidário brasileiro**: diversidade e tendências, 1982-1994. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 301-325.

LIPSET, S. M. Alternativas para as atividades estudantis. Trad. FRANCO NETTO, E. L. de. In: BRITTO, S. **Sociologia da Juventude, IV**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 47-60.

MANFROI, V. M. **Retratos da Militância**: Modo (s) de vida Militante no pós-68. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 2000.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: **Sociologia da juventude. Vol. I**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARCOS, A. **Representação Social: uma genealogia do conceito**, Comum. Rio de Janeiro. v.10 - nº 23 - p. 122 a 138 - julho / dezembro 2004

MARGULIS, M. Introdução. In: MARGULIS, M (org). **La Juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblios, 1996. 1 ed. Pg.9/11.

MARGULIS, M. Uma Aproximación conceptual. IN: BURAK, S. D. (org). **Adolescencia y Juventud en América Latina**. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M (org). **La Juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblios, 1996. 1 ed. Pg.13/29.

MARTINS, H. H. T. S. A juventude no contexto da reestruturação produtiva. In: ABRAMO, H.W; FREITAS, M.V; SPOSITO, M. P. (org) **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, 2002, p.17-41.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENANDRO, M. C. S. **Gente jovem reunida**: um estudo de representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968/1974 e 1996/2002), Tese. Doutorado em Psicologia UFES: Vitória, 2004.

MENEGUELLO, R. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo**: (1985-1997). São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MINAYO, M. C. S. Entre vôos de águia e passos de elefante: caminhos da investigação na atualidade. In: MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S. F. (orgs.). **Caminhos do pensamento**: epistemologia e método. Fiocruz, Rio de Janeiro: 2002.

NOVAES, R. Juventude e participação social:apontamentos sobre a reinvenção da política. IN: ABRAMO, et al (org). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 46-70.

OLIVEIRA, F. O Momento Lênin. www.cebrap.org.br. **Revista Novos Estudos**, nº 75: Julho de 2006.

OLIVEIRA, P. S. (org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 2001.

PAIS, J. M. As múltiplas “caras” da cidadania. In: CASTRO et al (org). **Juventude contemporânea**: perspectivas nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005, p. 107-134.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Editora Casa da Moeda, 2003.

PAIVA, M. R. Juventude e Mobilização. In: ABRAMO, et al (org). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 42-45.

PILETTI, N. **História do Brasil**. 19ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1998.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R. et al (org). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 217-241.

POERNER, A. J. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 4ª edição. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

PROJETO JUVENTUDE. **Documento de conclusão** - versão final. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004.

QUAPPER, K. D. Juventud o juventudes? Acerca de cómo mirar y remirar a lãs juventudes de nuestro continente. IN. BURAK, S. D. (org). **Adolescencia y Juventud en América Latina**. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.

QUIROGA, C. **Trabalho e Formação da Identidade Juvenil**: reconhecimento de trajetórias de jovens pobres. 2001. 243f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHMITT, R. **Partidos políticos no Brasil**: (1945-2000), 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2005.

SILVA, M. K. Entre a norma factual: questões para uma análise sociológica dos processos de participação social na gestão pública. **Política e Sociedade**: Revista de sociologia política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: Editora Cidade Futura, nº 5, outubro, 2004.

SILVA. V. A. Partidos e reforma política. www.direitodoestado.com.br. **Revista Eletrônica sobre reforma do Estado**. Número 10, Junho/julho/agosto 2007, Salvador, Bahia.

SIMIONATTO, I. **Gramsci, sua teoria**. Influência no Brasil, incidência no Serviço Social. 3ª ed. São Paulo : Cortez, 2004.

SINGER, P. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, et al (org). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p.27-36.

SINGER, P. Movimentos Sociais em São Paulo: Traços comuns e perspectivas. In: BRANT, C.; SINGER, P. (orgs.). **São Paulo**: O povo em movimento. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1980.

SOUSA, J. T. **Reinvenções da utopia**: A militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SOUZA, R de O. Participação e controle social. In: SALES, M.A; MATOS, M.C; LEAL, M.C (org). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSITO, M. P; CARRANO, P. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: LEON, O.D. **Políticas públicas de juventud en América latina**: políticas nacionales. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

TELLES, V. L. Sociedade Civil e espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org.). **Os anos 90**: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

VIEIRA, E. **Estado e Miséria Social no Estado Capitalista**: de Getúlio a Geisel. São Paulo: Cortez, 1987.

WAISELFISZ, J. J. **Relatório de desenvolvimento juvenil 2007**. Brasil: Ministério da Ciência e da tecnologia, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE

O Sr. _____, RG _____, representante do partido _____, foi convidado (a) a participar de pesquisa de caráter acadêmico, realizada pela estudante Hingridy Fassarella Caliarí, inserida no Programa de pós-graduação em Política Social, nível mestrado, do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal do Espírito Santo, orientada pela Professora Dr^a Márcia Siqueira. A pesquisa tem por objetivo **Identificar a participação da juventude brasileira em diferentes partidos políticos**, são eles: PSDB, PMDB, PDT, DEM, PC do B, PT, PTB e PSB.

A participação nesta pesquisa não proporcionará ao participante qualquer tipo de compensação ou remuneração. A colaboração com a pesquisa é voluntária, estando sempre resguardadas a privacidade e integridade social, moral, física e psicológica do entrevistado.

A entrevista terá o áudio gravado em fita para ser transcrito e transformado em documento a ser analisado pelo participante para verificar sua autenticidade. O participante terá acesso aos dados a qualquer momento e as fitas da entrevista serão destruídas ao final da pesquisa. É resguardado ao participante o direito de desistir da participação desta pesquisa a qualquer momento e, caso isso ocorra, as informações concedidas não serão utilizadas.

Os resultados da pesquisa deverão ser publicizados para os estudantes, militantes, assistentes sociais e comunidade em geral. Na apresentação dos resultados, apenas serão identificados os (as) participantes que o permitirem através de declaração.

Hingridy Fassarella Caliarí

Declaro que estou ciente dos objetivos desta pesquisa e de acordo com este termo.

Brasília (DF), _____ de Abril de 2008.

Entrevistado

APÊNDICE 2

DECLARAÇÃO

Eu _____, portador do RG _____
estando ciente através de assinatura do consentimento livre e esclarecido, dos
objetivos desta pesquisa, declaro que concordo com minha identificação na elaboração
da mesma.

Brasília (DF), de Abril de 2008.

Entrevistado

APÊNDICE 3

ROTEIRO

1. Há quanto tempo você é filiado ao partido?
2. Como se deu a sua aproximação com o partido? O que o levou a se filiar?
3. Quando o partido foi fundado?
 - a. Existe algum espaço jovem no partido? Qual?
 - b. Desde quando existe esse espaço?
4. Como foi a participação da juventude na construção do partido?
5. Qual foi a sua contribuição?
6. Que peso tem a opinião da juventude na decisão política do seu partido?
7. Quais as discussões relativas à juventude que o seu partido promove? Tem alguma bandeira de luta?
8. Você conhece a Política Nacional de Juventude? O seu partido e você tem acompanhado os avanços?
 - a. Existe algo que você mudaria ou daria mais atenção na Política Nacional de Juventude?
9. Como a juventude do partido participa das discussões da Política de Juventude?
10. Quais as expressões e/ou técnicas usadas para filiação de jovens no partido? Existe alguma campanha? Qual?
11. Qual o conceito de juventude (faixa etária) utilizado pelo partido e Quantos jovens são filiados segundo esse conceito? Qual o número de filiados total?
12. Existem jovens ocupando cargos eletivos de importância nacional, estadual ou municipal? que cargo?
13. Existem correntes ideológicas/tendências de forças diferenciadas dentro do partido?
14. Qual o envolvimento da juventude do seu partido com o movimento estudantil, secundarista e universitário?
15. Quais os programas de juventude que estão sendo executados hoje que o partido reconhece como ações importantes? Quais áreas mereciam ser mais trabalhadas?
16. Qual o recado e/ou mensagem que você deixaria para a juventude Brasileira?